

# ANAIS

## IX ENCONTRO PARANAENSE DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL

VIVÊNCIAS E DESAFIOS NA  
IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 13.935/2019





# ANAIS

## IX ENCONTRO PARANAENSE DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL

VIVÊNCIAS E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO  
DA LEI 13.935/2019

08 e 09 de outubro de 2025



## Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Encontro Paranaense de Psicologia Escolar e Educacional (9. : 2025: Londrina, PR)

E56a

Anais do Encontro Paranaense de Psicologia Escolar e Educacional : vivências e desafios na implementação da Lei 13.935/2019, Londrina, 08 e 09 de outubro de 2025 [recurso eletrônico] / Universidade Estadual de Londrina, Programa de Pós-graduação em Psicologia. – Londrina: Abrapee, 2025.

1 recurso online.

Vários colaboradores.

Tema: Vivências e desafios na implementação da Lei 13.935/2019.

ISSN: 1807-8885 ISSN-L: 1807-8885

Disponível em: <https://abrapee.psc.br/anais/ISS>

1. Equipes Multiprofissionais na Educação. 2. Políticas Públicas Educacionais. 3. Psicologia e Serviço Social. 4. Processo Ensino-Aprendizagem. I. Universidade Estadual de Londrina. Programa de Pós-graduação em Psicologia. IV. Título. V. Título: Vivências e desafios na implementação da Lei 13.935/2019.

CDD 23.ed. 150

Marinalva Aparecida Spolon Almeida – CRB 9/1094

### DIRETORIA DA ABRAPEE

#### BIÊNIO 2024-2026

Presidente Atual – Dra. Sonia Mari Shima Barroco – PR

Presidente Eleito – Dr. Fauston Negreiros – DF

Presidente Anterior – Dra. Marilda Gonçalves Dias Facci – PR

1ª Secretária – Dra. Janaína Cassiano Silva – GO

2ª Secretária – Dra. Sílvia Maria Cintra da Silva – MG

1ª Tesoureira – Dra. Alexandra Ayach Anache – MS

2ª Tesoureira – Dra. Mônica Cintrão França Ribeiro – SP

#### CONSELHO FISCAL

##### Membros Efetivos

Dra. Alayde Maria Pinto Digiovanni – PR

Dra. Roseli Fernandes Lins Caldas – SP

Dra. Tatiana Platzer do Amaral – SP

Dra. Viviane Prado Buiatti – MG

Dra. Renata Plácido Dipp – RS

##### Membros Suplentes

Dra. Marcela Cristina de Moraes – MG

Dra. Luanna Freitas Johnson – RO

Ms. Carolina Martins Moraes da Rocha – SP



## Sumário

<b>PROGRAMAÇÃO DO EVENTO</b>	<b>12</b>
<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>COMISSÕES DO EVENTO</b>	<b>17</b>
<b>CONFERÊNCIA DE ABERTURA</b>	<b>18</b>
<b>A atuação multiprofissional na educação: Psicologia e Serviço Social</b>	<b>19</b>
<i>Profa. Dra. Sonia Mari Shima Barroco</i>	
<b>MESA REDONDA</b>	<b>20</b>
<b>Educação para a formação humana: contribuições da Psicologia e do Serviço Social</b>	<b>21</b>
<i>Profa. Dra. Graziela Lucchesi Rosa da Silva</i>	
<b>O desafio da lei nº. 13.950/2019 Para o serviço social</b>	<b>22</b>
<i>Adriana Freire Pereira Ferriz</i>	
<b>A contribuição do Serviço Social na formação humana dos estudantes de Limeira/SP</b>	<b>23</b>
<i>Maria Helvira Arantes Andrade</i>	
<b>Psicologia e Serviço Social e o desafio da Lei 13.935/2019</b>	<b>24</b>
<i>Marilda Gonçalves Dias Facci</i>	
<b>COMUNICAÇÃO ORAL</b>	<b>25</b>
<b>O desenvolvimento moral de adolescentes com dotação e talento</b>	<b>26</b>
<i>Vilma Aparecida Bianchi</i>	
<b>História de uma compreensão materialista histórico-dialética do Transtorno do Espectro Autista e suas implicações em intervenções educacionais</b>	<b>27</b>
<i>Wagner Luiz Luiz Schmit Ishibashi</i>	
<b>Violência e convivência na escola: Desafios no campo das políticas públicas educacionais</b>	<b>28</b>
<i>Mirian Alves Carvalho</i>	
<i>Marilene Proença Rebelo de Souza</i>	
<i>Alayde Maria Pinto Digiovanni</i>	
<b>Atuação de psicólogas/os escolares no Paraná: Bullying, Violência e Inclusão Escolar</b>	<b>29</b>
<i>Laura Canha Borgonha da Silva</i>	
<i>Patrícia Vaz de Lessa</i>	
<b>Programa Trabalho e Cidadania: Sentido do trabalho para usuárias de um CRAS</b>	<b>30</b>
<i>Emilly Perin Czerechowicz</i>	
<i>Alayde Maria Pinto Digiovanni</i>	
<i>Marcela Pereira Rosa</i>	
<b>Autodiagnóstico e medicalização no processo educacional: Relato de estágio em Psicologia Escolar</b>	<b>32</b>
<i>Sara Cristina Kistemacher da Silva</i>	
<i>Beatriz de Souza Candido</i>	
<i>Emilly Perin Czerechowicz</i>	
<i>Marcela Pereira Rosa</i>	

<b>Atuação de psicólogas/os escolares no Paraná: Racismo, gênero e redes sociais</b>	<b>34</b>
<i>Maria Luiza Nogueira de A. Pereira</i> <i>Patrícia Vaz de Lessa</i>	
<b>As queixas escolares e sua implicação com a formação docente: Possibilidades de intervenção</b>	<b>35</b>
<i>Kettlyn Carla de Souza</i> <i>Heloisa Toshie Irie Saito</i> <i>Gabriela Vianna Zucco</i> <i>Maristela Maximovitz de Oliveira</i>	
<b>Atuação de psicólogas/os acerca da saúde mental na educação básica: Revisão bibliográfica</b>	<b>36</b>
<i>Mariana Meira Capucho</i> <i>Patrícia Vaz de Lessa</i>	
<b>Juventude, território e educação do campo: Contradições e potencialidades</b>	<b>37</b>
<i>Guilherme Augusto Siebeneichler</i> <i>Neide da Silveira Duarte de Matos</i>	
<b>Fortalecendo a relação família-escola: Relato de uma prática</b>	<b>38</b>
<i>Gabriel França Sundin</i> <i>Wivian Aparecida Correa Costa Grzelkovski</i>	
<b>Atravessamentos vivenciados pelo trabalhador da psicologia escolar enquanto categoria e área de atuação</b>	<b>39</b>
<i>Adriana de Fátima Franco</i> <i>Jenifer Cristina Teixeira de Almeida</i>	
<b>Práticas populares de saúde no assentamento contestado da Lapa (PR)</b>	<b>41</b>
<i>Alayde Maria Pinto Digiovanni</i> <i>Beatriz de Souza Candido</i>	
<b>A afetividade nas relações do bebê no período do berçário: Contribuições winnicottianas</b>	<b>42</b>
<i>Mariana Elise Santa Rosa Silva</i> <i>Heloisa Tironi Vainaski</i> <i>Rafaela Jacomini</i>	
<b>Brincar alienado: A influência da alienação nos jogos de papéis</b>	<b>43</b>
<i>Adriana de Fátima Franco</i> <i>Daniela da Silva Rocengholli</i> <i>Fernando Wolff Mendonça</i> <i>Jessica Carolina Cardoso Nunes</i> <i>Maristela Maximovitz de Oliveira</i>	
<b>Relações de gênero nas políticas educacionais: um estudo comparado no Brasil e Uruguai</b>	<b>44</b>
<i>Alayde Digiovanni</i> <i>Mônica Karpinski</i>	
<b>Neoliberalismo e medicalização: Um olhar sobre o não-aprender no capitalismo contemporâneo</b>	<b>45</b>
<i>Marcela Pereira Rosa</i> <i>Mateus Azevedo Silveira</i> <i>Pedro Henrique Marcelino do Carmo</i> <i>Sabrina Armstrong Pedroso</i>	

<b>Neoliberalismo em sala de aula: O discurso empreendedor na educação</b>	<b>47</b>
<i>Anna Julia Pontes dos Santos</i> <i>Diogo Pereira Ribeiro</i> <i>Rafaela Glinski</i> <i>Marcela Pereira Rosa</i>	
<b>Psicologia Escolar e atuação no Paraná: Queixas escolares e fracasso escolar</b>	<b>49</b>
<i>Laura Pontes Tsujioka</i> <i>Patrícia Vaz de Lessa</i>	
<b>Núcleo de educação especial e estudos do desenvolvimento humano (NEEEDH) – Cambé/PR</b>	<b>50</b>
<i>Cíntia Daquana Costa</i> <i>Franciella Massi de Castro</i> <i>Fernanda Cristina Alberici</i> <i>Lisieux Osmarina Petrassi de Moraes</i> <i>Sonia Mari Shima Barroco</i>	
<b>O trabalho da fonoaudiologia educacional nas perspectivas histórico-cultural e histórico-crítica</b>	<b>52</b>
<i>Franciella Massi de Castro</i>	
<b>Programa Potencialização do Desenvolvimento Humano (PDI) – Cambé/PR</b>	<b>53</b>
<i>Cíntia Daquana Costa</i> <i>Danilo Freitas Francisco</i> <i>Lisieux Osmaarina Petrassi de Moraes</i> <i>Tatiana Aparecida Baptilani Zirondi</i>	
<b>Atuação multiprofissional na educação fundamentada nas perspectivas histórico-cultural e histórico-crítica</b>	<b>55</b>
<i>Cíntia Daquana Costa</i> <i>Lisieux Osmarina Petrassi de Moraes</i> <i>Elaine Cristina Peres da Fonseca</i> <i>Franciella Massi de Castro</i>	
<b>Futuro em construção: Expectativas de jovens de escolas públicas quanto ao porvir</b>	<b>56</b>
<i>Gabriela Neves da Silva</i> <i>Roselania Francisconi Borges</i>	
<b>Atuação de psicólogos escolares no Paraná: Concepções e desafios na Educação Básica</b>	<b>58</b>
<i>Patrícia Vaz de Lessa</i> <i>Bruna Leticia Egidio</i> <i>Laura Canha Borgonha da Silva</i> <i>Laura Pontes Tsujioka</i> <i>Marcos Hiroki Ida</i> <i>Maria Luiza Nogueira de A. Pereira</i> <i>Mariana Meira Capucho</i> <i>Marina Berg Araujo</i> <i>Vitor Romeiro Etinger</i>	
<b>Atenção à saúde mental do(a) servidor(a) no contexto educacional: Atuação da psicologia na educação</b>	<b>60</b>
<i>Ana Beatriz Zubiolo Cavalaro</i> <i>Tatiana Aparecida Baptilani Zirondi</i> <i>Marilda Gonçalves Dias Facci</i>	

<b>A inserção do serviço social na educação básica estadual do Paraná: Uma reflexão a partir da experiência do “Projeto formação continuada interdisciplinar e multiprofissional na educação básica”</b>	<b>61</b>
<i>Daiane Tais Aguilár</i> <i>Wagner Roberto do Amaral</i>	
<b>Plantão psicológico em cursinho pré-vestibular. Relato de experiência em estágio de psicologia escolar</b>	<b>62</b>
<i>Janaina do Nascimento Alves</i> <i>Ana Priscila Christiano</i>	
<b>Príncipes e princesas: A identificação de crianças em histórias infantis racializadas</b>	<b>63</b>
<i>Jefferson Olivatto da Silva</i> <i>Luiz Henrique dos Reis Souza</i>	
<b>Psicologia escolar em estágio: Experiência na educação básica</b>	<b>64</b>
<i>Juliana de Oliveira</i> <i>Mariana Meira Capucho</i> <i>Patrícia Vaz de Lessa</i>	
<b>Serviço social, educação e povos indígenas: Possíveis contribuições da profissão</b>	<b>65</b>
<i>Renata Pacheco Abreu</i> <i>Ismael Giachini Freire</i> <i>Wagner Roberto do Amaral</i>	
<b>Avaliação psicoeducacional das dificuldades de escolarização: Em destaque o desenvolvimento dos(as) estudantes</b>	<b>66</b>
<i>Rosiane Martins de Souza Teodoro</i> <i>Danilo de Freitas Francisco</i> <i>Elaine Cristina Peres Fonseca</i> <i>Fernanda Cristina Alberici</i> <i>Thalita Gimenes Davanço</i>	
<b>Inclusão de alunos com TEA: Psicologia escolar na não perpetuação de violências</b>	<b>67</b>
<i>Alice C. S. Carvalho</i> <i>Jaqueline Kauane Grecco</i> <i>Rafael Guillard Armelin</i>	
<b>Decifrar o corpo: Reflexões sobre a dança como estratégia para repensar a instituição escolar</b>	<b>68</b>
<i>Vanessa Jesus riga</i> <i>Eneida Santiago</i>	
<b>Análise de um instrumento orientativo da SEED/PR referente às violências de gênero intra-escolares</b>	<b>69</b>
<i>Eduarda Henrique</i> <i>Adriana Paniagua Fumagalli</i> <i>Keuri Caroline Bonato da Costa</i> <i>Vitória de Oliveira Balestero</i>	
<b>Adolescentes frente ao cyberbullying: Análise do comportamento defensivo no contexto brasileiro</b>	<b>70</b>
<i>Lucas Barbosa Namur</i> <i>Katya Luciane de Oliveira</i>	

<b>Mediação psicopedagógica e desenvolvimento das funções superiores contexto da educação infantil</b>	<b>71</b>
<i>Mariana Brandão Cantu</i> <i>Ana Priscilla Christiano</i>	
<b>O legado colonial na escola: Uma máquina de normalizar e excluir</b>	<b>72</b>
<i>Oak Tonet Assad</i> <i>Alayde Maria Pinto Digiovanni</i>	
<b>EMERER na educação estadual: A licenciatura racializada como recurso de pertencimento</b>	<b>73</b>
<i>Keuri Caroline Bonato da Costa</i> <i>Adriana Paniagua Fumagalli</i> <i>Eduarda Henrique</i> <i>Vitória de Oliveira Balestero</i>	
<b>Intersecções de raça e gênero: As marcas da racialização e suas implicações identitárias</b>	<b>74</b>
<i>Graziela Soares dos Santos</i> <i>Mayara Yukari Ogata</i> <i>Jefferson Olivatto da Silva</i>	
<b>Equipes multiprofissionais: Formação extensionista para implementação da Lei 13.935/2019</b>	<b>76</b>
<i>Ana Cristina Paes Leme Giffoni Cilião Torres</i> <i>Patrícia Vaz de Lessa</i> <i>Wagner Roberto do Amaral</i>	
<b>A psicologia escolar no trabalho com a população LGBTQIA+</b>	<b>77</b>
<i>Jheniffer Cristina Bernardi da Silva</i>	
<b>Os aspectos psicológicos da motricidade infantil: Contribuições da psicologia histórico-cultural</b>	<b>78</b>
<i>Carolina de Moura de Vasconcelos Kauffman</i>	
<b>Atividade objetual e a formação das funções psíquicas superiores na primeira infância</b>	<b>79</b>
<i>Luiza Sharith Pereira Tavares</i>	
<b>Violência no contexto escolar. Uma intervenção a partir da psicologia histórico-cultural</b>	<b>80</b>
<i>Logans Vithor Ferreira Marques</i> <i>Mariana Seibert</i> <i>Graziela Lucchesi Rosa da Silva</i>	
<b>Falso Self, alfabetização prematura e reflexões sobre políticas educacionais: uma perspectiva winnicottiana</b>	<b>81</b>
<i>Isabella Gonçalves Caraveli</i> <i>Ítalo Bitencourt Ciccotti</i>	
<b>A produção das ofensivas antigênero em Londrina/PR e seus impactos na educação</b>	<b>83</b>
<i>Anderson Luis Schuck</i> <i>Eneida Santiago</i>	
<b>PARTILHANDO EXPERIÊNCIAS</b>	<b>84</b>
<b>A implementação do serviço social na educação do município de Foz do Iguaçu-PR</b>	<b>85</b>
<i>Aline Pacheco Severino</i> <i>Fernanda Meneghin Zanella</i>	

<b>Grupo de cuidadores de crianças com diagnóstico de TEA e Síndrome de Down</b>	<b>86</b>
<i>Carla Elías de Moura</i> <i>Franciane Regina Pauli</i> <i>Marisa Elizabete Cassaro Godoy</i> <i>Lucila Parra Fagundes</i> <i>Camila Gabriela dos Santos</i>	
<b>A queixa escolar na educação infantil pós-pandemia e a necessidade da organização pedagógica</b>	<b>87</b>
<i>Jenifer Cristina Teixeira de Almeida</i> <i>Adriana de Fátima Franco</i>	
<b>A necessidade do embasamento teórico-metodológico, no campo psicossocial, para a atuação interdisciplinar do serviço social, na educação básica</b>	<b>89</b>
<i>Marcos Cristovam Lopes de Paula</i> <i>Eufrozina Conceição Brandão</i>	
<b>A trajetória da equipe multiprofissional em Araucária-PR entre 2022 e 2025</b>	<b>90</b>
<i>Caroline Bevilacqua</i> <i>Gabriel Franca Sundin</i> <i>Milene Pereira Pires</i> <i>Wivian Aparecida Corrêa Costa</i>	
<b>Grupo como meio formativo para consciência crítica: Contribuições da escola de Frankfurt</b>	<b>91</b>
<i>Aline Frollini Lunardelli</i> <i>Beatriz Juliani Kihara</i> <i>João Pedro Pimenta de Souza</i> <i>Raul Mantovanelli Pestana Mota</i>	
<b>Educação, sexualidade e comportamento de risco: Relato de intervenção em psicologia escolar</b>	<b>93</b>
<i>Patrícia Vaz de Lessa</i> <i>Luiz Henrique dos Reis Souza</i> <i>Mariana Amaro Zangirolani</i>	
<b>Serviço Social e Psicologia nos NREs: Uma prática em construção no Paraná</b>	<b>94</b>
<i>Vanessa Mara Solcia</i> <i>Ana Cristina Paes Leme Giffoni Cilião Torres</i> <i>Ediane de Paula Machado Soares</i> <i>Patrícia Vaz de Lessa</i> <i>Wagner Roberto do Amaral</i>	
<b>Trabalho em equipe multidisciplinar. Ação conjunta no enfrentamento da violência nas escolas</b>	<b>95</b>
<i>Lisieux O. Petrassi de Moraes</i> <i>Thalita Gimenes Davanço</i>	
<b>Psicologia e Serviço Social na escola: Intervenções na perspectiva histórico-cultural e crítica</b>	<b>96</b>
<i>Lisieux O. Petrassi de Moraes</i> <i>Rosiane Martins de Souza Teodoro</i>	
<b>A família como potência no processo educacional – Cambé-PR</b>	<b>97</b>
<i>Elaine Cristina Peres da Fonseca</i> <i>Rosiane Martins de Souza Teodoro</i> <i>Franciella Massi de Castro</i> <i>Lisieux Osmarina Petrassi de Moraes</i> <i>Sonia Mari Shima Barroco</i>	

<b>A psicologia e a migração: Experiências de estágio e pesquisa em Umuarama-PR</b>	<b>99</b>
<i>Clarice Regina Catelan Ferreira</i> <i>Tainah Leticia Machado</i>	
<b>A proteção da infância no espaço escolar: Interface entre psicologia e serviço social</b>	<b>100</b>
<i>Aline Frollini Lunardelli</i> <i>Cristiane Muller Calazans</i> <i>Gabriela Silva Mesquita</i> <i>Izabely Rocha Nunes</i> <i>Letícia Otsuschi Sampaio</i>	
<b>Do que a escola nomeia ao que o sujeito vive: Olhares multidisciplinares</b>	<b>101</b>
<i>Fernanda Paco Carvalho Pinto</i> <i>Tayná Wiene Adorno Tomás</i> <i>Vanessa Cristina Nogueira</i>	
<b>Audiobooks como ação formativa para uma discente cega na disciplina de avaliação psicológica I</b>	<b>102</b>
<i>Katya Luciane de Oliveira</i> <i>Lucas Barbosa Namur</i> <i>Julia de Grande Almeida</i>	
<b>RPG de mesa como instrumento para relações humanas no ambiente educacional</b>	<b>103</b>
<i>Danielle Beltrame</i>	
<b>Criação heróica e pedagogia do oprimido: Mariátegui e Freire em diálogo</b>	<b>104</b>
<i>Oak Tonet Assad</i> <i>Nicolas Marciani Borges</i> <i>Alayde Maria Pinto Digiovanni</i>	
<b>Transformando brincadeiras em contos: Uma pesquisa-participante na educação infantil</b>	<b>106</b>
<i>Oak Tonet Assad</i> <i>Alayde Maria Pinto Digiovanni</i>	
<b>Psicologia e educação para a proteção das crianças: Experiência na extensão universitária</b>	<b>107</b>
<i>Aline Frollini Lunardelli</i> <i>Giovana dos Santos Branco</i> <i>Laura Rodrigues Wanke</i> <i>Maria Eduarda da Silva Piton</i> <i>Rebeca Gonçalves Maciel</i>	
<b>LAPEE: Espaço de formação, pesquisa e intervenção educacional</b>	<b>109</b>
<i>Beatriz Landim Fabri</i> <i>Ítalo Bitencourt Ciccotti</i> <i>Danilo Mulari Paiva Antonio</i> <i>Graziela Soares dos Santos</i> <i>Valéria Queiroz Furtado</i> <i>Jefferson Olivatto da Silva</i>	
<b>Curta-metragem a peste da Janice e círculo restaurativo: Reflexões sobre bullying</b>	<b>110</b>
<i>Camila Gabriela dos Santos</i>	

<b>Construção do trabalho coletivo: Equipe multi do NRE-Maringá e Projeto Escola em Ação</b>	<b>111</b>
<i>Fernanda Paco Carvalho Pinto</i> <i>Adriana Paniagua Fumagalli</i> <i>Eduarda Henrique</i> <i>Deborah Fernanda Darros</i> <i>Jully Anne Batista dos Santos</i> <i>Keuri Caroline Bonato da Costa</i> <i>Rogério Tanimoto</i> <i>Tayná Wiene Adorno Tomás</i> <i>Vanessa Cristina Nogueira</i> <i>Vitória de Oliveira Balestero</i>	
<b>Plano Bial: Referência estratégica para atuação multiprofissional</b>	<b>113</b>
<i>Claudia de Souza dos Santos</i> <i>Eufrozina Conceição Brandão</i> <i>Jheniffer Cristina Bernardi da Silva</i> <i>Karinn Sanches Bianco</i> <i>Lucas Santos de Souza</i> <i>Marcos Cristovam Lopes de Paula</i> <i>Marilene Santana Neves</i> <i>Nathalia Betim Ferreira</i> <i>Wellynton Nardes de Bairros</i>	
<b>Protocolo para intervenção em situação de luto</b>	<b>115</b>
<i>Claudia de Souza dos Santos</i> <i>Eufrozina Conceição Brandão</i> <i>Jheniffer Cristina Bernardi da Silva</i> <i>Karinn Sanches Bianco</i> <i>Lucas Santos de Souza</i> <i>Marcos Cristovam Lopes de Paula</i> <i>Marilene Santana Neves</i> <i>Nathalia Betim Ferreira</i> <i>Wellynton Nardes de Bairros</i>	
<b>MINICURSOS</b>	<b>117</b>
<b>Relações de gênero e diversidade sexual</b>	<b>118</b>
<i>Dayenne Karoline Chimiti Pelegrini</i> <i>Sandra Lourenço de Andrade Fortuna</i>	
<b>Racismo e Escola</b>	<b>120</b>
<i>André Henrique Mello Correa</i> <i>Rosiane Martins de Souza Teodoro</i>	
<b>Atuação nas redes de proteção social nos territórios</b>	<b>121</b>
<i>Paula Marques da Silva</i> <i>Lisieux O. Petrassi de Moraes</i>	
<b>Medicalização da vida social</b>	<b>123</b>
<i>Adriana de Fátima Franco</i> <i>Marcelo Ubiali Ferracioli</i> <i>Marcela Pereira Rosa</i> <i>Liana Lopes Bassi</i>	

<b>Avaliação psicoeducacional e equipe multidisciplinar</b>	<b>124</b>
<i>Hilusca Alves Leite</i> <i>Olegna de Souza Guedes</i>	
<b>O papel do setor de orientação e fiscalização dos Conselhos Profissionais na implementação da Lei 13.935/2019</b>	<b>126</b>
<i>Débora Larissa Lopes Quinelato</i> <i>Jaqueline Zuin dos Santos</i>	
<b>Currículo de Limeira/SP e inclusão: Qualidade e equidade no Projeto Político-Pedagógico</b>	<b>127</b>
<i>Maria Helvira Arantes Andrade</i>	
<b>Desigualdade, pobreza: Enfrentamento à precarização da vida escolar</b>	<b>129</b>
<i>Vantuir Trevisol</i> <i>Clarice Regina Catelan Ferreira</i>	
<b>TEXTOS COMPLETOS</b>	<b>130</b>
<b>Neoliberalismo em sala de aula: O discurso empreendedor na educação</b>	<b>131</b>
<i>Anna Julia Pontes dos Santos</i> <i>Diogo Pereira Ribeiro</i> <i>Marcela Pereira Rosa</i> <i>Rafaela Glinsky</i>	
<b>Inclusão de alunos com TEA: Psicologia escolar na não perpetuação de violências</b>	<b>139</b>
<i>Alice C. S. Carvalho</i> <i>Jaqueline Kauane Grecco</i> <i>Rafael Guillard Armelin</i>	
<b>Autodiagnóstico e medicalização no processo educacional: Relato de estágio em psicologia escolar</b>	<b>149</b>
<i>Sara Cristina Kistemacher da Silva</i> <i>Beatriz de Souza candido</i> <i>Emilly Perin Czerechowicz</i> <i>Marcela Pereira Rosa</i>	
<b>Serviço social, educação e povos indígenas: Possíveis contribuições da profissão</b>	<b>167</b>
<i>Renata Pacheco Abreu</i> <i>Ismael Giachini Freire</i> <i>Wagner Roberto do Amaral</i>	

# **IX ENCONTRO PARANAENSE DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL E I ENCONTRO PARANAENSE MULTIDISCIPLINAR DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL E SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO**

VIVÊNCIAS E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 13.935/2019

## **PROGRAMAÇÃO DO EVENTO**

### **DIA - 08/10/2025 – MANHÃ**

8h às 9h – Credenciamento

8h30 às 9h - Atividade Cultural

9h às 10h - Mesa de Abertura

10h às 11h30 - Conferência de Abertura - A Atuação Multiprofissional na Educação:  
Psicologia e Serviço Social

Profa. Dra. Eliana Bolorino Canteiro Martins – Assistente Social, Docente na UNESP/ Franca  
Profa. Dra. Sonia Mari Shima Barroco - Psicóloga, Docente do PPGPSI/UNIR/RO, ABRAPEE  
Coordenação: Profa. Dra. Patrícia Vaz de Lessa - Docente na UEL (Psicóloga)

### **DIA - 08/10/2025 – TARDE**

14h às 15h30 - Comunicação Oral e Relatos de Experiências

16h às 17h - Lançamento de Livros e Atividade Cultural

13h30 às 15h - Sessões de Comunicação Oral e Relato de Experiências

15h30 às 18h – Minicursos

#### **Minicurso 1: Relações de Gênero e Diversidade Sexual**

Profa. Dra. Dayenne Karoline Chimiti Pelegrini - UEL (Psicóloga)  
Profa. Dra. Sandra Lourenço de Andrade Fortuna - UEL (Assistente Social)

#### **Minicurso 2: Racismo e Escola- Sala 433**

Me. Rosiane Teodoro - Secretaria Municipal de Cambé (Psicóloga)  
Elaine Cristina Peres Fonseca - Secretaria Municipal de Cambé (Psicóloga)  
André Correia - Comitê Antirracista CRESS/PR- Ponta Grossa (Assistente Social)

#### **Minicurso 3: Atuação nas Redes de Proteção Social nos Territórios**

Profa. Paula Marques - UEL (Psicóloga)  
Lisieux Osmarina Petrassi de Moraes) - Câmara Temática de Educação/CRESS (Assistente Social)

#### **Minicurso 4: Juventudes e Violência**

Prof. Dr. Robert Miniguine Tavanti - UEL(Psicólogo)  
Profa. Dra. Andreia Pires Rocha) - Docente na UEL (Assistente Social)

#### **Minicurso 5: Medicalização da Vida Social**

Profa. Dra. Adriana de Fátima Franco - UEM/Maringá - (Psicóloga)  
Prof. Dr. Marcelo Ubeali Ferracioli - UEPG/Ponta Grossa - (Psicólogo)  
Profa. Dra. Marcela Pereira Rosa -UNICENTRO- (Psicólogo)  
Profa. Dra. Liana Lopes Bassi - CRESS/Seccional de Londrina (Assistente Social)

#### **Minicurso 6: Avaliação Psicoeducacional e Trabalho Multiprofissional - Sala 437**

Profa. Dra. Hilusca Alves Leite - UEM (Psicóloga)  
Profa. Dra. Olegna de Souza Guedes - Conselheira Presidenta do CRESS-PR (Assistente Social)

#### **Minicurso 7: O Papel do Setor da Orientação e Fiscalização dos Conselhos Profissionais na Implementação da Lei 13.935/2019**

Me. Debora Larissa Lopes Quinelato - Agente fiscal do CRP (Psicóloga)  
Dra. Jaqueline Zuin dos Santos - Agente Fiscal do CRESS (Assistente Social)

#### **Minicurso 8: Currículo e Inclusão - O Projeto Político Pedagógico em Debate**

Profa. Dra. Sonia Mari Shima Barroco - Psicóloga, Docente do PPGPSI/UNIR/RO, ABRAPEE (Psicóloga)  
Profa. Me. Maria Helvira Arantes Andrade - Instituto Superior de Ciências Aplicadas, Limeira/SP (Assistente Social)

#### **Minicurso 9: Atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos/os junto aos Povos Indígenas**

Ana Ortiz - Psicóloga Indígena Londrina  
Me. Gilza Pereira - Assistente Social Indígena Londrina

#### **Minicurso 10: Desigualdade, Pobreza: Enfrentamento à Precarização na Vida Escolar**

Profa. Dra. Clarice Regina Catelan Ferreira - Unipar - Umuarama - (Psicóloga)  
Me. Vantuir Trevisol) - Seduc Cascavel; Câmara Temática da Educação do CRESS/PR)  
(Assistente Social)

### **DIA - 09/10/2025 - MANHÃ**

#### **8h30 às 10h - Mesa Redonda 1: Educação para a Formação Humana: Contribuições da Psicologia e do Serviço Social**

Profa. Dra. Graziela Lucchesi Rosa da Silva – Docente na UFPR - (Psicóloga)  
Profa. Me. Maria Helvira Arantes Andrade - Docente no Instituto Superior de Ciências Aplicadas, Limeira/SP - (Assistente Social)  
Coordenação: Dra. Ilda Lopes Witiuk - CRESS/Pr - (Assistente Social)

**10h30 às 12h - Mesa Redonda 2: Formação e Atuação Profissional: Psicólogos(as) e Assistentes Sociais na Educação Básica**

Prof. Dr. Wagner Roberto do Amaral - Docente na UEL (Assistente Social)

Profa. Dra. Alayde Digiovanni - Docente na Unicentro - (Psicóloga)

Coordenação: profa. Dra. Ana Cristina Paes Leme Giffoni Cilião Torres - Docente na UEL (Psicóloga)

**DIA - 09/10/2025 – TARDE**

**14h às 15h30 - Comunicação Oral e Relatos de Experiências**

**17h às 18h30 - Mesa de Encerramento: Psicologia e Serviço Social e o Desafio da Lei 13.935/2019**

Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Férriz - Docente na UFBA (Assistente Social)

Profa. Dra. Marilda Gonçalves Dias Facci – Docente na UEM - ABRAPEE (Psicóloga)

Coordenação: Profa. Dra. Olegna de Souza Guedes - Docente PPGSER UEL - (Assistente Social)

## APRESENTAÇÃO

A Representação Estadual da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional do Paraná (ABRAPEE/PR) vem realizando encontros em diferentes cidades e instituições de ensino superior desde 2004, conforme o Quadro 1.

*Quadro 1 - Edições do ENCONTROS PARANAENSES DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL*

DATA	EDIÇÃO DO EVENTO	LOCAL
08 a 09/11/2004	I ENCONTRO PARANAENSE DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL "Da teoria à prática escolar" (informes em CD-Rom)	UEM / MARINGÁ
22 a 24/11/2006	II ENCONTRO PARANAENSE DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL "A Educação que se faz Especial" (informes em CD-Rom)	UEM / MARINGÁ
20 a 21/11/2008	III ENCONTRO PARANAENSE DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL (informes em CD-Rom)	UEL / LONDRINA
05 a 06/11/2012	IV ENCONTRO PARANAENSE DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL "Psicologia e Educação: em defesa da escolarização e do desenvolvimento". <a href="https://iveppee.blogspot.com/">https://iveppee.blogspot.com/</a>	UEM / MARINGÁ
23 a 25/04/2014	V ENCONTRO PARANAENSE DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL "Psicologia e a Educação Básica: desafios e proposições" <a href="https://obeducuel.blogspot.com/2014/02/v-encontro-paranaense-de-psicologia.html">https://obeducuel.blogspot.com/2014/02/v-encontro-paranaense-de-psicologia.html</a>	UNIOESTE/ FOZ DO IGUAÇU
30 /03 a 01/04/2017	VI ENCONTRO PARANAENSE DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL "As contribuições da Psicologia para uma educação emancipadora" <a href="https://www.facebook.com/events/1190699357657237/">https://www.facebook.com/events/1190699357657237/</a>	UNICENTRO / IRATI
18 a 20/04/2018	VII ENCONTRO PARAENSE DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL "Psicologia Escolar e Educação Especial: políticas públicas fundamentos teóricos e intervenções práticas em prol do desenvolvimento humano" <a href="https://www.facebook.com/photo/?fbid=1454383058004945&amp;set=gm.223549234872435">https://www.facebook.com/photo/?fbid=1454383058004945&amp;set=gm.223549234872435</a>	UEM/ MARINGÁ
2023	VIII ENCONTRO PARAENSE DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL "Psicologia, Educação e Processos Criativos: a ciência em defesa da vida". <a href="https://8encontopr.abrapee.psc.br/apresenta%C3%A7%C3%A3o">https://8encontopr.abrapee.psc.br/apresenta%C3%A7%C3%A3o</a>	UNIOESTE/ CASCAVEL
2025	IX ENCONTRO PARANAENSE DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL E I ENCONTRO PARANAENSE MULTIDISCIPLINAR DE PSICOLOGIA ESCOLAR/EDUCACIONAL E SERVIÇO SOCIAL "Psicologia escolar e serviço social - vivências e desafios na implementação da lei 13.935/2019." <a href="https://app.ciente.studio/encontroparanaense-abrapee">https://app.ciente.studio/encontroparanaense-abrapee</a>	UEL / LONDRINA

O Encontro Paranaense de Psicologia Escolar e Educacional promovido pela ABRAPEE realizou, em 2025, a sua nona edição. Os eventos estaduais têm sido estratégia da Associação para permitir uma organização estadual/regional das ações em prol da Psicologia Escolar considerando especificidades locais, suas demandas e as alternativas que se desenham. A inovação para esta edição foi a realização do evento em parceria com o Serviço Social.

Com a implementação da Lei 13.935/2019, algumas iniciativas estaduais e municipais para a contratação de psicólogos e assistentes sociais têm sido crescentes, e passa a ser imperioso que se promova espaço para que se discuta a implementação desta lei, os alcances que ela pode ter em favor de uma educação básica e superior de qualidade para todas as pessoas. Desse modo, isso nos leva à necessidade de reflexões, proposições, e compartilhamento de práticas exitosas sobre a formação e atuação desses profissionais.

O evento ocorrido em Londrina, foi uma possibilidade ímpar de encontro e discussões entre as duas categorias profissionais de psicólogos/as e assistentes sociais, assim como entre demais profissionais de outras áreas que realizam estudos e pesquisas na área de educação. Tratou-se de um espaço privilegiado de produção de conhecimento científico e de fortalecimento das práticas profissionais, que busca consolidar a atuação multiprofissional como parte essencial do processo educacional.

A relevância deste evento foi reafirmar o compromisso da Psicologia e do Serviço Social com a escola pública e com a efetivação de políticas educacionais que garantam o direito à educação de qualidade, inclusiva e humanizadora. Nesse sentido, torna-se fundamental destacar e defender a **implementação plena da Lei 13.935/2019**, que assegura a presença de psicólogos(as) e assistentes sociais nas redes públicas de educação básica. Essa legislação representa um marco histórico na luta pela inserção de profissionais que possam contribuir, de maneira qualificada, para a promoção do desenvolvimento humano, para o enfrentamento das desigualdades educacionais e para a construção de uma escola verdadeiramente democrática. Mais do que um espaço de troca acadêmica, este encontro simboliza também uma luta histórica por reconhecimento e condições de trabalho adequadas, de modo que as práticas desses profissionais possam efetivamente transformar a realidade escolar e garantir direitos às crianças, adolescentes e famílias.

Gostaríamos de registrar nosso reconhecimento a todas as instituições envolvidas na organização deste evento, às entidades de classe e associações científicas que apoiaram o evento, bem como os palestrantes, coordenadores de mesas, apresentadores de trabalhos e ao público participante. Sem a contribuição de cada um de vocês, não seria possível construir este espaço de diálogo e de avanço científico. É na diversidade de experiências, pesquisas e vivências aqui reunidas que residiu a riqueza deste encontro.

Foram dois dias intensos de atividades marcados por diálogos construtivos, novas parcerias institucionais e fortalecimento das práticas profissionais comprometidas com a transformação social. Agradecemos profundamente a presença de cada um e cada uma participante.

Neste Anais do IX Encontro Paranaense de Psicologia Escolar e Educacional e o I Encontro Paranaense Multidisciplinar de Psicologia Escolar e Educacional e Serviço Social o leitor encontrará resumos e textos completos que retratam um pouco do que ocorreu no evento.

Salientamos que os conteúdos expostos expressam as concepções das(os) autores dos textos.

Boa leitura!

Comissão Organizadora  
Comissão Científica

## COMISSÕES

### COMISSÃO ORGANIZADORA

**Presidente da Comissão Organizadora:** Patrícia Vaz de Lessa

Alayde Maria Pinto Digiovanni  
Ana Cristina Paes Leme Giffoni Cilião Torres  
Ilda Withuk  
Juliete Guerra Hiradai  
Olegna de Souza Guedes  
Paula Marques  
Sonia Mari Shima Barroco  
Valéria Queiroz Furtado  
Vantuir Trevisol

### COMISSÃO CIENTÍFICA

**Presidente da Comissão Científica:** Marilda  
Gonçalves Dias Facci

Alayde Maria Pinto Digiovanni – UNICENTRO - Irati  
Alessandra Pimentel - UFSJ - São João Del Rei  
Ana Cristina P. L. Giffoni Cilião Torres - UEL - Londrina  
Clarice Catelan Ferreira – UNIPAR - Umuarama  
Claudia Barbosa- FAG e UNIOESTE - Cascavel  
Dayenne Karoline Chimiti Pelegrini - UEL - Londrina  
Elvenice Tatiana Zoia – UNIOESTE - Cascavel  
Eneida Santiago - UEL - Londrina  
Fabíola Batista Gomes Firbida - Centro Universitário  
Integrado de Campo Mourão – Campo Mourão  
Gabriela de Conto Bett – UNIPAR – Cascavel  
Graziela Lucchesi Rosa da Silva – UFPR - Curitiba  
Hilusca Alves Leite – UEM - Maringá  
Ilda Withuk - CRESS/PR  
Jefferson Olivatto da Silva - UEL - Londrina  
Leandro José de Araujo - IFPR - FATEC - Curitiba  
Letícia Cavaliere Beiser de Melo – UEM - Maringá  
Maiango Dias - UEL - Londrina  
Marcela Pereira Rosa – UNICENTRO - Irati  
Marcelo Ubiali Ferracioli – UEPG – Ponta Grossa  
Maria Julia Lemes Ribeiro – UEM - Maringá  
Marilda Gonçalves Dias Facci – UEM - Maringá

Nathalia Buono - Mestranda - UEL  
Neide da S. Duarte de Matos – UNIOESTE - Cascavel  
Nilza Sanches Tessaro Leonardo – UEM - Maringá  
Olegna Guedes - UEL - Londrina  
Patricia Vaz de Lessa - UEL - Londrina  
Paula Marques - UEL - Londrina  
Rafael Guillard Armelin - UEL - Londrina  
Raquel Garcia de Lima Sória - Doutoranda - UEL  
Rejane Teixeira Coelho – UNIOESTE - Cascavel  
Roselania Francisconi Borges – UEM - Maringá  
Silvana Borges - UFSM - Rio Grande do Sul  
Sonia Mari Shima Barroco – UEM-Maringá, UNIR-  
Porto Velho  
Sonia Regina Vargas Mansano - UEL - Londrina  
Stefânia Rosa Santos - Mestranda - UEL  
Tania Gracieli Vega Incerti - IFPR - Curitiba  
Valéria Queiroz Furtado - UEL - Londrina  
Wagner Roberto do Amaral - UEL - Londrina  
Zaira Fátima R. de Gonzalez Leal – UEM - Maringá  
Renata Pacheco Abreu - Doutoranda - UEL  
Weslei Trevisan Amancio - Doutorando - UEL

# **CONFERÊNCIA DE ABERTURA**

# A ATUAÇÃO MULTIPROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO

## PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL

Sonia Mari Shima Barroco - ABRAPEE, UNIR/RO, UFAM/AM  
contato@soniashima.com.br

O propósito da conferência de abertura é de expor aspectos históricos da constituição da Psicologia Escolar como uma área de estudos sistematizados, científicos, e como um campo intervenção profissional. Justifica-se a sua realização ante a necessidade de se recuperar os caminhos percorridos até se chegar à Lei 13.935/2019, que prevê a contratação de profissionais da Psicologia e do Serviço Social pelas Redes Públicas de Ensino para comporem equipes multiprofissionais. Metodologicamente, esse conteúdo resulta de estudos teóricos, de práticas como psicóloga escolar, como docente e supervisora de estágios curriculares na área. Assim, retoma-se aspectos da conjuntura política e socioeconômica da década de 1960, quando foi implementada a Lei Nº 4.119/1962, que dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Diante das contradições daquela sociedade, sob o regime militar, o exposto nesta lei para a formação e a atuação em Psicologia foi se tornando cada vez mais anacrônico, insustentável. Assim, a perspectiva crítica, que vai além das aparências dos fenômenos, retrocedendo às suas origens, aos múltiplos fatores implicados para suas emergências, desenvolvimentos e superações. Toma-se como exemplo, o insucesso escolar, que não poderia mais ser explicado somente pela constatação de rebaixamento do quociente de inteligência, pelas mazelas das famílias mais pobres ou por causas pessoais, individuais das/os aluna/os. Por um lado, olhar para essa história à luz da teoria histórico-cultural, permite recuperar o acumulado da área numa perspectiva dialética, buscando identificar os impactos da boa escolarização na aprendizagem de crianças, jovens e adultos, e, em seus desenvolvimentos, Por outro, também permite subsidiar as redes, as instituições educativas e as/os professores em suas atividades de ensino, enfrentando a incongruência entre ser profissional que é contratado para ensinar, mas que, por diferentes razões, não consegue efetivar sua função, o que contribui para seu adoecimento, bem como da comunidade escolar como um todo. Com a nova lei, entende-se que a Psicologia Escolar e o Serviço Social possam contribuir ainda mais para que as finalidades da Educação, previstas em diferentes leis e políticas possam ser alcançadas, e os direitos fundamentais possam ser observados. Conclui-se que os desafios estão postos, indo desde a inclusão de suas contratações via Fundeb, na parcela dos 70%, o que requer que sejam considerados profissionais da educação, até a compreensão das atribuições/funções que os cargos desses profissionais abarcam. Indica-se, pois, as conquistas alcançadas e aponta-se para os desafios ainda a serem enfrentados, mediante o fortalecimento do trabalho coletivo.

**Palavras-chave:** Psicologia Escolar; Políticas Públicas da Educação; Educação.

# **MESA REDONDA**

# EDUCAÇÃO PARA A FORMAÇÃO HUMANA

## CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA E DO SERVIÇO SOCIAL

Graziela Lucchesi Rosa da Silva – UFPR  
grazielaluc@hotmail.com

Discutir papel da Psicologia na rede educacional voltada à formação do sujeito, sob os fundamentos do materialismo histórico-dialético e da Psicologia Histórico-Cultural, implica considerar alguns pressupostos centrais: 1) A educação é um ato humano que conduz a formação do gênero humano nos sujeitos singulares, tendo como ponto de partida e de chegada as relações sociais. É processo formativo, com transformações qualitativas e complexas, que envolve o surgimento do novo, ou seja, de necessidades, conhecimentos, habilidades, valores, atitudes constituídas na relação com o outro, com o meio. 2). Esse processo é histórico, pois está diretamente vinculado às condições concretas de existência e às formas sociais de produção da vida em cada período. São essas condições que fomentam e possibilitam o conteúdo e a forma como cada um está a se fazer humano (Nagel, 2014). 3). Sob o marco do capital, o processo de formação é atravessado por tensões entre humanização e desumanização. A concentração da riqueza, a exploração e a dominação rompem a unidade entre gênero humano e o indivíduo concreto. 4). Sob tal lógica, conforme aponta Nagel, vigora concepção de indivíduo apartado do outro, da comunidade e do coletivo e as diferenças causadas pelas desigualdades sociais são convertidas em fracasso do sujeito, em demérito pessoal. Os desafios societários expressam a barbárie capitalista, se manifestam no contexto escolar e se convertem em demandas à Psicologia. 5) A escola é uma instituição social cujo papel se volta à civilização, à formação, mas vive e reforça as contradições da sociedade, não estando isenta ou alheia aos tensionamentos sociais. Sob a mesma perspectiva, a Psicologia se consolidou como ciência sob a marca da adaptação, da individualização, da classificação, por ser fruto e necessidade de um contexto histórico, político e econômico, marcado pelos valores ocidentais e pelas demandas capitalistas. Evidentemente, tais princípios não são universais nem neutros, pois derivam de uma concepção específica de humanidade e de educação, que orienta a maneira de compreender e intervir no mundo, a partir das contradições da sociedade, posicionando-se contra o irracionalismo, o obscurantismo e a estupidez enquanto formas de vida. Se, a princípio, essa unidade teórica-metodológica pode parecer distante do enfrentamento dos desafios cotidianos, em essência, oferece ferramentas para tencionar a aparência dos fatos, o pragmatismo técnico, a formação massificada que desconsidera a diversidade humana, a naturalização do desenvolvimento à medida que fomenta uma dimensão essencial da condição humana: a capacidade de desvendar, compreender e atuar sobre a realidade (Nagel, 2010). Essa conduta orienta a atuação da Psicologia no contexto escolar comprometida em colocar os conhecimentos da ciência psicológica a serviço de reflexões coletivas e interdisciplinares dos processos educativos, identificando e analisando as relações constituintes das demandas para a mobilização dos processos de ensino e aprendizagem, da humanização e do desenvolvimento integral dos sujeitos.

**Palavras-chave:** Psicologia Histórico-Cultural, educação, processo formativo, humanização-desumanização, atuação profissional.

## O DESAFIO DA LEI Nº. 13.950/2019 PARA O SERVIÇO SOCIAL

Adriana Freire Pereira Ferriz – UFBA  
adriana.ferriz@ufba.br

A mesa intitulada “O desafio da Lei nº. 13.950/2019 para o Serviço Social” tem o objetivo de refletir sobre os desafios para a regulamentação da Lei nº. 13.935/2019 que versa sobre a inserção de assistentes sociais e psicólogos nas redes públicas de educação. A exposição foi organizada considerando três momentos. O primeiro é a inserção de assistentes sociais na educação e o histórico de tramitação da Lei nº 13.935/2019. Neste eixo será traçada uma linha histórica da tramitação do projeto de lei que deu origem à Lei nº. 13.935/2019, processo que se desenrolou ao longo de quase 20 anos. Neste tópico, destacam-se, também, normativas da categoria sobre a inserção de assistentes sociais na educação básica, a exemplo dos subsídios para a atuação de assistentes sociais na educação. Assim, são apresentados os eixos centrais da atuação de assistentes sociais na educação, quais sejam: acesso de crianças e adolescentes à educação, permanência na escola democratização das relações e decisões institucionais e qualidade dos serviços oferecidos nas escolas. O segundo momento é a discussão do contexto da aprovação da Lei nº. 13.935/2019 que trará a apresentação do próprio texto da lei bem como o contexto que permeou a aprovação da lei. Por fim, num terceiro momento trata-se do processo de regulamentação da Lei nº. 13.935/2019, tomando como referência a reconfiguração da luta pela inserção de assistentes sociais e psicólogos na educação.

Palavras-chave: Educação; Serviço Social; Lei nº. 13.935/2019.

## A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA FORMAÇÃO HUMANA DOS ESTUDANTES DE LIMEIRA/SP

Maria Helvira Arantes Andrade - PML/SME  
educação.servicosocial@edu.limeira.sp.gov.br

O Serviço Social Educacional na rede municipal de educação de Limeira existe há 28 anos. A partir do ano de 2013, a atuação das/os assistentes sociais passou a ser desenvolvida com base na perspectiva da educação emancipatória, fundamentada em autores como Demerval Saviani e Paulo Freire. Essa abordagem compreende a educação como prática política e transformadora, valorizando a diversidade cultural, a participação ativa dos sujeitos e a formação crítica e humanizadora. O Serviço Social Educacional passa a contribuir para a efetivação do direito à educação de qualidade e com equidade, articulando-se às políticas públicas e ao Projeto Político-Pedagógico da rede municipal. Importante ressaltar a importância do documento publicado pelo Conselho Federal de Serviço Social - Subsídios para o trabalho de assistentes sociais na educação e do processo de construção do currículo da rede municipal de ensino de Limeira, fundamentado na Pedagogia Histórico-Crítica. Neste sentido, esta mesa tem como objetivo contribuir para formação de assistentes sociais e psicólogos sobre as atribuições destes profissionais para formação humana dos estudantes. Foi elaborado a partir da análise de documentos técnicos produzidos pela equipe do setor, incluindo o Manual de Orientação e Procedimentos do Serviço Social e da Psicologia Educacional, além de artigos científicos elaborados pela equipe do Serviço Social. A inserção do Serviço Social Educacional no Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, no ano de 2017, fortaleceu sua atuação voltada ao processo ensino-aprendizagem. A equipe passou a planejar, executar e avaliar ações de forma intra e intersetorial, envolvendo comunidade escolar, território e políticas públicas. O trabalho foi priorizado para atender estudantes com baixa frequência, baixo desempenho escolar e beneficiários de programas sociais, como o Bolsa Família. Essa integração possibilitou o desenvolvimento de práticas coletivas, articuladas e comprometidas com a aprendizagem e permanência escolar. As demandas para o Serviço Social passaram a ser identificadas em reuniões trimestrais dos Conselhos de Ciclo das Unidades Escolares, permitindo a sistematização e o planejamento de ações. Ao longo dos anos, o Serviço Social Educacional consolidou-se como prática interdisciplinar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais, promovendo a participação comunitária e contribuindo para uma educação mais democrática. As ações voltadas à qualidade com equidade foram reconhecidas como fundamentais para a formação integral do sujeito, que destaca a educação como instrumento de constituição humana. A trajetória do setor de Serviço Social na Educação em Limeira evidencia que a presença de assistentes sociais na educação amplia a compreensão da realidade escolar e potencializa estratégias de enfrentamento das desigualdades. A atuação intersetorial de profissionais do Serviço Social se mostrou essencial para responder às múltiplas demandas sociais que incidem sobre a escola, garantindo acesso, permanência e melhores condições de aprendizagem. Os resultados da integração do Serviço Social à rede municipal podem ser analisados também por meio das avaliações externas, que apontam impactos positivos na aprendizagem. Assim, o trabalho dos referidos técnicos do Serviço Social, contribuiu para consolidar uma prática emancipatória e humanizadora, reafirmando a educação pública e de qualidade, como direito social fundamental.

**Palavras-chave:** Formação humana; Serviço social educacional; Qualidade e equidade.

## PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL E O DESAFIO DA LEI 13.935/2019

Marilda Gonçalves Dias Facci – ABRAPEE e UEM  
marildafacci@uem.br  
Agência financiadora: CNPq

Depois de cerca de 20 anos foi aprovada a Lei 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de Educação Básica. Desde a sua tramitação da Lei até o momento atual muitos desafios já foram e estão sendo vivenciados. No entanto, é fundamental destacar as conquistas já efetivadas pela área de Psicologia no contexto escolar. Desta forma, o objetivo desta conferência é discorrer sobre os avanços alcançados pela Psicologia Escolar e Educacional na sua relação com a educação. São eles: 1) a aprovação da Lei 13.935/2019; 2) as legislações que focam a atuação do profissional nesta área; 3) a produção de subsídios teórico-práticos para superar a visão tradicional em psicologia, em direção a uma visão crítica; 4) as práticas que envolvem a comunidade escolar, tirando o foco exclusivo no(a) estudante; 5) a articulação com as demais políticas sociais; 6) as condições de trabalho, contra a precarização do serviço; e, 7) as ações políticas da ABRAPEE. Concluindo, compreendemos que muitas barreiras ainda precisam ser superadas em defesa da atuação profissional direcionada à apropriação dos conhecimentos por todas as pessoas, em uma sociedade de classes antagônicas. Ressaltamos que reforçamos a importância da presença da Psicologia na educação porque essa ciência, calcada no materialismo histórico e dialético, busca a essência dos fatos que ocorrem no processo ensino e aprendizagem. Na nossa exposição fazemos a defesa intransigente da boa escola para todas as pessoas, aquela que se adianta ao desenvolvimento e promove a emancipação humana, conforme propõe a Pedagogia Histórico-Crítica e a Psicologia Histórico-Cultural.

**Palavras-chave:** Lei 13.935/2019; Psicologia Escolar e Educacional; Avanços e Desafios.

# COMUNICAÇÃO ORAL

# O DESENVOLVIMENTO MORAL DE ADOLESCENTES COM DOTAÇÃO E TALENTO

Vilma Aparecida Bianchi - UNESP  
vilma.bianchi@unesp.br

A adolescência é um importante momento no desenvolvimento do juízo moral, pois, na sociedade contemporânea, os jovens vêm enfrentando novos desafios éticos e morais. E compreender, por meio da avaliação do juízo moral, como os adolescentes dotados e talentosos pensam sobre esses desafios, pode fornecer informações valiosas sobre o desenvolvimento moral nesta fase da vida. Pensando nisso, o objetivo geral do presente estudo consiste em avaliar e compreender o desenvolvimento moral de adolescentes com dotação e talento, verificando se há especificidade no juízo moral desses adolescentes, ligados à capacidade de compreensão e capacidade dialógica. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa e desenvolvida por meio do Método Clínico Piagetiano. A coleta de dados foi realizada mediante entrevistas semiestruturadas com historietas morais, pautadas nos protocolos piagetianos inseridos no livro de Piaget (1932/1994) o Juízo Moral na Criança. O estudo foi realizado no Centro para o Desenvolvimento do Potencial e Talento (CEDET), com dez adolescentes. Os resultados indicaram que os adolescentes entrevistados se encontram preponderantemente em semiautonomia, um momento de transição no qual eles adquirem maior capacidade de compreender ideias abstratas. Sobre o fato de haver alguma especificidade no desenvolvimento do juízo moral de adolescentes dotados e talentosos, não foram encontradas outras, senão o fato de que a capacidade cognitiva avançada pode facilitar o desenvolvimento moral autônomo. Porém, apesar de haver uma relação entre o desenvolvimento cognitivo e o moral, uma vez que são dimensões indissociáveis, a proporcionalidade entre moral e cognição não é determinante, pois a cognição não mantém uma associação direta com o nível de desenvolvimento moral, logo, não é condicionado por este. Assim, reflete-se sobre o fato de que as escolas precisam ser ambientes mais justos no que diz respeito aos valores morais, porque elas raramente oferecem oportunidades que promovem o desenvolvimento da autonomia moral.

**Palavras-chave:** Adolescentes; Dotação e Talento; Desenvolvimento Moral; Desenvolvimento cognitivo; Método Clínico Piagetiano.

# HISTÓRIA DE UMA COMPREENSÃO MATERIALISTA HISTÓRICO-DIALÉTICA DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E SUAS IMPLICAÇÕES EM INTERVENÇÕES EDUCACIONAIS

Wagner Luiz Luiz Schmit Ishibashi

**Introdução:** Este trabalho busca apresentar uma revisão de literatura sobre a história do Transtorno do Espectro Autista (TEA) numa compreensão Materialista Histórico-Dialética, ressaltando as contribuições da Psiquiatria Infantil Soviética "Grunya Efimovna Sukhareva" e seus colaboradores, bem como as implicações e experiências profissionais em campo. Esse trabalho foi realizado em decorrência da procura por uma alternativa a compreensão e intervenção baseada na "Análise do Comportamento Aplicada" (Applied Behavior Analysis - ABA) e provocações do livro "Autismo sem máscara" de "Devon Price". Método: Foi realizada uma revisão de literatura em línguas portuguesa e Inglesa através da plataforma Google Acadêmico utilizando as palavras-chave "transtorno do espectro autista", "autismo", "Sukhareva", "Vigotski" e "psicologia histórico-cultural". Por se tratar de um estudo buscando bases teóricas para atuação profissional, e não se tratar de uma pesquisa acadêmica formal, não foi realizada uma busca exaustiva do material. Se utilizou do método materialista histórico-dialético para análise e suprassunção do material e sua utilização na prática profissional nas cidades de "Colombo" e "Ibiporã" no estado do "Paraná". Resultados e Análise: A literatura encontrada revelou, com base em fontes históricas primárias e secundárias, a história de "Leo Kanner" e "Johann 'Hans' Friedrich Karl Asperger" como os "descobridores" do autismo em 1944, e que o TEA teria sido inicialmente descrito como "psicopatia esquizóide" por Sukhareva em dois artigos publicados em alemão em Berlim em 1926 e 1927, e um artigo em russo publicado em Moscou em 1930. É importante também notar que o psicólogo "L. S. Vigotski" analisa um destes artigos. A pesquisa sobre autismo na União Soviética continua através da aluna de Sukhareva "K. S. Lebedinskaia" e do aluno de "A. R. Luria", "V. V. Lebedinski", que fazem conexão e continuidade direta entre os trabalhos de Sukhareva e a Psicologia Histórico-Cultural. Já em seus primeiros artigos Sukhareva apresenta a causalidade do autismo em deficiências inatas de determinados sistemas cerebrais ou endócrinos que se manifestam como sintomas primários de característica "psicomotora", e que as relações sociais, principalmente os "traumas devidos ao contato com o coletivo infantil" na escola, promovem o desenvolvimento de sintomas secundários de caráter emocional e de déficits nas habilidades sociais. Também impressiona a semelhança das descrições de Sukhareva da "psicopatia esquizóide" com a descrição do TEA no DSM V. Enquanto a maioria das intervenções relacionadas ao TEA tem como foco o desenvolvimento de habilidades sociais e desenvolvimento da fala, entendemos que isso pode promover "mascaramento" e mais crises de sobrecarga sensorial, como o "meltdown" e o "shutdown", comprometendo o desenvolvimento e o aprendizado. Neste sentido, nossas intervenções têm buscado auxiliar educadores e responsáveis na identificação e manejo das crises de sobrecarga sensorial, de forma a evitar as crises e garantir uma situação social de desenvolvimento que permita o aprendizado e desenvolvimento, bem como formas saudáveis de compensação. Até o momento essa estratégia teve uma devolutiva favorável por parte de educadores e responsáveis de pessoas com TEA, mas ainda são necessários estudos do material de pesquisa produzido na Rússia, estudos mais abrangentes em termos de população brasileira, bem como estudos longitudinais.

**Palavras-chave:** História do Transtorno do Espectro Autista (TEA); Grunya Efimovna Sukhareva; Teoria Histórico-Cultural e TEA; Desenvolvimento ontogenético do TEA; Intervenções escolares relacionadas ao TEA.

## VIOLÊNCIA E CONVIVÊNCIA NA ESCOLA

### DESAFIOS NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Mirian Alves Carvalho - USP

mirianac@usp.br

Marilene Proença Rebelo de Souza - USP

mprdsouz@usp.br

Alayde Maria Pinto Digiovanni - USP

alayde@unicentro.br

Refletir sobre a temática da violência e da convivência escolar no atual contexto histórico brasileiro, marcado por inúmeros retrocessos em termos de perdas de direitos básicos conquistados ao longo de lutas históricas da classe trabalhadora com ataques crescentes aos direitos humanos, com o crescimento da violência, tem sido um desafio. Nesse sentido, este trabalho busca compreender a produção dos processos de violência escolar, visando analisar as condições escolares que constituem tais situações. Os projetos educacionais têm sofrido forte influência do ideário neoliberal que propõe a privatização de serviços públicos, a utilização de plataformas de ensino e a avaliação do trabalho docente por meio de medidas empresariais. Os valores difundidos por tais políticas centram-se no individualismo, na competição e na meritocracia. Tais questões têm impedido o desenvolvimento de práticas inclusivas, críticas e de melhoria da qualidade social do ensino, afetando diretamente o processo de escolarização, quer do ponto de vista da aprendizagem, quer da convivência escolar. O aumento das situações de violência nas escolas e das escolas são presentes nas notícias e nos dados de pesquisa analisados. Esta questão se agudiza em contextos sociais mais vulnerabilizados e empobrecidos. Esta pesquisa de doutorado em andamento, com o título "Brasil e Paraguai: um estudo comparado sobre o fenômeno da violência que se manifesta sob distintas circunstâncias nas relações escolares" tem por objetivo é compreender o fenômeno da violência que se manifesta sob diversas circunstâncias nas relações escolares. Para tanto, escolhemos como lócus da investigação as áreas fronteiriças, especificamente na fronteira da cidade de Foz do Iguaçu-Brasil e Ciudad del Este-Paraguai, buscando compreender as dimensões social, econômica, política, educacional e cultural dos atos de violência nas escolas. A temática violência na escola tem provocado grandes debates e intenso trabalho de pesquisa, abordando suas causas, conceitos, manifestações e ações de enfrentamento. Por ser a escola um universo complexo, rico em diversidades e que abriga uma heterogeneidade de inter-relações, discutir a convivência escolar e o clima escolar poderá ser uma alternativa na construção de novos caminhos de melhoria das relações interpessoais, na prevenção às violências e no processo ensino e aprendizagem no contexto educacional. Nos espaços fronteiriços, as violências se manifestam como fruto de um processo de exploração e de desigualdade social, e são campos para pesquisas que resultam em formulação de políticas públicas educacionais para os países latino-americanos. Trata-se de pesquisa de natureza qualitativa, por meio de estudo etnográfico e contempla uma investigação bibliográfico-documental sobre a violência na escola. Conta com investigação de campo, em duas escolas públicas (Brasil e Paraguai) com observações e entrevista semiestruturada, aplicação de instrumentos de medida para avaliar o Clima Escolar realizado com educadores e educandos na construção de estudo de caso. Espera-se que os resultados possam auxiliar na formulação de políticas públicas com contribuições possíveis da Psicologia Escolar para o enfrentamento desse fenômeno.

**Palavras-chave:** Violência; Convivência Escolar; Políticas Educacionais; América Latina.

# ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS/OS ESCOLARES NO PARANÁ

## BULLYING, VIOLÊNCIA E INCLUSÃO ESCOLAR

Laura Canha Borgonha da Silva - UEL  
laura.canha.borgonha@uel.br  
Patrícia Vaz de Lessa - UEL  
patricia.lessa@uel.br

Com o avanço da institucionalização da profissão de psicólogas/os escolares através da aprovação da Lei 13.935/2019, que traz a obrigatoriedade da oferta de serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de educação básica, interessa-nos a conhecer e analisar como tem se dado a atuação do psicólogo/o escolar, tendo como recorte a rede municipal de ensino e escolas especiais do estado do Paraná, no período de 2010 a 2023, focalizando as seguintes temáticas, muito recorrentes no cotidiano escolar: a inclusão com pessoas com deficiência e o enfrentamento ao bullying e à violência. Para tanto, a presente pesquisa, vinculada à Iniciação Científica do projeto "Atuação de psicólogas/os escolares e educacionais no estado do Paraná: concepções, desafios e inovações nas políticas públicas de educação básica", coordenado pela Profa. Dra. Patrícia Vaz de Lessa, possui caráter documental, baseada em levantamento bibliográfico realizado nos bancos de dados Scielo, Lilacs, Redalyc, Pepsic e BVS-Psi, em que se utilizou descritores articulados entre si, tais como "psicologia escolar", "psicologia educacional", "paraná", "deficiência", "inclusão escolar", "bullying", "assédio" e "violência escolar". Devido a pesquisa ainda estar em andamento, os dados apresentados fazem referência à análise quantitativa dos 84 artigos selecionados, segundo os critérios adotados. Desse modo, os resultados parciais apontam para uma discrepância em relação à quantidade de artigos entre os indexadores, pois, enquanto pelo Lilacs foram obtidos 32 artigos (38,10%) e pelo Redalyc, 29 (34,52%); através do Scielo encontrou-se 11 (13,09%), pelo Pepsic, 7 (8,33%), e apenas 5 (5,95%) foram selecionados através do BVS-Psi. Em relação aos temas, o que apresentou ser fonte de investigação da maioria (59,52%) das produções refere-se à inclusão de alunos com necessidades especiais, seguido de bullying (22,62%), violência escolar (14,29%) e assédio, com representatividade de apenas 3,57%. Posteriormente, aplicando novos critérios de exclusão, 37 artigos foram descartados, permanecendo um corpus final de 47 produções. Dentre esses, um aspecto observado refere-se ao método de investigação escolhido, visto que apenas 14 artigos (29,78%) optaram pela pesquisa de campo, enquanto a maioria (70,21%) adotou abordagem documental, e, dentro disso, constatou-se que apenas um artigo (0,47%) trata explicitamente sobre a atuação do psicólogo escolar, sendo também de cunho documental. Os demais artigos priorizam a análise de fenômenos escolares por certa ótica da Psicologia, sendo a da Teoria Histórico-Cultural a mais predominante. Portanto, os dados expõem que há uma grande escassez de artigos que tenham como foco a atuação do psicólogo escolar propriamente dita, e, diante da Lei 13.935/2019, faz-se imprescindível o aumento das discussões sobre isso, tanto para conhecer quais práticas estão sendo utilizadas e registradas na literatura no enfrentamento ao bullying, à violência e na promoção da inclusão escolar quanto para analisar de que modo esses temas têm sido considerados no trabalho da/o psicóloga/o escolar, o que se espera compreender com maior profundidade através da continuidade da pesquisa, por meio de uma análise qualitativa dos dados.

**Palavras-chaves:** Psicologia Escolar; Educação Básica; Inclusão; Bullying; Violência Escolar.

## PROGRAMA TRABALHO E CIDADANIA

### SENTIDO DO TRABALHO PARA USUÁRIAS DE UM CRAS

Emilly Perin Czerechowicz - UNICENTRO  
emillyperin@gmail.com

Alayde Maria Pinto Digiovanni - UNICENTRO  
alayde@unicentro.br

Marcela Pereira Rosa, - UNICENTRO  
mprosa@unicentro.br

O presente estudo trata de um trabalho de conclusão de curso de graduação em Psicologia, na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural. Utilizando-se dos conceitos de "trabalho", proposto por Marx e Engels, e "sentido", proposto por Vigotski, a pesquisa teve como objetivo compreender o sentido do trabalho para usuárias do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que participavam do Programa Trabalho e Cidadania em um município no interior do Paraná. Para tanto, foi necessário contextualizar o CRAS e o programa Trabalho e Cidadania na política de assistência social; caracterizar as usuárias; identificar como a inserção no programa reverbera nos sentidos atribuídos ao trabalho; investigar as estratégias que o programa utiliza para a reinserção das usuárias no mercado de trabalho; discutir as necessidades e os motivos da participação no programa. O programa foi implantado em janeiro de 2023, e se caracteriza como um benefício eventual de transferência de renda, que visa o alívio imediato da pobreza pela reintegração ao mercado de trabalho e capacitação profissional. As participantes devem prestar serviços gerais na prefeitura e participar de ações promovidas pela secretaria, com carga horária semanal de quatro horas. A pesquisa foi realizada no ano de 2025, através de entrevistas semiestruturadas com quatro participantes do programa, realizadas presencialmente no próprio CRAS. As entrevistas foram gravadas e transcritas, e a partir da análise dos resultados, os dados foram sistematizados em três linhas de análise: sentido pessoal atribuído ao trabalho: salário, 'valorização' e relações interpessoais; patriarcado, raça e trabalho: particularidades do trabalho 'doméstico' no Brasil; programas assistenciais: emancipação ou reprodução da força de trabalho? A primeira linha de análise discute o sentido do trabalho, que para elas está relacionado com o salário e o autossustento, com a valorização que sentem no programa e pelas relações que construíram. A segunda linha busca uma interface com os estudos de gênero e raça, a fim de discutir como essas determinações aparecem na realidade das mulheres entrevistadas. A última linha de análise discute as contradições do programa dentro da política de assistência social. Todas as mulheres entrevistadas trabalhavam com os afazeres da casa e no programa, e relataram dificuldades para conseguir outro emprego. No programa, elas trabalham fazendo a limpeza em empresas conveniadas ou parceiras, e participam de cursos de panificação, de manicure e fazer bolos e salgados. Elas relatam que se sentem valorizadas no programa, pois recebem elogios e não tem reclamação, como em casa. O principal motivo para ingressar no programa foi a necessidade de renda, aspecto determinante na escolha. Porém, ressalta-se que apesar das entrevistadas apontarem o estudo como um fator para a reinserção no mercado de trabalho e da política idealizar cursos de capacitação profissional, não há efetivamente uma parceria com instituições de educação/ensino para que isso se efetive, o que contradiz a proposta do programa e revela as limitações desta política. Ademais,

mesmo participando dos cursos ofertados, as entrevistadas apontam que os custos para fazer dessa uma atividade de trabalho são muito caros, e não se colocam como uma possibilidade concreta de emprego para elas.

**Palavras-chave:** Trabalho; Assistência Social; Sentido; Psicologia Histórico-Cultural.

# AUTODIAGNÓSTICO E MEDICALIZAÇÃO NO PROCESSO EDUCACIONAL

## RELATO DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ESCOLAR

Sara Cristina Kistemacher da Silva - UNICENTRO  
sarakistemacher@gmail.com

Beatriz de Souza Candido - UNICENTRO  
biascandido@outlook.com

Emilly Perin Czerechowicz - UNICENTRO  
emillyperin@gmail.com

Marcela Pereira Rosa - UNICENTRO  
mprosa@unicentro.br

O presente resumo trata de uma experiência de estágio curricular básico da disciplina de Psicologia Escolar, do curso de graduação em Psicologia da UNICENTRO. As atividades foram desenvolvidas em novembro de 2024, no Instituto Federal do Paraná, com estudantes de cinco turmas de Ensino Médio Técnico em Informática e Agroecologia, a fim de discutir e problematizar os processos de medicalização da vida e da educação. O referencial teórico utilizado foi a Psicologia Histórico-Cultural. Nessa perspectiva, a adolescência se constitui enquanto estágio do desenvolvimento em que as transformações biológicas são a base para novas necessidades e interesses, reorientando a conduta e o pensamento através de conceitos, que permite ao adolescente conhecer sua realidade interna e externa. Ademais, a medicalização refere-se à transformação de problemas cotidianos em questões de ordem médica, os quais requerem um diagnóstico e, em alguns casos, tratamento farmacológico (medicamentação). Tal concepção desconsidera aspectos culturais e econômicos no processo saúde-doença, determinado pela inserção do indivíduo em uma sociedade capitalista e neoliberal. Essa organização social é sustentada pela exploração da classe trabalhadora e pela precarização do trabalho, fomentando a idealização da produtividade e a utilização de fármacos para atender esse ideal e desconsiderando o contexto que produz essa "queixa". Tendo isso em vista, as atividades desenvolvidas no estágio buscaram compreender como os estudantes percebiam esse fenômeno, promovendo uma reflexão crítica sobre a temática e problematizando conteúdos midiáticos que incentivam o autodiagnóstico. A primeira etapa do trabalho consistiu na realização de uma roda de conversa com a psicóloga da instituição, para discutir sobre a proposta da intervenção, conhecer o campo e elencar as principais demandas. Em seguida, para subsidiar os conteúdos que seriam trabalhados na atividade, as estagiárias elaboraram um questionário on-line para as turmas, buscando compreender se e como os estudantes faziam uso de medicamentos psicotrópicos e quais conhecimentos possuíam acerca de temas ligados à medicalização. Por fim, foi realizada uma oficina, da qual participaram aproximadamente 40 estudantes, que incluiu a realização de diferentes atividades. Foram projetados vídeos veiculados na rede social tiktok, que se relacionavam com a temática e serviram como disparadores para a discussão em pequenos grupos. Mediados pelas estagiárias, os participantes construíram um mapa mental de palavras, apresentado e debatido, na sequência, com os demais. Posteriormente, realizou-se um quiz sobre mitos e verdades acerca de temas ligados à medicalização, patologização, medicamentação e autodiagnóstico, em que os estudantes discutiam nos grupos as afirmações apresentadas para concluir se elas eram verdadeiras ou falsas e o porquê. Após chegarem a uma

resposta, eles compartilhavam o que haviam discutido com os outros grupos e as estagiárias dialogavam explicando as questões e fomentando o debate. A postura dos estudantes, em sua maioria, foi crítica em relação aos vídeos e às afirmativas de cunho medicalizante, reconhecendo que os critérios para o diagnóstico nesses conteúdos midiáticos eram genéricos. Por fim, destaca-se a importância da prática de estágio para a formação e consolidação de uma atuação crítica em Psicologia Escolar.

**Palavras-chave:** Adolescência; Medicalização; Autodiagnóstico; Psicologia Histórico-Cultural.

# ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS/OS ESCOLARES NO PARANÁ

## RACISMO, GÊNERO E REDES SOCIAIS

Maria Luiza Nogueira de A. Pereira – UEL  
maria.luiza.nogueira@uel.br  
Patrícia Vaz de Lessa - UEL  
patricia.lessa@uel.br

Esta pesquisa diz respeito a uma Iniciação Científica (IC), vinculada ao projeto "Atuação de psicólogas/os escolares e educacionais no estado do Paraná: concepções, desafios e inovações nas políticas públicas de educação básica", coordenado pela Profa. Dra. Patrícia Vaz de Lessa. A implementação da Lei 13.935/2019 propõe a obrigatoriedade de psicólogos e assistentes sociais na educação básica do Brasil, fortalecendo diversas práticas da psicologia escolar e tornando-se fundamental para o trabalho psicológico na educação. A pesquisa possui referencial teórico-metodológico da Psicologia Histórico-Cultural, enfatizando a importância da dimensão social da atividade psicológica dentro da educação básica. O objetivo desta IC é compreender e analisar a atuação dos psicólogos na educação básica, com um enfoque no estado do Paraná, a fim de enfrentar o fracasso escolar e melhorar a qualidade social da escola, atribuindo foco a temas como enfrentamento ao racismo, questões de gênero e participação nas redes sociais. Para isso, a pesquisa possui um cunho quantitativo e qualitativo, de caráter documental, sendo realizado um levantamento e análise de literatura pertinente nos bancos de dados da Scielo, Lilacs, Redalyc, Pepsic, Psycnet, BVS-Psi e Web Of Science, entre 2010 e 2023. Os descritores utilizados no levantamento foram "psicologia", "escolar", "paraná", "educação", "racismo", "gênero" e "redes sociais", sendo arranjados de modo a abranger o escopo da pesquisa. Os dados apresentados dizem respeito a análise quantitativa dos periódicos encontrados, visto que a pesquisa ainda está em andamento. Em relação a esses resultados, pode-se perceber que, dentre os indexadores utilizados, somente foram encontrados artigos na Scielo, Lilacs, Redalyc e BVS-Psi. No total, foram identificados 37 artigos que se adequaram aos critérios preliminares, sendo 23 (61,1%) obtidos através do Redalyc. Em relação aos temas, a maior parte (62,2%) abordava gênero, seguido de racismo (21,6%) e redes sociais (16,2%), sendo estes abordados majoritariamente de forma teórica. Já em relação aos periódicos em que estes foram encontrados, a revista "Práxis Educativa", oriunda da Universidade Estadual de Ponta Grossa, foi a que mais se destacou, com 8 produções, seguido da "Psicologia em Estudo", da Universidade Estadual de Maringá, com 6. Outro aspecto importante é que a maior parte das publicações (59%) ocorreram a partir de 2020, podendo indicar um aumento nas pesquisas com a implementação da Lei. Ademais, o ano de 2019, marcado por intensas discussões e a efetiva implementação, contou com 5 (14%). A partir deste levantamento, será realizada uma análise mais profunda dos artigos que se adequam aos critérios da pesquisa, a fim de obter uma concepção mais ampla da atuação do psicólogo referente a estes temas. Vale ressaltar que, em diversos casos, a maioria dos artigos são referentes a conteúdos, autores e realidades de outros estados. Portanto, é imprescindível um aprofundamento em pesquisas referente a realidade do Paraná, após a implementação da Lei 13.935/2019, além do desenvolvimento de subsídios teóricos e práticos para os profissionais, com enfoque na participação nas redes sociais, enfrentamento ao racismo e questões de gênero, visto que as produções são escassas e majoritariamente documentais.

**Palavras-chaves:** Psicologia Escolar; Educação Básica; Racismo; Gênero; Redes Sociais.

# AS QUEIXAS ESCOLARES E SUA IMPLICAÇÃO COM A FORMAÇÃO DOCENTE POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO

Kettlyn Carla de Souza - UEM

kettlyndesouza@gmail.com

Heloisa Toshie Irie Saito - UEM

htisaito@uem.br

Gabriela Vianna Zucco - UEM

gabiyyviana@gmail.com

Maristela Maximovitz de Oliveira - UEM

maristelamaximovitz@gmail.com

A intersecção entre formação docente e queixas escolares deriva de uma pesquisa de mestrado intitulada “A produção das queixas escolares: uma velha problemática envolta em novas roupagens”, que traz entre os seus resultados a necessidade de formação docente como forma de enfrentamento para esta problemática. Por queixas escolares compreende-se demandas formuladas quando a criança não atende às expectativas que se tem durante o processo de escolarização, originando em busca de respostas encaminhamentos aos profissionais da área da saúde. Sendo assim, este estudo tem como objetivo propor reflexões e a possibilidade de uma formação-intervenção como resposta ao problema enunciado. Metodologia: Embasada em um levantamento bibliográfico, utilizando como referencial teórico a Psicologia Histórico-Cultural e a Pedagogia Histórico-Crítica. Resultados: Vislumbra-se que a falta de conhecimento sobre os inúmeros transtornos e as críticas feitas em torno da medicalização e patologização da infância contribuem para a insegurança docente, que veem nos encaminhamentos uma oportunidade para obterem ajuda, quando na verdade realizam-se encaminhamentos inadequados à área da saúde, desconsiderando os fatores sociais e políticos que determinam o fenômeno. Além do mais, enfrentamos um momento de desvalorização do papel do professor e de acesso a formações continuadas de qualidade, que realmente enriqueçam a práxis educativa. Sendo assim, uma formação-intervenção in loco abriria espaço de acesso para que os professores compreendam a dimensão das queixas escolares, o processo de desenvolvimento humano e a importância da educação escolar nesta seara. Discussão dos resultados: Neste sentido, criação de espaços de formação e reflexão para que os professores, é crucial, para que possam compreender a produção multifatorial das queixas escolares, entendendo a relevância da escola neste processo e quanto ela está imbricada e precisa se responsabilizar também por um problema ali produzido. A hipótese é que ao disponibilizar esta formação, com os pressupostos teóricos adequados, os número de encaminhamentos para a saúde podem reduzir, além de cooperar para o fortalecimento do papel da escola e do ato educativo na humanização dos sujeitos.

**Palavras-chave:** Queixas Escolares; Formação de Professores; Educação Escolar.

# ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS/OS ACERCA DA SAÚDE MENTAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

## REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Mariana Meira Capucho – UEL  
mariana.capucho@uel.br  
Patrícia Vaz de Lessa - UEL  
patricia.lessa@uel.br

A saúde mental na escola tem se tornado um tema de crescente relevância nas produções científicas, especialmente diante dos desafios contemporâneos enfrentados pela educação básica brasileira. A escola, como espaço de socialização e desenvolvimento humano, convive diariamente com manifestações de sofrimento psíquico, sobrecarga docente, medicalização de crianças e adolescentes e dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, o que demanda uma atuação qualificada de psicólogos escolares e educacionais. Nesse contexto, a Psicologia Escolar e Educacional tem assumido um papel fundamental ao promover práticas preventivas, reflexivas e coletivas, articuladas às políticas públicas, com vistas à promoção da saúde mental e ao fortalecimento da rede de proteção. A promulgação da Lei 13.935/2019, que dispõe sobre a inserção de psicólogas(os) e assistentes sociais na educação básica pública, reforça a importância de compreender como a atuação desses profissionais tem sido discutida na literatura científica recente. Diante disso, a presente pesquisa, vinculada à Iniciação Científica do projeto “Atuação de psicólogas/os escolares e educacionais no estado do Paraná: concepções, desafios e inovações nas políticas públicas de educação básica”, coordenado pela Profa. Dra. Patrícia Vaz de Lessa, teve como objetivo identificar e analisar como a atuação do psicólogo frente às questões de saúde mental tem sido abordada em artigos publicados entre os anos de 2013 e 2023, com foco na realidade paranaense. Para tanto, realizou-se um levantamento bibliográfico nas bases SciELO, LILACS, Redalyc, PePSIC, PsycNet, BVS-Psi e Web of Science, utilizando descritores como “saúde mental”, “educação básica”, “psicologia escolar”, “psicologia educacional”, “alunos”, “estudantes” e “professores”, combinados entre si. Embora a análise ainda esteja em andamento, os resultados parciais indicam a recorrência de temas como a precarização do trabalho docente e a medicalização infantil, além da predominância do referencial da Psicologia Histórico-Cultural como base teórica das produções. Também foram identificadas, em menor proporção, abordagens provenientes da teoria cognitivo-comportamental e da Psicologia Organizacional e do Trabalho. A escassez de menções à Lei 13.935/2019 nos artigos analisados até o momento chama atenção, sendo possível considerar a hipótese de que ainda há pouco conhecimento ou apropriação desse marco legal por parte de profissionais e acadêmicos da área. Espera-se, com a continuidade da análise, aprofundar a compreensão acerca das contribuições da Psicologia Escolar para a saúde mental na educação básica, de forma a evidenciar potencialidades e lacunas referentes à atuação do psicólogo escolar nas produções científicas encontradas.

**Palavras-chaves:** Psicologia Escolar; Educação Básica; Saúde Mental; Psicologia Histórico-Cultural.

# JUVENTUDE, TERRITÓRIO E EDUCAÇÃO DO CAMPO

## CONTRADIÇÕES E POTENCIALIDADES

Guilherme Augusto Siebeneichler - UNIOESTE  
guilhermeaug123@gmail.com  
Neide da Silveira Duarte de Matos – UNIOESTE  
neide.matos@unioeste.br

**Agências financiadoras:** Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Este trabalho tem como objetivo analisar o espaço escolar como território juvenil em contextos rurais, compreendendo as contradições presentes em sua apropriação pelos jovens e refletindo sobre as possibilidades de atuação da psicologia escolar e da educação do campo na formação crítica e emancipadora da juventude. A escola do campo é, muitas vezes, reduzida a um espaço de instrução formal, mas na prática se constitui como território social, cultural e político, onde a juventude não apenas assiste às aulas, mas produz sentidos, memórias e formas de pertencimento. Partindo da psicologia histórico-cultural e do materialismo histórico-dialético, entende-se que o desenvolvimento humano ocorre mediado pelas relações sociais, indissociáveis do trabalho e da coletividade, o que exige compreender a escola como espaço atravessado por disputas. O estudo toma como referência empírica duas experiências extensionistas realizadas em Cascavel-PR e Rio Bonito do Iguaçu-PR, junto a jovens do campo. Em Cascavel-PR, as atividades revelaram tensões entre o espaço escolar planejado e as apropriações concretas dos estudantes, evidenciando contradições entre o desejo de permanência no campo e as limitações impostas pelas condições estruturais. Em Rio Bonito do Iguaçu-PR, a ênfase recaiu sobre memória, identidade e pertencimento, mostrando como as novas gerações elaboram suas trajetórias a partir da luta coletiva pela terra, ao mesmo tempo em que enfrentam riscos de esvaziamento simbólico e de êxodo juvenil. A metodologia adotada foi a análise crítica dos diários de campo e das interações vividas nos encontros, compreendendo as práticas juvenis como expressões singulares de contradições universais que marcam a educação e a vida no campo. Os resultados indicam que a juventude rural, ao se apropriar da escola, tensiona e ressignifica esse espaço, revelando tanto os limites impostos pela lógica do capital quanto às possibilidades de um projeto formativo voltado à emancipação. A discussão aponta que a psicologia escolar, em articulação com a pedagogia histórico-crítica, pode atuar como mediadora nesse processo, fortalecendo práticas educativas que valorizem a coletividade, a memória e o protagonismo juvenil. Conclui-se que as experiências analisadas evidenciam a potência da juventude como categoria social capaz de transformar a escola em território de resistência e de formação omnilateral, desde que haja condições objetivas e pedagógicas que favoreçam tal movimento.

**Palavras-chave:** Juventude; Escola Do Campo; Território; Psicologia Histórico-Cultural; Emancipação.

# FORTALECENDO A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA

## RELATO DE UMA PRÁTICA

Gabriel França Sundin, Psicólogo Escolar - Araucária-PR  
gabriel.f.sundin@gmail.com

Wivian Aparecida Correa Costa Grzelkovski, Assistente Social - Araucária-PR  
wivian\_costa@yahoo.com.br

O presente trabalho relata uma prática realizada pela equipe multiprofissional da educação no município de Araucária-PR, que tem como objetivo o fortalecimento da relação entre escola e família através da construção de rodas de conversas entre esses dois atores do processo educativo. Partindo dos pressupostos teóricos da psicologia histórico-cultural, pedagogia histórico-crítica e da teoria social crítica, entendemos a escola como um espaço que permite o acesso ao saber sistematizado desenvolvido ao longo da humanidade, assim como espaço de socialização e desenvolvimento das funções psicológicas superiores. A relação profunda e contínua entre escola e família é elemento fundamental para a construção do processo educativo, contudo, dado o contexto atual, a participação dos responsáveis se restringe às entregas de boletins e reuniões que tratam do comportamento da estudante. A prática, que está em andamento, é realizada por uma dupla de psicólogo e assistente social que compõem a equipe multiprofissional da educação municipal, os quais organizam as temáticas e, conjuntamente com a escola, fazem a divulgação através de meios virtuais (grupos de mensagem entre escola e responsáveis) e meios físicos (agendas dos estudantes) para toda a comunidade escolar - em média, cada unidade escolar possui cerca de 400 matrículas. Até o presente momento foram realizados três encontros em três das unidades escolares e uma escola teve apenas um grupo. Nas três rodas de conversa realizadas as temáticas foram: relações familiares, afetividade e desenvolvimento humano; emoções e sentimentos na infância; uso de telas. No primeiro encontro o tema foi organizado pela própria equipe em conjunto com as equipes pedagógicas, os demais foram temas sugeridos pelos próprios participantes dos grupos. A metodologia utilizada nos encontros foi: rodada inicial de apresentação dos participantes; leitura ou contação de livro infantil que aborda a temática; reflexão coletiva a partir da leitura. Dos resultados parciais percebemos uma baixa participação, tendo em média 6 responsáveis presentes, que pode refletir o baixo vínculo entre escola e família. Destacamos ainda que a maioria das participantes são mulheres, especialmente na posição de mãe - ponto que gera a reflexão sobre os papéis de gênero que se expressam no cuidado e acompanhamento dos filhos. Realçamos a rotina escolar, somada com a própria organização das equipes multiprofissionais no município, que acarretam em dificuldades de continuidade dos encontros. Sobre o engajamento das escolas, percebemos uma compreensão acerca do objetivo do grupo, mas constata-se uma discrepância entre as unidades educacionais no que diz respeito ao engajamento, construção e participação nas atividades do grupo. Por fim, ressaltamos a importância da prática, considerando que é preciso construir uma nova cultura de participação das famílias no cotidiano escolar e que através dos grupos podemos demonstrar que a escola pode e deve ser aliada no desenvolvimento infantil, não apenas considerada como local de "depósito" ou espaço de cobrança e julgamento das famílias.

**Palavras-chave:** Psicologia Escolar; Serviço Social; Relação Família-Escola; Educação

## ATRAVESSAMENTOS VIVENCIADOS PELO TRABALHADOR DA PSICOLOGIA ESCOLAR ENQUANTO CATEGORIA E ÁREA DE ATUAÇÃO

Adriana de Fátima Franco - UEM  
affranco@uem.br

Jenifer Cristina Teixeira de Almeida - UEM  
jeniferalmeidapsico@gmail.com

Neste resumo, discorreremos sobre uma das categorias de análise da pesquisa de mestrado finalizada 2024, que teve como objetivo principal: investigar as demandas produzidas à Psicologia Escolar no cenário de pós-pandemia de Covid-19 na Educação Infantil. A pesquisa bibliográfica e de campo, fundamentou-se na Psicologia Histórico-Cultural. Entrevistamos 3 psicólogas escolares de uma Secretaria Municipal de Educação do interior do Paraná. Apesar de não ser o objetivo central da pesquisa, por meio dos seus relatos sobre o contexto de atuação, evidenciou-se a necessidade de analisar as tensões e contradições relacionadas a realidade de trabalho. Nesse segmento, entendemos que a Covid-19 enquanto um fenômeno sociopolítico, não atingiu a todos da mesma forma, mas sim aprofundou os desafios concretos que a classe trabalhadora brasileira tem enfrentado historicamente. Na realidade de trabalho das psicólogas, identificamos a intensa precarização e exploração da força de trabalho, com a pandemia atuando especialmente, no reforçamento de desafios já existentes, que foram discutidos com maior profundidade na dissertação. Dentre esses atravessamentos, dois deles são: O número de instituições atendidas, cerca de 20 Centros Municipais de Educação Infantil, para cada psicóloga, evidenciando a sobrecarga e produzindo impactos na organização de sua atuação. A ausência de tempo para ações formativas como cursos, especializações, e também para participação de coletivos com outros profissionais, corroborando com o deslocamento da demanda de trabalho para vida pessoal e para um trabalho cada vez mais fragmentado. Esses e os outros desafios que analisamos, são resultantes do processo de alienação e exploração do trabalho na lógica capitalista de produção. No capitalismo, o trabalho se configura como atividade produtiva alienada, isto é, os trabalhadores atuantes no processo produtivo não acessam aquilo que eles mesmos produzem, vendem a sua força de trabalho para garantir a sua sobrevivência. As psicólogas entrevistadas fazem parte de uma categoria de trabalhadoras da educação, que vivenciam as particularidades da sua realidade de trabalho, mas que em uma dimensão mais geral, fazem parte do conjunto de psicólogos escolares e educacionais que atuam em diversos territórios do país. São várias as pesquisas que analisam a atuação da psicologia na educação ressaltando a importância de um fazer crítico direcionado para as necessidades da classe trabalhadora. O movimento pela regulamentação do seu trabalho na educação é de longa data, apesar da Lei 13.935/2019, que formaliza esse processo tenha sido aprovada mais recente. Com isso, além de apontar essas contradições presentes no cenário pesquisado, buscamos dentro das possibilidades do tempo da pesquisa, fazer a relação com as múltiplas determinações da totalidade do trabalho da psicologia escolar, especialmente na Educação Infantil, considerando os desafios e atravessamentos produzidos e/ou reforçados pela pandemia. Concluímos então, que a relação entre a sustentação de uma prática crítica e as condições objetivas que esse trabalho acontece é dialética, e por isso, é indispensável a continuidade de ações e pesquisas em favor de condições de trabalho dignas para o psicólogo trabalhador da educação, com

vistas a possibilitar uma atuação e formação continuada direcionada para os interesses da classe trabalhadora, classe à qual esses mesmos trabalhadores pertencem.

**Palavras-chave:** Psicologia Escolar e Educacional; Educação Infantil; Condições de Trabalho; Pandemia.

## PRÁTICAS POPULARES DE SAÚDE NO ASSENTAMENTO CONTESTADO DA LAPA (PR)

Alayde Maria Pinto Digiovanni - UNICENTRO

alayde@unicentro.br

Beatriz de Souza Candido - UNICENTRO

biascandido@outlook.com

O presente escrito trata de um trabalho de conclusão de curso de graduação em Psicologia, na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural. A partir de dados e estudos que demonstram o crescimento desenfreado da medicalização da vida e da medicamentação, esta pesquisa buscou compreender a importância das práticas populares de saúde implementadas no Assentamento Contestado (Lapa-PR) para o enfrentamento destas questões, bem como da mercantilização da saúde. Ademais, este escrito também buscou compreender a relação dessas práticas com a concepção de saúde desenvolvida e defendida por esta comunidade. O conceito de medicalização refere-se ao processo de transformar situações e sentimentos que fazem parte da vida cotidiana em problemas médicos, possibilitando a prescrição de medicamentos com o objetivo de "curar" esses problemas, fenômeno que recebe o nome de medicamentação. Devido ao alto nível de produtividade exigido pelo sistema capitalista neoliberal, a precarização do trabalho e a exploração dos trabalhadores se tornaram essenciais para uma maior extração de mais-valia. Isto determinou a formação de uma sociedade marcada pelo imediatismo, a qual se utiliza de remédios para obter um maior rendimento e produtividade, ocasionando exaustão dos trabalhadores e afetando a sua saúde. A partir desta perspectiva, foram realizadas entrevistas de forma online com três assentadas do Assentamento Contestado e, posteriormente, sua transcrição para a análise dos dados e a determinação dos três seguintes eixos de análise: patriarcado; concepção de saúde e sua implementação na comunidade; e a relação entre saúde e capitalismo. A primeira linha de análise busca analisar as questões de gênero que aparecem durante as entrevistas, onde as assentadas relatam a precariedade da participação dos homens em atividades pertencentes às práticas populares de saúde. A segunda linha de análise aborda a concepção de saúde aprendida e ensinada dentro do assentamento e a relação dos assentados com esta prática, sendo evidenciado na entrevista que ainda há uma preferência por parte desta população pelo consumo de medicamentos alopáticos em detrimento das práticas naturais. A terceira linha de análise busca compreender a relação do capitalismo e da saúde, evidenciando a existência de algumas contradições nas falas das entrevistadas, visto que, em diversos momentos, relatam uma visão que é contraditória aos diversos aspectos que estruturam o capitalismo e o modelo neoliberal, enquanto em outros relatam a ideia de que as pessoas possuem liberdade de escolha para decidir entre o uso das práticas convencionais ou naturais de saúde. A contradição é visível no aspecto da liberdade, visto que ela não é absoluta e exige uma mudança completa no modo de vida do sujeito para que ele consiga alcançar melhores condições de saúde, livre de medicamentos e agrotóxicos, questão que deve considerar a realidade concreta dos indivíduos e quem teria reais condições de realizá-la. A coletividade e a agroecologia, aspectos que apareceram com frequência nas entrevistas, são conceitos em constante construção que fazem parte da maneira como a educação dentro deste movimento é desenvolvida, possuindo pautas e ações militantes que visam a construção de uma sociedade menos opressora.

**Palavras-chaves:** Saúde Popular; Medicalização; MST; Educação; Psicologia Histórico-Cultural

# A AFETIVIDADE NAS RELAÇÕES DO BEBÊ NO PERÍODO DO BERÇÁRIO

## CONTRIBUIÇÕES WINNICOTTIANAS

Mariana Elise Santa Rosa Silva - UNIFIL  
mariana.silva@unifil.br  
Heloisa Tironi Vainaski - UNIFIL  
heloisavainaski@edu.unifil.br  
Rafaela Jacomini - UNIFIL  
jacomini.rafaela@edu.unifil.br

A importância do cuidado no berçário é reconhecida como parte essencial da prática pedagógica na educação infantil. Educar, cuidar e brincar são dimensões indissociáveis no trabalho com crianças de 0 a 5 anos, sendo fundamentais para seu desenvolvimento integral. Aprofundando essa perspectiva, os conceitos de Winnicott sobre o desenvolvimento emocional do bebê destacam o papel do ambiente suficientemente bom, construído por meio do holding, termo que se refere ao acolhimento afetivo e físico oferecido pelo cuidador. Esse ambiente promove segurança, confiança, espontaneidade e adaptação ao mundo, sendo essencial para a constituição psíquica saudável da criança. A afetividade é central na prática pedagógica do berçário, pois favorece vínculos saudáveis entre bebê e educadora, respeitando sua individualidade. A noção de objeto transicional, proposta por Winnicott, refere-se a um item que simboliza a presença materna e apoia o bebê na separação e individualização, sendo essencial para seu desenvolvimento emocional. Funciona como ponte entre mundo interno e externo, oferecendo segurança na transição da dependência para a autonomia. Assim, cuidar, educar e brincar são práticas interligadas e indispensáveis na educação infantil, fundamentais ao desenvolvimento integral da criança desde os primeiros anos. O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, cujo objetivo foi analisar as relações de afetividade do bebê no contexto do berçário, sob a ótica da psicanálise contemporânea, com destaque para a articulação com os conceitos de Winnicott. A pesquisa foi desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico, contemplando obras e artigos científicos que abordam temas relacionados ao berçário e/ou à educação infantil, às relações estabelecidas nesse contexto, e que apresentam conceitos winnicottianos ou da teoria psicanalítica de forma mais ampla. Como último critério, a seleção do material foi realizada com base na relevância temática e na sua contribuição para a compreensão da importância da afetividade na constituição psíquica do bebê. Nesse sentido, entende-se que, ao ingressarem no berçário, os bebês passam a ter a educadora como principal figura de cuidado e referência. Dessa forma, é essencial que a educadora estabeleça uma relação de holding, promovendo um ambiente suficientemente bom para o desenvolvimento integral da criança. Tal atitude exige acolhimento, escuta e sensibilidade para compreender o bebê por meio de sua linguagem multimodal, composta por sons, gestos, movimentos e olhares. No entanto, o desafio surge quando a educadora precisa atender simultaneamente vários bebês, o que pode dificultar a atenção individualizada. Ainda assim, o grupo oferece oportunidades de interação, como a valorização da relação bebê-bebê, favorecendo vínculos de afeto e respeito. Além disso, o objeto transicional desempenha papel importante no processo de separação mãe-bebê, comum na entrada na creche. Esse objeto ajuda o bebê a se adaptar emocionalmente ao novo ambiente, oferecendo segurança e conforto durante essa transição.

**Palavras-chave:** Afetividade; Educação Infantil; Berçário; Holding.

## BRINCAR ALIENADO

### A INFLUÊNCIA DA ALIENAÇÃO NOS JOGOS DE PAPÉIS

Adriana de Fátima Franco - UEM  
affranco@uem.br

Daniela da Silva Rocengholli - UEM  
danielarocengholli.psicologa@gmail.com

Fernando Wolff Mendonça - UEM  
fwmendonca@uem.br

Jessica Carolina Cardoso Nunes - UEM  
jessicanunes04970@gmail.com

Maristela Maximovitz de Oliveira - UEM  
maristelamaximovitz@gmail.com

Vivemos em um momento histórico em que boa parte das crianças têm acesso quase irrestrito às redes sociais e à tecnologia. Esse fenômeno reflete uma mudança significativa no cotidiano infantil, onde o tempo dedicado a dispositivos digitais substitui, em grande parte, as interações físicas e as atividades lúdicas tradicionais. Este artigo tem como objetivo analisar como a alienação dos papéis sociais, característica da sociedade capitalista da atualidade, interfere na atividade lúdica e no desenvolvimento do psiquismo infantil, especialmente nos jogos de papéis. Para alcançar o objetivo, utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica, utilizando como base de dados o Google Acadêmico e o Portal de Periódicos da Capes. Nesse sentido, foram incluídos artigos, teses e dissertações que abordam a temática. Além disso, utilizamos obras clássicas de autores da Psicologia Histórico-cultural e da Pedagogia Histórico-crítica para embasar as discussões. Como método de análise, utilizamos o Materialismo Histórico-dialético, método que busca desvendar o fenômeno para além da sua aparência, buscando os elementos que constituem a sua essência. A pesquisa destaca a brincadeira como uma atividade essencial para o desenvolvimento das Funções Psíquicas Superiores (FPS). O estudo aponta como o avanço das tecnologias digitais e a redução das mediações adultas resultam em um afastamento progressivo das crianças de brincadeiras criativas e simbolicamente ricas, resultando em práticas lúdicas esvaziadas e alienadas em uma sociedade cada vez mais individualizada. Conclui-se que o resgate da brincadeira mediada é fundamental para o pleno desenvolvimento infantil e para a formação de sujeitos críticos e autônomos, brincadeira essa que acontece tanto em casa quanto no ambiente escolar, revelando o papel fundamental dos pais e professores na mediação e no entendimento da brincadeira infantil como desenvolvidora das funções psíquicas superiores. Além disso, mais pesquisas sobre o assunto devem ser desenvolvidas, investigando os impactos da tecnologia e a sua influência na alienação da brincadeira de papéis e no desenvolvimento do psiquismo.

**Palavras-chave:** Jogos de Papéis; Desenvolvimento do Psiquismo; Alienação; Papéis sociais.

# RELAÇÕES DE GÊNERO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

## UM ESTUDO COMPARADO NO BRASIL E URUGUAI

Alayde Digiovanni (USP)

alayde@usp.br

Mônica Karpinski (USP)

monicakarpinski@usp.br

A educação desempenha papel crucial na formação dos sujeitos e na construção de sociedades, mas também expressa e é determinada pelas condições materiais e relações de poder do capitalismo. Na América Latina, o capitalismo dependente, estruturado pela superexploração do trabalho, sobretudo de mulheres e grupos racializados, organiza estruturalmente as relações sociais e educacionais, assegurando a reprodução das desigualdades como condição de sua própria manutenção. A educação formal, neste contexto, possui o potencial tanto de reproduzir quanto de transformar tais condições. Este estudo, parte de uma dissertação de mestrado em desenvolvimento, tem como objetivo analisar criticamente as políticas educacionais voltadas às relações de gênero na educação básica do Brasil e do Uruguai no século XXI, considerando as contradições históricas, econômicas, políticas e sociais que historicamente condicionam sua formulação e implementação. Fundamentada no materialismo histórico-dialético, a pesquisa realizou levantamento documental e análise contextual de legislações e documentos federais de ambos os países entre 2000 e 2025. Os resultados indicam que o Brasil, embora apresente maior produção normativa sobre gênero na educação, sua implementação encontra obstáculos estruturais, condicionados pela significativa articulação entre religião e política e um contexto neoliberal mais acentuado, especialmente em contextos de governo conservador, resultando em recuos e enfraquecimento institucional. O Uruguai, embora igualmente inserido nas contradições do capitalismo dependente, apresenta notáveis avanços em direitos sociais e civis para questões de gênero, como legalização do aborto e casamento igualitário. Embora as transformações sociais mais amplas reverberem nas práticas escolares, as políticas educacionais explicitamente voltadas à temática de gênero seguem sendo menos sistemáticas. Em ambos os países, movimentos antigênero articulam-se transnacionalmente, utilizando a retórica da “ideologia de gênero” para desviar o foco da exploração capitalista e manter o controle social. Os achados parciais da pesquisa indicam que as dificuldades na efetivação de políticas educacionais com potencial emancipatório não decorrem apenas de limitações administrativas ou da atuação governamental, mas remetem a uma inviabilidade objetiva de sua realização plena no interior das contradições estruturais do capitalismo dependente. A luta por uma educação crítica e por direitos de gênero revela-se, nesse sentido, como expressão da disputa de classes, demandando que tais políticas sejam compreendidas como parte de um projeto mais amplo de transformação social.

**Palavras-chave:** Políticas educacionais; Relações de gênero; Capitalismo dependente; América Latina.

## NEOLIBERALISMO E MEDICALIZAÇÃO

### UM OLHAR SOBRE O NÃO-APRENDER NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Marcela Pereira Rosa - UNICENTRO  
mprosa@unicentro.br

Mateus Azevedo Silveira - UNICENTRO  
mt\_silveira10@outlook.com

Pedro Henrique Marcelino do Carmo - UNICENTRO  
marcelinopedrohenrique99@gmail.com

Sabrina Armstrong Pedroso - UNICENTRO  
sabrina.apedroso1@gmail.com

A área da Psicologia Escolar e Educacional exige em seu estudo adentrar um âmbito do conhecimento complexo e de influência multifatorial, com uma complexidade de caminhos a serem seguidos para debate e inúmeros pontos de discussão. Neste trabalho, centramos nossa análise no debate acerca da influência da lógica neoliberal do capitalismo tardio, em um país de economia dependente, na produção da medicalização da educação, tema central em muitas discussões contemporâneas dos processos educativos. Entendemos, neste trabalho, medicalização como a apropriação por parte da medicina e da lógica biomédica de questões de ordem social, política e, especialmente nesse caso, pedagógica. Além disso, partimos da concepção de educação enquanto a produção intencional e direta de humanidade em cada indivíduo singular, a partir dos conhecimentos clássicos produzidos pelo conjunto dos homens. Dessa maneira, o objetivo deste trabalho foi explicitar algumas relações históricas, sociais e políticas da infraestrutura do modelo econômico vigente com uma superestrutura que manifesta concretamente uma realidade de medicalização da educação. Como referencial teórico, fazemos uso das concepções de desenvolvimento e psiquismo da Psicologia Histórico-Cultural, da noção de educação da Pedagogia Histórico-Crítica e com contribuição de outras concepções gerais do Materialismo Histórico-Dialético, pertinentes ao tema. A metodologia utilizada por esse trabalho foi de estudo teórico, construído a partir de breve levantamento bibliográfico e sistematização de discussões realizadas em sala de aula, buscando construir noções iniciais acerca do tema. Dentre as principais conclusões levantadas, pontuamos como o sistema educacional brasileiro, assim como outros setores nacionais, estrutura-se a partir dos diferentes efeitos advindos do funcionamento efetivo do capitalismo contemporâneo, ao constituir-se a partir de uma hierarquização desigual que reflete movimentos históricos. Além disso, compreendemos os sentidos históricos da palavra medicalização e sua função enquanto ferramenta da sociedade de classes regida pela lógica neoliberal, contribuindo a partir de seu funcionamento individualizante com a ocultação, produção e manutenção das desigualdades sociais. Por fim, chamamos atenção para o surgimento da categoria do “fracasso escolar” nos cenários educativos e sua decorrente medicalização e patologização, impedindo que a escola cumpra sua função de socialização dos saberes clássicos produzidos pela humanidade, comprometendo o desenvolvimento pleno a partir de uma educação empobrecida e não-comprometida com a transformação da realidade e com os processos de tomada de consciência. A partir dessas articulações, este trabalho possibilita compreender a profundidade das influências do neoliberalismo na educação e destaca a necessidade de novos trabalhos que compreendam a realidade da medicali-

zação da educação em sua complexidade concreta. Além disso, contextualiza a necessidade de mudanças no sistema econômico vigente, uma vez que o subdesenvolvimento e, conseqüentemente, as relações de dependência são necessários para a sustentação do capitalismo mundial, de forma que não podem ser superados enquanto o mesmo vigorar.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo; Medicalização; Educação; Psicologia Histórico-Cultural; Pedagogia Histórico-Crítica.

## NEOLIBERALISMO EM SALA DE AULA

### O DISCURSO EMPREENDEDOR NA EDUCAÇÃO

Anna Julia Pontes dos Santos - UNICENTRO

annajpsantos14@gmail.com

Diogo Pereira Ribeiro - UNICENTRO

diogo191104@gmail.com

Rafaela Glinski - UNICENTRO

rafaelaglinski05@gmail.com

Marcela Pereira Rosa - UNICENTRO

mprosa@unicentro.br

A educação tem como objetivo central produzir nos indivíduos a humanidade até então produzida coletiva e historicamente através do acesso ao capital cultural já elaborado pela raça humana, ou seja, tornar o indivíduo um sujeito de plenas capacidades, autônomo e saberes críticos através dos processos educacionais por ele descritos. Neste panorama, o método histórico-crítico de ensinamento se dá de forma diferente dos modelos de educação tradicional (centrado na figura do professor) e moderna (centrado na figura do estudante). Nele, o ponto chave do processo é a prática social, a qual origina e determina a aprendizagem, que une o conhecimento teórico do professor como figura organizadora com os desejos dos estudantes e a problematização concreta da realidade, superando diferentes aspectos de pedagogias precedentes e adicionando a fundamentação teórica do materialismo dialético de Marx. O empreendedorismo, amparado por lógicas meritocráticas e fortemente associado ao imaginário de inovação e sucesso financeiro, vem se tornando temática de grande destaque nos mais diversos âmbitos sociais. Essa narrativa tem invadido até mesmo os espaços educacionais, sendo uma presença constante no cotidiano escolar de crianças, adolescentes e jovens, influenciando a forma como veem o futuro, suas concepções de trabalho e sua formação educacional. Nesse cenário, o discurso empreendedor funciona como um dispositivo ideológico, mascarando a precariedade com a promessa de autonomia e sucesso individual. Ao invés de combater a transferência de valor e a desigualdade estrutural, o empreendedorismo funciona como um mecanismo de subjetivação compatível com o capitalismo dependente, pois promove a autoexploração e desloca para o indivíduo a responsabilidade por sua condição socioeconômica. Esse trabalho tem por objetivo analisar criticamente como o discurso empreendedor e profissionalizante atua como ferramenta do neoliberalismo ao contribuir para a neutralização do caráter crítico da educação, restringindo seu alcance como direito universal e limitando sua função como agente de transformação social, baseando-se na Psicologia Histórico-Cultural, na Teoria Marxista da Dependência e na Pedagogia Histórico-Crítica, além de artigos e notícias selecionados pelos autores. Considerando a exposição aqui realizada, entende-se que o discurso empreendedor opera na sociedade, neste caso, através do ensino, como uma ferramenta de manutenção do modo de produção neoliberal instaurado nos campos políticos, sociais, econômicos e educacionais tanto no Brasil, quanto no restante do planeta. Ao ensinar os sujeitos, desde a tenra idade, que para se obter sucesso profissional e pessoal é necessário iniciativa individual, trabalho excessivo e alienação cultural, arquitetada-se uma base sólida de uma classe trabalhadora que venderá sua força a baixíssimo custo e jamais analisará de forma crítica sua realidade material. É atribuição

da educação ser, ao contrário do que vem se propondo nos projetos empreendedores, uma ferramenta de transformação do meio social que humaniza os jovens sujeitos e os prepara para serem indivíduos autônomos, capazes de pensar criticamente e de lutar por condições de vida dignas, e é dever da Psicologia Escolar lutar pela garantia dessa educação como potência transformadora da realidade. Assim, a Pedagogia Histórico-Crítica e a Psicologia Histórico-Cultural se apresentam como potentes ferramentas de enfrentamento ao avanço do discurso empreendedor dentro do ambiente escolar.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo; Neoliberalismo; Capitalismo dependente; Psicologia Histórico-Cultural; Pedagogia Histórico-Crítica.

# PSICOLOGIA ESCOLAR E ATUAÇÃO NO PARANÁ

## QUEIXAS ESCOLARES E FRACASSO ESCOLAR

Laura Pontes Tsujioka - UEL  
laura.pontes.tsujioka@uel.br Profa.  
Patrícia Vaz de Lessa - UEL  
patricia.lessa@uel.br

A compreensão a respeito das queixas escolares e do fracasso escolar, bem como dos aspectos produtores e perpetuadores deles, tem passado por transformações desde a fundamentação da Psicologia e da emergência da Psicologia Escolar como uma área de atuação. Isso pode trazer impactos na postura do profissional no que diz respeito à forma de lidar com esses fenômenos no âmbito escolar, e à elaboração de alternativas para o enfrentamento dos mesmos. Nesse sentido, esta pesquisa de Iniciação Científica (IC) tem o objetivo de compreender e analisar a atuação de psicólogos/os na educação básica do Estado do Paraná, para o combate ao fracasso escolar e para a melhoria da qualidade social da escola, principalmente diante da aprovação da Lei 13.935/2019. Ainda, é pertinente mencionar que essa IC consiste em um ramo do projeto coordenado pela Profa. Dra. Patrícia Vaz de Lessa: "Atuação de psicólogos/os escolares e educacionais no estado do Paraná: concepções, desafios e inovações nas políticas públicas de educação básica". Para isso, utiliza-se a Psicologia Histórico-Cultural como base teórico-metodológica, justificando sua propositura em função da importância de considerar uma atuação que abrange os fatores multideterminantes produtores e perpetuadores das queixas e fracasso escolar, além de desmistificar a visão individualizante e culpabilizante de compreender esses fenômenos. Para o desenvolvimento da análise, foi realizada uma busca da literatura referente à atuação do psicólogo nos últimos treze anos (2010-2023), no Estado do Paraná, nos bancos de dados da Scielo, Lilacs, Redalyc, Pepsic, Psycnet, BVS-Psi e Web Of Science, usando combinações dos descritores "psicologia escolar", "psicologia educacional", "atuação do psicólogo", "fracasso escolar" e "queixas escolares". Como resultado parcial, uma vez que essa pesquisa se encontra em andamento, tem-se um total de 39 artigos que atendem aos critérios delimitados para embasar essa investigação, sendo 23 (59%) encontrados com os descritores relacionados ao fracasso escolar, 9 (23%) às queixas escolares e 7 (18%) à atuação do psicólogo. Percebe-se que 22 dos 39 artigos se encontram no banco de dados da Lilacs, seguidos de resultados expressivos na plataforma da Scielo e Redalyc, respectivamente. Quanto ao ano de publicação, os artigos foram majoritariamente publicados em 2011 (15%), e 16 artigos (41%) foram publicados no período entre 2020 e 2023, sendo válido questionar se essa quantidade recorrente de publicações está associada à aprovação da Lei 13.935/2019. Ressalta-se, então, a importância de analisar como tem sido realizada a atuação dos psicólogos no contexto paranaense, bem como investigar e incentivar a elaboração de propostas práticas e teóricas para fortalecer o trabalho na Educação Básica, após a implementação da referida lei, principalmente no que tange a forma de lidar com as queixas e o fracasso escolar, e a maneira de abordar os aspectos produtores e perpetuadores desses fenômenos.

**Palavras-chaves:** Psicologia Escolar; Educação Básica; Fracasso Escolar; Queixas Escolares; Atuação Do Psicólogo.

## NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E ESTUDOS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO (NEEEDH) - CAMBÉ/PR

Cíntia Daquana Costa – SMEC  
cdaquana@educa.cambe.pr.gov.br  
Franciella Massi de Castro - SMEC  
fmcastro@educa.cambe.br.gov.br  
Fernanda Cristina Alberici – SMEC  
fcalberici@educa.cambe.pr.gov.br  
Lisieux Osmarina Petrassi de Moraes – SMEC  
lop Moraes@educa.cambe.pr.gov.br  
Sonia Mari Shima Barroco - UNIR/RO, UFAM/AM, ABRAPEE  
smsbarroco@uem.br

O presente trabalho apresenta o Núcleo de Educação Especial e de Estudos do Desenvolvimento Humano (NEEEDH) / Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Cambé-PR. Objetiva-se apresentar suas justificativas, sua natureza e as atividades desenvolvidas pós-pandemia da covid-19. O NEEEDH tem como propósito mais amplo contribuir para a promoção de uma educação de qualidade a todas as crianças e estudantes da rede municipal, por meio de atendimento multiprofissional às necessidades educacionais especiais e às dificuldades de escolarização que possam apresentar. A proposição e implementação do NEEEDH justifica-se ante às demandas atuais da rede municipal de educação, que em 2025 conta com 10.533 alunos matriculados na educação infantil e ensino fundamental – séries iniciais, e 10 profissionais (seis psicólogas/o, uma fonoaudióloga, uma pedagoga e uma professora especialista) alocados no Setor. Sua implementação atenta-se aos estudos sob as perspectivas teórico-metodológicas de atendimento educacional a esse público (com necessidades educacionais especiais, nas áreas de deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação), e o atendimento ao contido na Lei nº 9.394/1996 e na Instrução nº15/2008, que estabelecem critérios para o funcionamento da Sala de Recursos Multifuncionais e demais serviços do Atendimento educacional Especializado. As demandas atendidas no projeto derivam das queixas escolares no processo ensino-aprendizagem e devem ser enfrentadas levando em consideração a política de educação inclusiva, as perspectivas da teoria histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. Ambas as teorias encaminham para a observação do direito à educação de qualidade para todos os alunos, visto que isso impacta sobre o desenvolvimento dos mesmos. Nesse sentido, destaca-se a necessidade da intervenção multidisciplinar para além da prática de encaminhamentos e efetivação de avaliações de alunos sob dificuldades escolares. Ações relativas a esta prática não são descartadas, mas reposicionadas numa outra dimensão de trabalho educativo e formativo para alunos e professores/profissionais. Prevê-se, portanto, que o Núcleo possa atuar junto às crianças, aos alunos e professores/profissionais, desde a(s)/o(s): identificação das dificuldades escolares, reconhecimento das potencialidades pessoais e institucionais, intervenção específica junto a elas, acompanhamento da escolarização e do desenvolvimento do aluno, formação continuada e em serviço dos profissionais/professores, realização de estudos teórico-metodológicos, elaboração de materiais didático-pedagógicos, publicização em eventos acadêmico-científicos e em publicações especializadas dos al-

cances do trabalho multidisciplinar. Espera-se, com a reorganização do Setor, a ampliação dos serviços prestados e da clientela atingida. Conclui-se que o município de Cambé, com esse investimento, possa ter maior visibilidade de suas ações, oportunizando a interlocução com a comunidade e a proposição de parcerias em prol da formação humana do público alvo da educação especial em patamar mais elevado.

**Palavras-chave:** Educação Especial; Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Cambé; Atendimento Multidisciplinar.

## O TRABALHO DA FONOAUDIOLOGIA EDUCACIONAL NAS PERSPECTIVAS HISTÓRICO-CULTURAL E HISTÓRICO-CRÍTICA

Franciella Massi de Castro  
fmcastro@educa.cambe.br.gov.br

O presente trabalho tem como objetivo apresentar e analisar a atuação da Fonoaudiologia Educacional fundamentada nos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica, compreendendo a escola como espaço de mediação cultural e de desenvolvimento humano. A abordagem parte da concepção de que a linguagem é mediadora central para a constituição dos sujeitos humanizados, e, portanto, para o processo de ensino e aprendizagem, sendo responsável não apenas pela comunicação, mas também pela constituição do pensamento e da consciência. Metodologicamente, trata-se de um estudo teórico-reflexivo, baseado em experiências profissionais e revisão da literatura, que articula os princípios vigotskianos da mediação e da zona de desenvolvimento proximal com a concepção savianiana de educação como prática social intencional e emancipadora. As atividades propostas ao longo da prática fonoaudiológica no contexto escolar incluem ações de promoção da apropriação e do emprego da linguagem oral e escrita, da prevenção de dificuldades de aprendizagem, de intervenções colaborativas com professores e de adaptação de recursos pedagógicos para alunos com necessidades específicas. Como resultados observados em experiências de aplicação dessa perspectiva, destacam-se o aumento da participação dos estudantes nas atividades escolares, a melhora no desempenho linguístico e comunicativo, e o fortalecimento da relação entre escola, família e comunidade. Além disso, a atuação integrada ao projeto político-pedagógico das instituições de ensino da Rede Municipal de Educação de Cambé mostrou-se eficaz para promover aprendizagens significativas e favorecer o acesso aos conhecimentos científicos e culturais acumulados historicamente. A discussão evidencia que a união entre a área da Fonoaudiologia Educacional e da Pedagogia, sob as perspectivas da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica possibilita um trabalho articulado, que ultrapassa a dimensão clínica para assumir um papel social transformador, contribuindo para a inclusão, a equidade e a emancipação intelectual dos estudantes. Conclui-se que essa abordagem oferece fundamentos sólidos para se repensar a atuação fonoaudiológica na escola, fortalecendo sua função de agente de transformação social por meio da linguagem e da educação crítica.

**Palavras-chave:** Linguagem; Psicologia Histórico-Cultural; Pedagogia Histórico-Crítica; Educação Inclusiva.

## PROGRAMA POTENCIALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL (PDI) - CAMBÉ/PR

Cíntia Daquana Costa – SMEC

cdaquana@educa.cambe.pr.gov.br

Danilo de Freitas Francisco - SMEC Franciella Massi de Castro – SMEC

dffrancisco@educa.cambe.pr.gov.br

Lisieux Osmarina Petrassi de Moraes - SMEC

lopmoraes@educa.cambe.pr.gov.br

Tatiana Aparecida Baptilani Zironi – SMEC

tabzironi@educa.cambe.pr.gov.br

O presente trabalho apresenta o Programa Potencialização do Desenvolvimento Infantil (PDI), ação do Núcleo de Educação Especial e de Estudos do Desenvolvimento Humano (NEEEDH) / Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Cambé-PR. Objetiva-se expor sobre um trabalho pedagógico interventivo, que busca a potencialização do desenvolvimento infantil direcionado aos alunos público da educação especial, matriculados no ensino regular, promovendo o desenvolvimento de habilidades requeridas à aprendizagem escolar conceitual, bem como a inserção gradativa e autônoma da criança em sua sala regular. A proposição e implementação do Programa justifica-se devido ao aumento no número de crianças diagnosticadas e apresentando atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor, evidenciando a necessidade de reorganização das atividades voltadas ao enfrentamento às queixas escolares e aos serviços prestados ao público da Educação Especial. O Programa contempla o contido na Lei 13146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que aponta a adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino. Terão primazia os conteúdos de formação operacional visando a formação de pré-requisitos afetivos, cognitivos e comportamentais tendo em vista a aprendizagem dos conteúdos escolares formais bem como de convívio social. Os alunos serão organizados em grupos formados em conformidade com orientação das áreas de fonoaudiologia, psicologia e educação física, tendo em vista análise do desenvolvimento da linguagem, desenvolvimento afetivo-cognitivo e desenvolvimento motor. Com base nas avaliações acima referidas, serão formados grupos cujos alunos permanecerão juntos para o atendimento do Programa. As ações de intervenção atenderão a um plano sistematizado de estimulação do desenvolvimento infantil, sob responsabilidade direta dos professores de apoio com orientações e supervisão da equipe de multiprofissionais da Secretaria. As ações devem contemplar, prioritariamente, necessidades do coletivo/espço de potencialização e pontualmente, quando necessário e possível, necessidades particulares dos alunos. O planejamento das atividades das salas regulares deve levar em conta o tempo de ausência/permanência das crianças atendidas no PDI, priorizando, no tempo de permanência, ações que promovam a integração das mesmas no grupo-sala. Os alunos atendidos pelo Programa deverão acompanhar as duas aulas de Arte e uma de Educação Física com a sua turma de origem, ainda que coincida com o atendimento PDI. A avaliação será realizada pelo Professor Apoio, por meio das observações diárias e registros das atividades realizadas (fotos e arquivos), que culminarão em docu-

mento específico denominado Relatório de Acompanhamento Pedagógico. Conclui-se que a efetivação desse Programa contribuirá para ações inclusivas no ensino regular, oportunizando meios que promovam desenvolvimento aos alunos público da educação especial.

**Palavras-chave:** Educação Especial; Atendimento Educacional Especializado; desenvolvimento.

## ATUAÇÃO MULTIPROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTADA NAS PERSPECTIVAS HISTÓRICO-CULTURAL E HISTÓRICO-CRÍTICA

Cintia Daquana Costa - SMEC  
cdaquana@educa.cambe.pr.gov.br  
Lisieux Osmarina Petrassi de Moraes - SMEC  
lopmoraes@educa.cambe.pr.gov.br  
Elaine Cristina Peres da Fonseca - SMEC  
ecpfonseca@educa.cambe.pr.gov.br  
Franciella Massi de Castro - SMEC  
fmcastro@educa.cambe.br.gov.br

No final de 2019 foi aprovada a Lei 13.935/2019, que propõe a inserção de psicólogas e assistentes sociais na Educação Básica. A legislação destaca a importância de que as atividades sejam desenvolvidas de forma integrada, em consonância com a proposta pedagógica da rede de ensino e no formato de equipes multiprofissionais. Este trabalho tem como objetivo apresentar atividades realizadas por profissionais da psicologia, educação, fonoaudiologia e serviço social nas escolas municipais de Cambé-PR. A proposta pedagógica da rede, fundamentada na Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-Cultural, orienta-se pela finalidade de socializar os conhecimentos historicamente produzidos e por compreender a aprendizagem como promotora do desenvolvimento humano. A rotina de trabalho da equipe envolve o acompanhamento conjunto de situações escolares que exigem análise e intervenção integradas. As ações incluem visitas às escolas, observação direta em sala de aula, reuniões com a coordenação pedagógica e professores, e, quando necessário, encontros com familiares para compreender o contexto sociofamiliar dos estudantes. A equipe multiprofissional atua para que se alcance as finalidades educacionais previstas pelas políticas públicas brasileiras, buscando o alcance de maior complexificação do desenvolvimento humano para todas as pessoas, que ensinam e aprendem. Sob uma constante busca pela apropriação teórica e metodológica para compreensão do fenômeno educacional, a atuação de cada profissional se articula para oferecer respostas completas e eficazes. Dentre outros aspectos, a pedagoga analisa e propõe ajustes nas práticas de ensino; a assistente social atua frente às expressões da questão social que se manifestam no cotidiano escola; as psicólogas investigam aspectos afetivos-cognitivos, comportamentais e de desenvolvimento implicados na escolarização; e a fonoaudióloga avalia e estimula as habilidades linguísticas e comunicativas, sugerindo estratégias para favorecer a aprendizagem. Esse trabalho coletivo permite enfrentar situações complexas, como dificuldades persistentes de ensino e de aprendizagem, barreiras de comunicação, conflitos interpessoais e vulnerabilidade social, entre outras, de forma integrada e resolutiva. A experiência demonstra que a articulação multiprofissional amplia a compreensão das demandas escolares, favorece a construção de estratégias individualizadas e coletivas e fortalece o vínculo entre escola, família e comunidade. Conclui-se que essa prática, sustentada pelos princípios histórico-culturais e histórico-críticos, potencializa a função social da escola, promovendo o acesso e o domínio das elaborações humanas materiais e simbólicas, a inclusão, a equidade e o desenvolvimento integral dos estudantes.

**Palavras-chave:** Equipe Multiprofissional; Educação Básica; Fonoaudiologia Educacional; Psicologia Educacional; Pedagogia Histórico-Crítica.

# FUTURO EM CONSTRUÇÃO

## EXPECTATIVAS DE JOVENS DE ESCOLAS PÚBLICAS QUANTO AO PORVIR

Gabriela Neves Da Silva - UEM  
ra128783@uem.br  
Roselania Francisconi Borges, UEM  
rfborges@uem.br

As conformações das juventudes refletem o atual panorama do Brasil, caracterizado pela globalização acelerada, diversas contradições sociais e manifestações de violência física e simbólica. Adicionalmente, os novos padrões emergentes nas relações interpessoais e intrapessoais também exercem influência na maneira como esses indivíduos se constituem e concebem seu futuro. Nesse sentido, este estudo buscou compreender as perspectivas e expectativas de jovens de escola pública, especificamente daqueles que estão concluindo o Ensino Médio, fase marcada por decisões cruciais relacionadas à possibilidade de dar continuidade aos estudos, inserção no mercado de trabalho ou outras formas de atuação social. A escolha desse público se justifica por estes vivenciarem uma etapa de transição educacional em que as decisões individuais são condicionadas pelas oportunidades (ou limitações) sociais, econômicas e educacionais. Diante de tais panoramas, emergem questionamentos importantes, tornando-se preciso problematizar como as expectativas dos jovens estão sendo construídas em um contexto histórico onde há intensas desigualdades sociais decorrentes do ideário neoliberal presente na sociedade de classes. Assim, o objetivo consistiu em analisar os fatores que influenciam essas expectativas em esferas pessoais, educacionais, sociais e profissionais, considerando os condicionantes históricos, econômicos e culturais. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo e exploratório, desenvolvida por meio de levantamento em bases como *SciELO*, além de documentários, dados estatísticos e relatórios institucionais, organizados e analisados por meio da técnica de Análise de Conteúdo. Os resultados evidenciaram que as juventudes não podem ser tratadas de forma homogênea, pois são atravessadas por contextos distintos e diferenciados. Nesse sentido, o contexto da Pandemia da Covid-19 não pode ser ignorado, pois intensificou vulnerabilidades preexistentes, dificultando a continuidade dos estudos, ampliando desigualdades educacionais, acirrando problemas de saúde mental e comprometendo a elaboração de projetos de vida de muitos estudantes. Observou-se que a educação assume papel fundante na elaboração de expectativas quanto ao futuro, ainda que reformas recentes, como a do Novo Ensino Médio, tenham produzido efeitos ambíguos, reduzindo conteúdos formativos, reforçando uma lógica utilitarista e limitando a função social da escola. As políticas públicas analisadas, ainda que representem avanços, frequentemente adotam discursos meritocráticos e focalizados, deixando de enfrentar as causas estruturais da exclusão e negligenciando condições socioeconômicas concretas. No mundo do trabalho, identificou-se um cenário de precarização, informalidade, desmobilização de planos de longo prazo e insegurança ocupacional, em um contexto de racionalidade neoliberal que transfere a responsabilidade do sucesso ao indivíduo. Conclui-se, então, que as expectativas juvenis resultam de condições históricas, sociais e políticas, e não apenas de escolhas pessoais. Nesse sentido, embora a escola seja um importante espaço de socialização e construção de projetos, muitas vezes reforça mecanismos de controle, desigualdade e exclusão simbólica. Ainda,

a compreensão das juventudes como sujeitos plurais reforça a necessidade de políticas educacionais e sociais que promovam efetivamente a equidade, garantindo condições materiais e reconhecimento das experiências desses jovens. Por fim, destaca-se a importância de estudos que aprofundem o diálogo com as próprias juventudes, incorporando suas vozes na formulação de políticas públicas e investigando alternativas de superação das desigualdades que limitam suas perspectivas.

**Palavras-chave:** Juventudes e Futuro; Construção da Subjetividade; Educação e Trabalho; Capitalismo.

# ATUAÇÃO DE PSICÓLOGOS ESCOLARES NO PARANÁ

## CONCEPÇÕES E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Patrícia Vaz de Lessa - UEL  
patricia.lessa@uel.br  
Bruna Leticia Egidio - UEL  
bruna.leticia.egidio@uel.br  
Laura Canha Borgonha da Silva - UEL  
laura.canha.borgonha@uel.br  
Laura Pontes Tsujioka UEL  
laura.pontes.tsujioka@uel.br  
Marcos Hiroki Ida UEL  
marcos.hiroki.ida@uel.br  
Maria Luiza Nogueira de A. Pereira - UEL  
maria.luiza.nogueira@uel.br  
Mariana Meira Capucho - UEL  
mariana.capucho@uel.br  
Marina Berg Araujo - UEL  
marina.b.araujo@uel.br  
Vitor Romeiro Etinger - UEL  
vitor.romeiro06@uel.br

Com a implementação da Lei 13.935/2019, que fortalece a atuação do psicólogo na educação básica e a importância na dimensão social, evidencia-se a necessidade de compreender as práticas desenvolvidas por esses profissionais no contexto escolar. Para tanto, o presente projeto está vinculado à pesquisa matricial "Atuação de psicólogos escolares e educacionais na América Latina: concepções, desafios e inovações nas políticas públicas de educação básica", com foco na atuação dos profissionais no estado do Paraná. O objetivo geral é compreender e analisar a atuação de psicólogos na educação básica no Paraná, no que diz respeito a concepções, desafios e inovações para o enfrentamento do fracasso escolar e melhoria da qualidade social da escola. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, de caráter documental. Na primeira fase, foram identificados 434 psicólogos atuantes nas secretarias municipais de educação dos 399 municípios do Paraná. Na segunda fase da pesquisa, foram enviados questionários aos profissionais psicólogos atuantes por e-mail e também por fontes alternativas como redes sociais e contatos pessoais, sendo obtidas respostas de 145 profissionais. Constatou-se que a maior parte dos psicólogos respondentes estavam na faixa etária dos 30 a 39 anos (42,8%) e identificavam-se como mulheres cisgêneras (89,7%) e pessoas brancas (80%). Além disso, apenas 5 profissionais se autodeclararam PCDs (3,4%). Também destaca-se o fato de que 93,1% afirmaram não possuir título de especialista em psicologia escolar/ educacional. No que concerne à atuação profissional, a temática mais trabalhada pelos psicólogos foi a saúde mental, seguido do enfrentamento à violência escolar e da inclusão de pessoas com deficiência. No geral, as temáticas são trabalhadas principalmente com os alunos e professores, em detrimento de pais, responsáveis, gestão e funcionários. Para este trabalho, as atividades mais realizadas são rodas de conversa e atendimento individual, com a avaliação psicológica sendo uma das mais utilizadas no tema de fracasso escolar.

Quando há atuação intersetorial, as instituições públicas de saúde (CAPS, UBS, CAPSi e CTA) e o conselho tutelar se destacam. No que se refere à atuação em equipe multiprofissional, 91% dos psicólogos responderam que as equipes são compostas principalmente por psicólogos, assistentes sociais e pedagogos, respectivamente. No que se refere à Lei 13.935/2019, a maior parte dos psicólogos (55,2%) indicaram desconhecimento acerca da sua existência, além de algumas respostas a indicarem na questão sobre lei estadual do Paraná que contribua para a inserção de psicólogos na rede pública de ensino. Foram citadas, também, o Projeto de Lei 365/19 e a Lei 15.075/06, acerca do governo estadual, referente à nomeação "psicólogo escolar" e a inserção deles, juntamente com assistentes sociais, na rede estadual de educação. Ademais, somente um respondente indicou a existência de uma lei municipal, em Araucária (3812/21), sendo esta uma forma de regulamentar a implementação da Lei Federal. Esses dados, ancorados na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural estão sendo analisados, porém já evidencia-se um desconhecimento na questão das leis que sustentam a permanência e, conseqüentemente, a atuação dos psicólogos em ambientes educacionais.

**Palavras-chave:** Psicologia Escolar Crítica; Educação Básica; Atuação do Psicólogo; Psicologia Histórico-Cultural; Lei 13.935/2019.

# ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL DO (A) SERVIDOR (A) NO CONTEXTO EDUCACIONAL

## ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO

Ana Beatriz Zubiolo Cavalaro, SMEC  
abzcavalaro@educa.cambe.pr.gov.br

Tatiana Aparecida Baptilani Zironi, SMEC  
tabzirondi@educa.cambe.pr.gov.br

Marilda Gonçalves Dias Facci, UEM-Maringá-PR; ABRAPEE  
marildafacci@gmail.com

A Lei nº14.681/2023, que institui a Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação, medida essa adotada pelo atual governo do Estado do Paraná, indica a preocupação com a classe que está na linha de frente da educação visando minimizar o que as pesquisas apontam sobre o adoecimento docente. Levando em conta esse panorama e apontamentos realizados por diversos estudos pela Organização Mundial de Saúde (OMS), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pesquisa sobre o adoecimento de professores, é indubitável o quanto a docência encontra-se entre as profissões com maior nível de desgaste físico e mental. Os afastamentos e remanejamentos desses trabalhadores por ano no Brasil tem aumentado significativamente. O adoecimento dos profissionais da educação é um processo histórico, de múltiplas variáveis e que vem ocorrendo cada vez mais cedo. Deste modo, o objetivo desta exposição é apresentar ações individuais e coletivas realizadas com professores, por meio do Programa de Atenção à Saúde Integral do Profissional de Educação (PASIPE), constituído pela rede municipal de educação de Cambé-PR. Inicialmente, pautada na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, apresentaremos uma discussão que compreende o trabalho como a atividade central do adulto e este fundante do ser. Na sequência, ressaltaremos o distanciamento que ocorre entre o homem e o objeto de seu trabalho na sociedade capitalista, com uma atividade permeada muitas vezes pela alienação, no qual, de acordo com a Teoria da Atividade de Leontiev, acontece uma ruptura entre sentido e significado. No caso dos (as) professores (as)-trabalhadores (as), esse distanciamento também pode ser evidenciado, pois os docentes não se percebem mais como membros (as) do processo de aprendizagem dos (as) alunos (as) e estão inundados (as) por sentimentos de desvalorização social e esvaziados (as) do sentido do trabalho relacionado ao seu significado na promoção da apropriação dos conhecimentos científicos pelos estudantes. Por fim apresentaremos as ações realizadas com professores (as) da educação infantil e ensino fundamental ao longo dos anos de 2024 e 2025. Estas, suscitaram o cuidado, a promoção de um ambiente acolhedor de escuta e reflexão, consequentemente desenvolvimento e valorização, permeados pela mediação intencional da psicóloga. Conclui-se que, além de o trabalho desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Cambé-PR encontrar-se em consonância com a Lei nº14.681/2023 e as práticas estarem alinhadas a teoria que evidencia a integralidade do ser e sua constituição, confere-se a importância de aprimoramento e manutenção do que está vigente para que haja superação de ideologias culpabilizantes. Compreendemos que para o enfrentamento do sofrimento e do adoecimento de professores (as) é fundamental fortalecer a função social da escola e analisar os motivos que levam o homem ao exercício laboral consciente - motivos geradores de sentido -, contribuindo para o seu processo de humanização.

**Palavras-chave:** Psicologia Escolar E Educacional; Adoecimento Docente; Psicologia Histórico-Cultural; Saúde Mental; Cambé-PR.

# A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA ESTADUAL DO PARANÁ

UMA REFLEXÃO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO "PROJETO FORMAÇÃO CONTINUADA INTERDISCIPLINAR E MULTIPROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA"

Daiane Tais Aguilar - UEL  
daianetais.aguilar@gmail.com  
Wagner Roberto do Amaral, UEL  
wramaral@uel.br

A inserção do Serviço Social na educação básica é um tema antigo para a categoria, mas que ganhou destaque após a aprovação da Lei 13.935/2019, que garante a presença de assistentes sociais e psicólogos nas redes públicas de ensino. No Paraná, essa inserção aconteceu por meio do projeto-piloto "Formação Continuada Interdisciplinar e Multiprofissional na Educação Básica", que contratou 300 profissionais, sendo 100 assistentes sociais e 200 psicólogos, organizados nos 32 Núcleos Regionais de Educação (NREs). O projeto contou com a parceria da Universidade Estadual de Londrina (UEL), responsável pela formação continuada, e representou um marco importante para a categoria. O interesse em pesquisar esse tema surgiu a partir da minha própria experiência como Assistente Social participante desse projeto. Estar nesse espaço me permitiu observar, na prática, os limites e as possibilidades da inserção profissional na educação básica. Foi nesse contexto que nasceram algumas inquietações, como: de que forma se deu a construção desse projeto? Como as equipes multiprofissionais se organizaram dentro dos NREs e das escolas? Quais foram os principais limites e possibilidades enfrentados e quais contribuições a formação continuada trouxe?. A pesquisa é de caráter qualitativo e exploratório, com base em revisão bibliográfica, aplicação de formulários e entrevistas semiestruturadas com assistentes sociais, supervisores e representantes da UEL. O objetivo é refletir e sistematizar essa experiência inédita no Paraná, apontando avanços, desafios e estratégias. Ao trazer essa reflexão, busco contribuir para o fortalecimento da Lei 13.935/2019 e para ampliar a discussão sobre a importância do Serviço Social na educação, reafirmando a educação básica como espaço de garantia de direitos e de promoção da cidadania.

**Palavras-chave:** Educação; Serviço Social; Inserção.

# PLANTÃO PSICOLÓGICO EM CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR

## RELATO DE EXPERIÊNCIA EM ESTÁGIO DE PSICOLOGIA ESCOLAR

Janaina do Nascimento Alves - PUC-PR  
janainaalv010@gmail.com  
Ana Priscilla Christiano- PUC-PR)  
ana.priscilla@pucpr.edu.br

O plantão psicológico em contextos educacionais constitui-se como uma prática breve de acolhimento, voltada a estudantes em situação de vulnerabilidade. Este trabalho tem por objetivo relatar a experiência de estágio em Psicologia Escolar realizado em um cursinho pré-vestibular destinado a jovens e adultos de baixa renda que buscam ingresso no ensino superior. A prática ocorreu por meio de atendimentos em modalidade de plantão psicológico, caracterizada pela escuta imediata e sem agendamento prévio. O projeto teve duração entre o primeiro e segundo semestre do ano de 2025, com atendimentos semanais, totalizando aproximadamente até o momento 20 atendimentos de orientação e plantão. Participaram estudantes com idades entre 17 e 33 anos, o CEPV é de acesso apenas para pessoas de Cad Único, esse é um recorte econômico dos alunos do cursinho, os alunos que trabalham representam 15% em relação ao número de atendimentos. Entre os participantes, observou-se predominância de mulheres (75%), enquanto os homens representaram 25% dos atendimentos. As demandas mais frequentes estavam relacionadas à pressão familiar pelo sucesso acadêmico, às dificuldades na organização da rotina de estudos e à insegurança frente às exigências dos vestibulares e vida pessoal. As intervenções tiveram como foco o manejo da ansiedade, a construção de estratégias de estudo e o fortalecimento da autonomia dos participantes. Entre os principais resultados observados, destacam-se a diminuição de sentimentos de sobrecarga, maior clareza na definição de metas de estudo e melhora na habilidade de controle. A experiência evidencia que o plantão psicológico pode ser uma ferramenta relevante para ampliar o acesso à escuta psicológica em espaços educativos não formais, fortalecendo a saúde mental e contribuindo para a equidade no acesso ao ensino superior.

**Palavras-chave:** Psicologia Escolar; Saúde Mental; Plantão Psicológico; Ensino Superior; Cursinho Pré-Vestibular.

# PRÍNCIPES E PRINCESAS

## A IDENTIFICAÇÃO DE CRIANÇAS EM HISTÓRIAS INFANTIS RACIALIZADAS

Jefferson Olivatto da Silva -UEL  
jeffolivattosilva@uel.br  
Luiz Henrique dos Reis Souza - UEL  
luiz.henrique.reis@uel.br

**Instituição de financiamento:** Fundação Araucária

Esse trabalho se propõe a abordar a importância das imagens e ilustrações de livros infantis na educação das relações étnico raciais a partir da contação de histórias e a literatura infantil como importantes ferramentas lúdicas no ensino infantil e a instituição da lei 10.639/03, que firmou a obrigatoriedade do ensino da história africana e afro-brasileira nas escolas. Para tanto, serão analisadas as representações da princesa Ayanna e o príncipe Preto em duas histórias infantis como parâmetros de signos e entender a importância de símbolos afirmativos que rompam com a significação de imagens eurocentrismo na trajetória escolar. E dessa forma valorizar o contato das crianças com outras referências culturais garantindo assim uma educação que se comprometa com o ensino da cultura africana e afro-brasileira. Para isso, utilizamos o arcabouço metodológico da psicologia analítica por meio das constelações de aprendizagem para interpretar a simbologia dessas imagens na trajetória infantil via um curso de formação ofertado a professoras da rede pública de educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental do Paraná pelo Laboratório de Psicologia Escolar e Educacional da Universidade Estadual de Londrina (LAPEE-UEL). Esse curso foi dividido em quatro módulos tematizados por elementos africanos e afro-brasileiros, sendo que cada módulo é composto por aulas assíncronas e instruções para a aplicação prática da contação de histórias para compor um portfólio a ser desenvolvido junto às crianças registrando as experiências. As histórias analisadas neste trabalho referem-se ao segundo e terceiro módulo: Os ensinamentos da Princesa Ayanna, criada pela equipe do LAPEE e O Pequeno Príncipe Preto de Rodrigo França (2020). No decorrer do curso pudemos observar que diversas professoras relataram a identificação das crianças negras com as figuras da princesa e do príncipe, enquanto que, crianças brancas passaram a reconhecer nos colegas elementos das ilustrações dos protagonistas da história por signos positivos, tais como: tipo de cabelos, cor de pele, lábios grossos e nariz. Todavia, frisamos que em decorrência do racismo já vivido pelas crianças negras em sua trajetória social, houve as que apresentaram certa relutância em serem reconhecidas pelo protagonismo negro. Com isso, entendemos que o contato com histórias infantis e imagens que valorizem a cultura dos povos africanos e afro-brasileiros demonstrou que a autoimagem de crianças negras pode ser potencializada por meio de valores das narrativas da história, bem como pelas ilustrações utilizadas. Ressalta-se que os elementos simbólicos das narrativas (cooperação, ancestralidade e Ubuntu) e das ilustrações da princesa Ayanna e do príncipe Preto carregaram carga de significados que as auxiliassem a serem atraídas ou refratadas por características arquetípicas negras em contraposição às eurocênicas. A experiência formativa com as professoras, igualmente, demonstrou que o ensino das relações étnico raciais é um campo pouco abordado nos anos iniciais da educação e que ações afirmativas podem, e devem, ser cada vez mais incentivadas para sua presença no cotidiano escolar.

**Palavras chave:** Educação Étnico-racial; Psicologia analítica; Histórias infantis; Formação continuada.

## PSICOLOGIA ESCOLAR EM ESTÁGIO

### EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Juliana de Oliveira - UEL

juliana.oliveirasilv@uel.br

Mariana Meira Capucho – UEL - mariana.capucho@uel.br

Patrícia Vaz de Lessa - UEL

patricia.lessa@uel.br

O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência do estágio curricular obrigatório desenvolvido por duas alunas do quarto ano do curso de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina, em uma escola Municipal localizada no Norte do Paraná. A literatura da área destaca que o estágio constitui espaço privilegiado de formação, uma vez que possibilita articular teoria e prática, desenvolver habilidades profissionais e consolidar a identidade do futuro psicólogo. A Psicologia Escolar, nesse contexto, compreende-se como campo de pesquisa, produção de conhecimentos e intervenção, assumindo papel relevante na promoção de processos de aprendizagem, desenvolvimento e socialização em instituições educativas. O principal objetivo desta experiência é compreender a dinâmica de uma turma do 1º ano do ensino fundamental, bem como elaborar estratégias de intervenção coletiva que favoreçam vínculos mais saudáveis entre os alunos. Enquanto metodologia, foram realizadas observações em sala durante quatro semanas, com foco na dinâmica grupal e nas interações estabelecidas. Para ampliar a análise da realidade escolar, utilizou-se como referência cinco dimensões de observação: sociocultural, institucional, pedagógica, relacional e Políticas Educacionais. As demandas iniciais da direção e coordenação escolar referiam-se à um aluno específico que apresentava dificuldades de interação social e comportamentos agressivos. Contudo, considerando que a Psicologia Escolar não deve restringir sua atuação ao âmbito individual, optou-se por um plano de intervenção com foco coletivo, priorizando a inclusão e a melhoria das relações interpessoais da turma como um todo. Até o momento, os resultados encontram-se em processo de construção, visto que a prática ainda está em andamento. Entretanto, foi possível constatar, nas observações preliminares, a relevância de compreender a dinâmica do grupo de forma ampliada, superando perspectivas reducionistas centradas apenas em queixas individuais. Tal direcionamento contribui para valorizar a escola como espaço de mediação social. Sendo assim, destaca-se a importância dessa experiência tanto para a instituição escolar, quanto para a formação profissional das estagiárias, cuja vivência tem possibilitado o desenvolvimento de competências críticas e reflexivas, fundamentais à atuação profissional. Conclui-se que o estágio, ainda em andamento, aponta para a relevância de uma prática que considere a coletividade, promova vínculos saudáveis e contribua para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo, além de evidenciar a relevância do profissional da psicologia nesse espaço enquanto agente de transformação social e educativa. Espera-se, portanto, que a continuidade da intervenção possibilite avanços significativos tanto para a turma quanto para a formação das estagiárias, reafirmando a importância do psicólogo escolar na promoção de processos educativos mais democráticos.

**Palavras-chaves:** Educação básica; Psicologia Escolar Crítica; Estágio de Ênfase.

# SERVIÇO SOCIAL, EDUCAÇÃO E POVOS INDÍGENAS

## POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA PROFISSÃO

Renata Pacheco Abreu (UEL)

renata.abreu.as@gmail.com

Ismael Giachini Frare (UEL)

ismael.giachini@uel.br

Wagner Roberto do Amaral (UEL)

wramaral@uel.br

**Financiamento:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

O presente trabalho é fruto de uma parceria entre pesquisadores pós-graduandos e seu professor orientador, sendo decorrente das reflexões produzidas durante o Mestrado e Doutorado. O Serviço Social é profissão que possui um compromisso ético-político em defesa das classes historicamente subalternizadas. Alguns de seus princípios fundamentais refletem este aspecto da profissão e evidenciam a importância do trabalho do/a assistente social com povos indígenas, tais como: o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; e a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero (CFESS, 2012). O trabalho do/a assistente social com populações indígenas pode ocorrer nas mais diversas políticas públicas, seja nas políticas de saúde, educação, assistência social, habitação, dentre outras. O objetivo deste trabalho será refletir sobre algumas possíveis contribuições teórico-metodológicas e ético-políticas do Serviço Social no trabalho com povos indígenas na política de educação. Para isso, realiza-se uma pesquisa bibliográfica e documental, resgatando o posicionamento de entidades da categoria sobre a questão indígena e analisando referenciais teóricos que abordam o tema. Importante destacar que, assim como a luta pela terra, a luta pela educação é uma bandeira dos movimentos sociais indígenas por todo o Brasil. Uma das principais conquistas destes movimentos no âmbito da educação está disposta na Constituição Federal Brasileira de 1988, no art. 210, que assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e seus processos próprios de aprendizagem (BRASIL, 1998). A partir de um breve resgate histórico sobre o posicionamento e as produções de entidades representativas da categoria profissional em relação à questão indígena e de alguns referenciais teóricos, abordaremos elementos do trabalho do/a assistente social junto aos povos indígenas na política de educação, seja no nível da educação básica ou superior, que podem contribuir para uma educação emancipatória, democrática, intercultural, capaz de reconhecer, valorizar e dialogar com diferentes saberes e epistemologias.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Educação; Povos Indígenas.

## AVALIAÇÃO PSICOEDUCACIONAL DAS DIFICULDADES DE ESCOLARIZAÇÃO EM DESTAQUE O DESENVOLVIMENTO DOS(DAS) ESTUDANTES

Rosiane Martins de Souza Teodoro - SMEC  
rosianepsico@hotmail.com

Danilo de Freitas Francisco – SMEC  
dffrancisco@educa.cambe.pr.gov.br

Elaine Cristina Peres Fonseca- SMEC  
ecpfonseca@educa.cambe.pr.gov.br

Fernanda Cristina Alberici- SMEC  
fcalberici@educa.cambe.pr.gov.br

Thalita Gimenes Davanço- SMEC  
thalitagimenes@educa.cambe.pr.gov.br

Historicamente, na atuação na área de Psicologia Escolar e Educacional, uma atividade geralmente solicitada aos profissionais é a avaliação psicológica das dificuldades relacionadas à apropriação da leitura, escrita e conteúdos da matemática. Tradicionalmente essa avaliação tem sido realizada a partir da psicometria, no entanto, nos últimos anos tem se configurado uma outra forma de avaliação, fundamentada na Psicologia Histórico-Cultural. Considerando uma atuação em uma vertente crítica, o objetivo desta exposição é discorrer sobre o processo de avaliação psicoeducacional desenvolvido pelos(as) psicólogos(as) escolares na Rede Municipal de Ensino de Cambé. Iniciaremos apresentando alguns conceitos da Psicologia Histórico-Cultural, relacionado ao processo ensino-aprendizagem, desenvolvimento das funções psicológicas superiores e a unidade afetivo-cognitiva que permeia a apropriação dos conteúdos curriculares. Na sequência, relataremos os procedimentos adotados para a compreensão do desenvolvimento dos estudantes, envolvendo professores, pais ou responsáveis. Além disso, discorreremos sobre as atividades individuais e em grupo realizadas com estudantes da 1ª. fase do Ensino Fundamental. Como resultados observamos a premência, no processo avaliativo, de considerar o nível de desenvolvimento real e próximo (ou imediato) em que o estudante se encontra na realização das tarefas apresentadas, além da proposição de atividades que sejam efetivadas com as mediações dos(as) psicólogos(as), com a finalidade de identificar as potencialidades e dificuldades das crianças, em um processo que é avaliativo e ao mesmo tempo interventivo. Concluindo, ressaltamos a importância de uma análise que leve em conta o processo de constituição das dificuldades escolares, que explique e não somente descreva os fatos, assim como que supere visões cristalizadas sobre o desempenho dos estudantes, tal como propõe L. S. Vigotski. Uma análise que parta de uma compreensão das condições histórico-sociais que permeiam o ensinar e o aprender em uma sociedade cindida em classes sociais antagônicas, que nem sempre tem acesso igualitário aos bens culturais e materiais. Defendemos uma psicologia escolar e educacional que busque, na coletividade da escola, alternativas para o sucesso escolar e a emancipação humana.

**Palavras-chave:** Psicologia Escolar e Educacional; Avaliação Psicoeducacional; Dificuldades no Processo de Escolarização; Avaliação-Intervenção; Psicologia Histórico-Cultural.

# INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA

## PSICOLOGIA ESCOLAR NA NÃO PERPETUAÇÃO DE VIOLÊNCIAS

Alice C.S Carvalho - UEL  
alice.carvalho@uel.br

Jaqueline Kauane Grecco - UEL  
jaqueline.kauane@uel.br

Rafael Guillard Armelin - UEL  
rafaelarmelin@uel.br

O presente estudo analisa a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular, problematizando sua efetivação no contexto escolar brasileiro. Apesar do aumento de diagnósticos e debates sobre o TEA, a realidade escolar ainda não corresponde aos princípios de inclusão. A legislação brasileira, como a Lei nº 12.764/2012 e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece direitos e reforça a necessidade de práticas inclusivas. No contexto educacional, temos a Instrução Normativa nº 009/2023 (DEDUC/SEED), que estabelece a organização e critérios para a oferta do Atendimento do Profissional de Apoio Escolar (PAE) para estudantes com TEA, visando orientar os sistemas de ensino na implementação da legislação pertinente. Diante desse panorama, a pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentado em uma revisão bibliográfica sistemática da literatura, com o objetivo de analisar a produção científica sobre a inclusão de alunos com TEA. O estudo focou na análise documental de legislações e normativas, como a Instrução Normativa nº 009/2023 (DEDUC/SEED), além de publicações científicas em bases de dados como SciELO e PePSIC. Os resultados indicam que apesar dos avanços legais conquistados, ainda persistem obstáculos para a plena realização da inclusão escolar, especialmente no que diz respeito à formação adequada dos profissionais, precarização decorrente de medidas de contenção de gastos e ausência de investimentos consistentes em políticas públicas, além da subvalorização da atuação do psicólogo escolar. Nesse contexto, a normativa diferencia entre o professor de apoio especializado e o profissional de apoio escolar, mas políticas de contenção de gastos favorecem substituições que comprometem a efetividade da inclusão, o que fragiliza o suporte educacional, contribuindo para a perpetuação de violências e exclusão. A presença do profissional da psicologia no ambiente escolar, por sua vez, permite uma análise contextualizada das relações institucionais e oferece suporte tanto aos alunos quanto às famílias, professores e equipe pedagógica, podendo auxiliar na formação continuada, na identificação das especificidades dos estudantes com TEA e na construção de estratégias que ampliem a efetividade da inclusão. Sua atuação no ambiente educativo é imperativa para apoiar o trabalho pedagógico e agir em questões como evasão e desigualdades, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes e das práticas pedagógicas que assegurem aprendizagem, convivência social e respeito à diversidade humana. Conclui-se que a verdadeira inclusão de alunos com TEA depende do fortalecimento de políticas públicas de formação continuada, da promoção de uma cultura escolar que valorize a diversidade e da garantia de dignidade e justiça.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; TEA; Formação Continuada; Psicologia Escolar.

# DECIFRAR O CORPO

## REFLEXÕES SOBRE A DANÇA COMO ESTRATÉGIA PARA REPENSAR A INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Vanessa Jesus Riga - UEL  
vanessajriga@gmail.com  
Eneida Santiago - UEL  
esantiago@uel.br

### **Financiamento:** CNPq

O presente trabalho tem como objetivo iniciar uma reflexão acerca da dança enquanto estratégia interventiva na instituição escolar, tomando como partida a sua potência na expressividade de sentimentos e troca de experiências em oposição a um sistema de disciplinarização dos corpos, como defendido por alguns autores, como Foucault. A partir de uma leitura foucaultiana, o corpo é constituído por um amontoado de acontecimentos historicamente marcados e está em um processo contínuo de movimento, sendo constantemente atravessado por técnicas de exploração e resistência. O conjunto de métodos que operam a partir de um controle minucioso do corpo é designado por Foucault (1999) como disciplina, sendo o processo responsável por fabricar corpos dóceis e submissos. Entretanto, a instituição escolar é constituída por corpos com trajetórias diversas, atravessados por um meio cultural, social e histórico. Por este motivo, é importante que este tipo de instituição seja atravessada por uma compreensão pedagógica que possibilite a reflexão e intercâmbio entre diferentes perspectivas acerca de um mesmo signo. Desse modo, Lima (2004) propõe a dança como uma ferramenta de intercâmbio de experiências, ao potencializar o corpo como um sistema complexo formado pela memória, vivências e culturas. Tal perspectiva se alinha à compreensão do dançar como uma prática que, ao promover um olhar ampliado, possibilita ações a partir de vontades e afetos. Para Ossoona (1988), o impulso de dançar advém da necessidade interior de expressão de sentimentos como alegria, tristeza e medo, que estão intimamente relacionados com necessidades básicas, como alimento, abrigo e defesa. Em consonância, Reis e Ferracini (2016) compreendem a dança como um espaço de desconstrução do que é habitual para o corpo, possibilitando acessar o sensível e retomar territórios subjetivos outrora apagados. Ao refletir sobre a instituição escolar, observa-se a evidência de um modelo que opera a partir da padronização e docilização dos corpos circulantes em seus espaços. A dança, ao propor um espaço de produção de subjetividade, rompe com a ideia de um padrão normativo de ensino, valorizando a individualidade de cada estudante. Além disso, pode ser utilizada como um recurso que favorece o intercâmbio de vivências entre os estudantes, o que possibilita a composição de uma instituição escolar mediada pela sensibilidade e pelo afeto.

**Palavras-chave:** Dança; Educação; Corpo.

## ANÁLISE DE UM INSTRUMENTO ORIENTATIVO DA SEED/PR REFERENTE ÀS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO INTRAESCOLARES

Eduarda Henrique - NRE Maringá-PR  
psieduardahenrique@gmail.com

Adriana Paniagua Fumagalli - NRE Maringá-PR  
ass.adrianaf@escola.pr.gov.br

Keuri Caroline Bonato da Costa - NRE Maringá-PR  
psi.keuric@escola.pr.gov.br

Vitória de Oliveira Balestero - NRE Maringá-PR  
psi.vitoriab@escola.pr.gov.br

O objetivo do presente trabalho é analisar as potencialidades e desafios da instrumentalização do Guia de Orientações para a tratativa em prevenção e posvenção das violências de gênero. O Guia de Orientação às Equipes Diretivas e Pedagógicas sobre Protocolos a serem adotados em situações de violência intra e extraescolar envolvendo crianças e adolescentes foi desenvolvido pela Secretaria do Estado da Educação do Paraná e está em sua segunda edição no ano de 2025, após revisão e ampliação da edição anterior. O guia é edificado a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente. O instrumento tem como objetivo principal sintetizar os protocolos a serem seguidos pela equipe pedagógica e diretiva diante de situações de violência intra e extraescolar, preconizando, de forma geral, a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes e o combate à violação desses. Além de medidas de posvenção, o guia deve ser utilizado como aliado na construção de projetos de prevenção, sendo instrumento mediador para a concretização de ações que visam divulgar informações essenciais para a comunidade escolar frente à temática das violências. O guia é organizado a partir dos protocolos de encaminhamentos às diversas situações de violência, abrangendo explicações gerais sobre os tipos e configurações de cada violência. Nesse sentido, buscamos analisar a descrição de violência de gênero, abordando a concepção dessa tipificação, bem como os encaminhamentos propostos a partir da fundamentação do guia na Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006) e as reflexões possíveis para construção de projetos de prevenção, especialmente referente ao trabalho no chão da escola. A relevância dessa pesquisa se dá pelo urgência de ampliação do debate sobre o tema, especialmente pelas equipes multidisciplinares que atuam no espaço escolar. Esse espaço, como local de desenvolvimento humano, deve estar voltado para a promoção de relações de diversidade e segurança para todos os corpos. Investigar as dinâmicas de gênero nas escolas permite identificar práticas discriminatórias, situações de violência simbólica ou física e lacunas nas políticas educacionais. Além disso, contribui para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas, psicossociais, formativas e institucionais que não apenas previnam a ocorrência de violência, mas também de posicionamento efetivo frente aos casos diários. Diante do exposto, é possível destacar que O Guia de Orientação às Equipes Diretivas e Pedagógicas sobre Protocolos a serem adotados em situações de violência intra e extraescolar envolvendo crianças e adolescentes representa um avanço significativo frente ao trabalho de prevenção e posvenção no espaço escolar, mas, ao mesmo tempo, indica lacunas importantes a serem avaliadas e aprofundadas, especialmente no que se refere à descrição da violência de gênero, à pluralidade de corpos que adentram essa tipificação, à reflexão sobre banheiros multi gênero e medidas de ações preventivas a serem realizadas no espaço educativo.

**Palavras-chave:** Psicologia Escolar; Serviço Social; Gênero; Violência de Gênero; Educação

## ADOLESCENTES FRENTE AO CYBERBULLYNG

### ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DEFENSIVO NO CONTEXTO BRASILEIRO

Lucas Barbosa Namur - UEL  
lucas.barbosa.namur@uel.br  
Katya Luciane de Oliveira - UEL  
katyael@gmail.com

O *cyberbullying* constitui uma forma contemporânea de violência mediada pelas tecnologias digitais, impactando significativamente a saúde mental e o desenvolvimento socioemocional de adolescentes. Diante desse cenário, destaca-se a importância de compreender não apenas os papéis de vítima e agressor, mas também as estratégias de defesa mobilizadas por pares. Entende-se comportamento defensivo todas as estratégias adotadas para mitigar e/ou interromper as ações de violência, que podem se manifestar de forma a relatar a uma autoridade, ter um comportamento agressivo, retaliador, ação de resolução de problemas de forma independente e suporte emocional à vítima. O presente estudo, em andamento, tem como objetivo adaptar e validar para o contexto brasileiro a *Escala de Comportamento Defensivo em Cyberbullying*, originalmente desenvolvida em outro idioma, a fim de avaliar comportamentos de defesa em situações de intimidação virtual. Seguindo as diretrizes propostas na literatura para adaptação transcultural de instrumentos psicológicos, a pesquisa contará com a participação de tradutores independentes e juízes especialistas, responsáveis por assegurar equivalência semântica, conceitual e cultural dos itens. A amostra será composta por adolescentes matriculados no ensino regular de escolas públicas e privadas de Londrina-PR, e a análise estatística contemplará procedimentos psicométricos, como estimativas de confiabilidade (alfa de Cronbach) e validade de conteúdo. Pretende-se, assim, oferecer evidências de validade de um instrumento inédito em língua portuguesa que possibilite mensurar comportamentos de defesa no *cyberbullying*. Espera-se que os achados contribuam para subsidiar ações educativas e intervenções preventivas, fortalecendo o suporte frente a situações de violência digital e apoiando políticas públicas voltadas à promoção de ambientes escolares mais seguros e inclusivos.

**Palavras-chave:** *Cyberbullying*; Adolescência; Comportamento Defensivo.

# MEDIAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA E DESENVOLVIMENTO DAS FUNÇÕES SUPERIORES CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Mariana Brandão Cantu - UEL  
maribcantu@gmail.com

Ana Priscilla Christiano -UEL  
anapri@uel.br

O presente trabalho é fruto de estudos teóricos sobre a Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski. Como objetivo, busca-se compreender como a mediação psicopedagógica contribui para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores no contexto da Educação Infantil, considerando a relevância dessas funções para a aprendizagem, o desenvolvimento da criança e a promoção de práticas fundamentadas na visão histórico-cultural. Entende-se que essa perspectiva contribui para práticas educacionais e psicológicas transformadoras, articulando a teoria e a prática em vigor da formação dos sujeitos. A Psicologia Histórico-Cultural enfatiza que o desenvolvimento humano ocorre a partir das interações sociais mediadas pela linguagem, pelos instrumentos culturais e pela ação intencional do outro. Nesse sentido, as funções psicológicas superiores, como atenção voluntária, memória e pensamento não emergem de forma espontânea, mas se constroem no processo de socialização e escolarização, tendo os conhecimentos psicológicos e pedagógicos papel fundamental na condição de criações para sua emergência. A escolha desse tema se justifica pela necessidade científica e prática de refletir sobre os processos de mediação na Educação Infantil, etapa decisiva para a constituição da subjetividade e das bases cognitivas. Trata-se de um estudo de natureza teórica, baseado em uma revisão bibliográfica qualitativa. A pesquisa contempla autores clássicos e contemporâneos da Psicologia Histórico-Cultural. Foram selecionados artigos científicos, livros e capítulos de obras de referência, privilegiando produções que discutem a mediação no processo educativo e o papel das funções psicológicas superiores no desenvolvimento da criança, além de defender a *práxis*. A análise bibliográfica permitiu constatar que a mediação psicopedagógica exerce papel central na promoção das funções psicológicas superiores, na medida em que possibilita a passagem de processos elementares para processos culturalmente elaborados, por meio da interação social e da internalização de signos.

**Palavras-chave:** Psicologia Histórico-Cultural; Funções Psicológicas Superiores; Educação Infantil; Mediação.

## O LEGADO COLONIAL NA ESCOLA UMA MÁQUINA DE NORMALIZAR E EXCLUIR

Oak Tonet Assad - USP  
oakassad@usp.br

Alayde Maria Pinto Digiovanni - USP/UNICENTRO  
alayde@usp.br

A partir da perspectiva da história transnacional da educação, este estudo analisa a escola como artefato político e dispositivo colonial, implicado na produção de alteridades. Defende-se que a escola pública, desde sua fundação, não se limitou a alfabetizar, mas foi pensada como máquina de homogeneização cultural, voltada à construção de identidades nacionais alinhadas aos valores hebraico-cristãos e racistas do ocidente. Esse processo implicou o apagamento das diferenças, a exclusão de saberes outros e a imposição de uma moral pública específica. O trabalho propõe refletir criticamente sobre os rastros coloniais que ainda estruturam a educação moderna, investigando como a escola continua a produzir e a subalternizar o "outro" – seja o "incivilizado" do passado ou a criança medicalizada do presente. O trabalho assume a forma de um ensaio teórico, fundamentado em revisão bibliográfica crítica. A análise articula contribuições da história da educação (Cynthia Greive Veiga), da sociologia histórica (Norbert Elias) e da teoria decolonial (Aníbal Quijano, Walter Dignolo), para examinar a função da escola como dispositivo de normalização. Ao final, mobiliza-se o pensamento de Paulo Freire como horizonte ético-político capaz de oferecer caminhos de resistência. A investigação evidencia que a escola moderna foi montada como mecanismo de produção de alteridades subordinadas, determinando quem é reconhecido como cidadão legítimo e silenciando corpos, línguas e memórias que não se adequavam ao projeto de cidadão quieto mas produtivo. Esse funcionamento, longe de ter se extinguido, se atualiza hoje por meio da medicalização da infância: comportamentos divergentes são enquadrados em categorias psicopatológicas, responsabilizando o aluno por sua inadequação a um sistema rígido. Além disso, persiste a "colonialidade do saber", que valida exclusivamente a racionalidade eurocêntrica e marginaliza conhecimentos quilombolas, indígenas, populares e comunitários. Esse silenciamento se expressa tanto nos currículos escolares quanto nas arquiteturas das instituições, que reforçam o não pertencimento e a exclusão simbólica. Os resultados indicam que o educador atua em um campo de tensão, pressionado por políticas e estruturas que reduzem seu trabalho a uma função técnica e burocrática, frequentemente desconectada da realidade vivida em sala de aula. A precarização e o medo fazem muitos professores apenas reproduzirem a norma como forma de sobrevivência. Como contribuição, o estudo aponta a pedagogia de Paulo Freire como alternativa insurgente: romper com a "educação bancária", assumir a docência como ato político e dialógico, partir da leitura de mundo dos educandos. Nesse horizonte, ensinar deixa de ser repetição e passa a ser criação. Assim, a pedagogia freiriana emerge como possibilidade de resistência frente à colonialidade ainda presente, abrindo caminhos para reinventar a escola como espaço de diálogo, pertencimento e transformação coletiva.

**Palavras-chave:** Colonialidade; Alteridade; História Dd Educação; Dispositivo Escolar; Medicalização.

## EMERER NA EDUCAÇÃO ESTADUAL

### A LICENCIATURA RACIALIZADA COMO RECURSO DE PERTENCIMENTO

Keuri Caroline Bonato da Costa - NRE Maringá-PR  
psi.keuric@escola.pr.gov.br  
Adriana Paniagua Fumagalli - NRE Maringá-PR  
ass.adrianaf@escola.pr.gov.br  
Eduarda Henrique - NRE Maringá-PR  
psieduardahenrique@gmail.com  
Vitória de Oliveira Balestero - NRE Maringá-PR  
psi.vitoriab@escola.pr.gov.br

As Equipes Multidisciplinares para a Educação das Relações Étnico-raciais (EMERER) são comissões criadas dentro das instituições escolares com o intuito de fomentar debates, estratégias e ações pedagógicas que fortaleçam a implementação da Lei n.º 10.639/03 e da Lei n.º 11.645/08, bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena no currículo escolar das instituições de ensino da rede pública estadual e escolas conveniadas do Paraná. Levando em conta que a EMERER é composta por professores, pedagogos, agentes educacionais, membros da comunidade externa e estudantes, e tem como objetivo principal a orientação e auxílio no desenvolvimento de ações referentes à Educação das Relações Étnico-Raciais dentro do ambiente escolar, é imprescindível que a Psicologia e o Serviço Social atuem de forma a contribuir com esse objetivo. É importante reiterar que as equipes homologadas pelas instituições passam anualmente por cursos de formação continuada obrigatória propostos pela própria SEED-PR, e ações são previstas, materiais são disponibilizados, mas muitas vezes observamos que no cotidiano escolar a temática acaba sendo debatida apenas no mês de novembro, alusivo à Consciência Negra. Frente ao exposto, compreendemos como uma possibilidade necessária de atuação da Psicologia, em articulação com o Serviço Social, a promoção de formações voltadas às equipes pedagógicas e de Relações Étnico-Raciais, com ênfase na valorização da obra literária de autores e autoras negras e indígenas. Tal valorização está articulada ao aspecto simbólico da representatividade, pois implica o reconhecimento de epistemologias historicamente silenciadas, que formaram a base fundamental da construção da educação brasileira. Estudar e difundir o pensamento de intelectuais negros e indígenas, sobretudo aqueles que se dedicam às temáticas da Educação e das Relações Étnico-Raciais, constitui uma estratégia política e pedagógica de afirmação de identidades, valorização das múltiplas narrativas e ampliação das possibilidades de pertencimento e identificação por parte dos estudantes, sendo necessária tal atuação diária, não restrita ao mês de novembro. A presença dessas vozes nos espaços escolares permite tensionar o currículo tradicional eurocentrado, promovendo um ambiente educativo mais justo, inclusivo e representativo da diversidade étnico-racial brasileira. Desse modo, é possível entender a urgência de se investir na multiplicação desses estudos formativos e em sua fundamentação teórica no cotidiano escolar, não apenas como conteúdo, mas como ferramenta crítica de análise da realidade, formação cidadã e enfrentamento ao racismo estrutural. Essa atuação interprofissional entre Psicologia e Serviço Social fortalece a implementação da Lei 10.639/03 e da Lei 11.645/08, e reafirma o compromisso com uma educação que valorize a memória e os saberes construídos na cultura afro-brasileira e indígena.

**Palavras-chave:** Psicologia Escolar; Serviço Social; Educação Étnico Racial; Antirracismo; Literatura;

## INTERSECÇÕES DE RAÇA E GÊNERO

### AS MARCAS DA RACIALIZAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES IDENTITÁRIAS

Graziela Soares dos Santos - UEL  
grazielasoares.psi@gmail.com  
Mayara Yukari Ogata - UEL  
mayara.yukari.ogata@uel.br  
Jefferson Olivatto da Silva - UEL  
jeffolivattosilva@uel.br

**Financiamento:** Universidade Sem Fronteiras (USF)

A literatura infantil constitui-se como prática histórica, política e cultural, marcada por disputas em torno da representação da infância. No cenário brasileiro, narrativas literárias operaram como dispositivos pedagógicos de poder, de modo a instituir comportamentos esperados e alinhados à hegemonia burguesa e eurocêntrica. Nesse processo, meninas negras foram marginalizadas ou estigmatizadas, ora como personagens secundárias e invisibilizadas. Tal ausência reverbera na constituição de como as crianças se percebem e são percebidas socialmente, impactando na autoestima e no pertencimento racial. Compreendendo assim, a literatura como espaço permeado por disputas simbólicas que operam de modo a reforçar ou tensionar estruturas racistas e sexistas. Dessa forma, o objetivo é refletir sobre como a construção identitária positiva e práticas pedagógicas antirracistas, podem contribuir no processo de letramento racial para meninas negras a partir da análise da obra "Os Ensinaamentos da Princesa Ayanna". Para isso, partimos de uma abordagem qualitativa, com análise de uma obra literária intitulada "Os Ensinaamentos da Princesa Ayanna", desenvolvida pelo Laboratório de Psicologia Escolar e Educacional (LAPEE), vinculado à Universidade Estadual de Londrina (UEL). O desenvolvimento desse material compôs um curso de formação "Educação com Contação de História para as Relações Étnico-Raciais", ofertado pelo mesmo laboratório, à professoras da Educação Infantil da Rede Municipal em municípios da região Norte Central do Paraná e da Bacia Hidrográfica do Baixo Tibagi, com recorte baseado no IDH-M. O procedimento de análise consistiu na leitura crítica da narrativa e ilustrações, considerando intersecções de raça, gênero e classe, bem como as potencialidades pedagógicas da obra. Com isso, foi possível identificar a promoção de tensionamentos frente à lógica hegemônica colonial e sexista na obra analisada, à medida em que a figura de uma princesa negra rompe com estereótipos ao posicioná-la em lugar de realeza e protagonismo, reafirmando, assim, a oralidade e a sabedoria ancestral como instrumentos de formação identitária. Desse modo, possibilita às crianças referências positivas, ressignificando o imaginário sobre feminilidade e negritude. Portanto, a partir da análise da obra, destaca-se a importância que a literatura infantil constitui como um recurso pedagógico relevante ao enfrentamento às lutas de gênero e raça, sobretudo assegura o protagonismo de meninas negras, já na educação infantil. Além disso, a construção de representações positivas impacta diretamente a autoestima no pertencimento racial dessas crianças, contribuindo para práticas educativas afirmativas e pela valorização da diversidade. Não obstante, entre os avanços destacados, ainda se observa muitas barreiras institucionais e culturais que restringem a difusão dessas obras e comprometem

a implementação da Lei 10.639/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", o que torna imprescindível o fortalecimento de políticas públicas e a ampliação de processos formativos voltados ao corpo docente. Como aporte, este estudo evidencia a importância de produções literárias que integrem ludicidade, memória ancestral e resistência, ampliando o repertório simbólico destinado à infância e contribuindo para o fortalecimento de práticas educativas antirracistas.

**Palavras-chave:** Formação Identitária; Feminilidade; Negritude; Letramento Racial; Pedagogia Antirracista.

## **EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS**

### FORMAÇÃO EXTENSIONISTA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 13.935/2019

Ana Cristina Paes Leme Giffoni Cilião Torres - UEL

acpaeslemetorres@uel.br

Patrícia Vaz de Lessa - UEL

patricia.lessa@uel.br

Wagner Roberto do Amaral UEL

wramaral@uel.br

#### **Financiamento:** Serviço Social Autônomo Paraná Educação

A formação continuada profissional diante do cenário social que nos apresenta, torna-se elemento essencial para a qualificação e aprofundamento teórico-prático de profissionais das diferentes áreas do conhecimento. A partir da aprovação da Lei 13.935/2019, pautados na necessidade de formar profissionais reflexivos, em constante reflexão sobre a ação, formulou-se o projeto de extensão realizado em parceria de três instituições: Universidade Estadual de Londrina, Secretaria de Educação do Estado do Paraná - SEED e Fundação HUPEC. O objetivo geral se configura em desenvolver ações integradas de ensino, pesquisa e extensão voltadas à formação continuada e sistematização do trabalho a ser desenvolvido por equipes multiprofissionais constituídas por psicólogos e assistentes sociais nos NREs, considerando o mapeamento de demandas enfrentadas nas diferentes escolas da rede estadual de educação do Paraná. O projeto de extensão teve início em 2024, sendo aprovada uma versão atualizada em 2025. A coordenação acadêmica está formada por professores da UEL, do curso de Psicologia e Serviço Social. A estrutura e organização do processo de desenvolvimento da formação estão divididos em eixos: Live formativa, encontros presenciais, reuniões de macrorregiões, encontros por categoria. As lives são realizadas de forma remota, semanalmente, com a participação de professores e pesquisadores das diversas instituições de ensino do Brasil, sobre temas relacionados às demandas trazidas pelos profissionais das equipes multi. Os temas das lives realizadas até o momento foram divididos entre temas gerais relacionados à psicologia, serviço social e educação, além de abordar temas sobre as demandas das escolas e a atuação da equipe multiprofissional no processo educacional. Até o momento foram realizadas 35 lives. Além das lives semanais, o projeto conta com reuniões divididas por macrorregiões com a participação dos profissionais Psicólogos(as) e Assistentes Sociais, equipe de apoio e equipe de bolsistas. As reuniões de macrorregiões ocorrem de 15 em 15 dias e estão divididas em dois eixos: relato de experiências e grupo de estudos. Os encontros por categoria acontecem uma vez no semestre para a discussão dos temas que envolvem cada profissão. O projeto conta atualmente com 96 Psicólogos (as) e 41 Assistentes Sociais. Consideramos de extrema importância o desenvolvimento de ações extensionistas desta dimensão e destacamos o ineditismo da ação no estado do Paraná.

**Palavras-Chave:** Projeto de Extensão; Equipes Multiprofissionais; Lei 13.935/2019

## A PSICOLOGIA ESCOLAR NO TRABALHO COM A POPULAÇÃO LGBTQIA+

Jheniffer Cristina Bernardi da Silva- NRE Curitiba / PR  
psi.jhenifferbernardi@gmail.com

A escola se constitui como um espaço fundamental de desenvolvimento humano, ultrapassando a dimensão acadêmica e configurando-se como contexto de formação de subjetividades. Sendo também uma instituição que reflete e reproduz as desigualdades presentes no contexto sociocultural em que está inserida. No caso da população LGBTQIA+, essa realidade se evidencia nos altos índices de violência vivenciados por estudantes que são um reflexo da sociedade brasileira como um todo. Diante desse cenário, a Psicologia Escolar precisa assumir a responsabilidade ética de atuar de maneira a promover dignidade humana, além de trabalhar para eliminar qualquer forma de discriminação e violência. Portanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, para compreender a atuação da Psicologia Escolar frente a população LGBTQIA+, entretanto, ao investigar bases acadêmicas como CAPES e BDTD, observa-se escassez de produções científicas que articulem ambas. Essa lacuna teórica repercute na prática profissional, podendo ser observado nos Núcleos Regionais de Educação (NREs) como o de Curitiba, onde se nota a falta de preparo de profissionais de Psicologia e Serviço Social para lidar com as demandas dessa população. Essa fragilidade na formação profissional se intensifica à luz da Lei no 13.935/2019, que tornou obrigatória a presença desses profissionais na educação básica, o que exige uma atuação comprometida com a realidade de estudantes, bem como, com a ética profissional. Diante disso, os dados da pesquisa nacional sobre bullying no ambiente escolar reforçam a urgência desta discussão, quando demonstra que nove em cada dez estudantes LGBTQIA+ relataram ter sofrido algum tipo de violência. A pesquisa citada também demonstrou que 94% da população dissidente de gênero ou sexualidade entrevistada se sentiu deprimida no mês anterior à pesquisa, que pessoas negras têm mais chances de sofrer violência física e que o risco de evasão é aumentado para essas populações. Tal realidade, considerando os dados e o fato de serem escolas públicas, demanda uma atuação crítica e embasada em referenciais que ampliem a compreensão das múltiplas opressões. Nesse sentido, o conceito de interseccionalidade, contribui ao evidenciar como sistemas de opressão (classe, raça, identidade de gênero, orientação sexual, entre outros) se articulam, relacionando-se entre si e intensificando vulnerabilidades. Em complemento, com o conceito de necropolítica, compreendendo a ação do Estado enquanto tecnologia social que expõe corpos marginalizados à morte, seja pela violência direta ou pela negligência estrutural. Diante disso, fica evidenciada a importância do papel da Psicologia Escolar nas escolas públicas para realizar o enfrentamento às violências dirigidas à população LGBTQIA+, além do trabalho com as subjetividades. Mais do que responder a situações de violência, mas promovendo práticas que acolham a diversidade, considerem as interseccionalidades e tensionam as estruturas de poder que sustentam as desigualdades, reafirmando o compromisso ético da profissão com a promoção de maior qualidade de vida e dos direitos humanos.

**Palavras-chave:** Psicologia Escolar; População LGBTQIA+; Violência.

# OS ASPECTOS PSICOLÓGICOS DA MOTRICIDADE INFANTIL

## CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Carolina de Moura de Vasconcelos Kauffman (Seed/PR)  
carolvasconcelos.uem@gmail.com

Compreende-se que cabe à escola promover a apropriação das riquezas culturais, corporais e intelectuais, mas, como organizar o trabalho com a Educação Física na Educação Infantil de modo a propiciar a aprendizagem de conceitos, de modo articulado com as fases da motricidade? Assim, objetiva-se, nesse trabalho, investigar a aprendizagem do movimento voluntário, como premissa para a formação das faculdades motoras superiores, a partir da organização de atividades de ensino da Educação Física Infantil à luz da Psicologia Histórico-Cultural. O estudo foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica e experimento didático realizado entre 2022 e 2024 com 25 alunos de 3 a 5 anos de um Centro Municipal de Educação Infantil da rede pública de Maringá PR. Para análise, selecionou-se um subgrupo de cinco crianças, definido pelo critério de assiduidade, isto é, aquelas que participaram de todas as intervenções desde 2022. O experimento, elaborado e aplicado pela pesquisadora, fundamentou-se nos princípios do método genético experimental de Vigotski e no experimento formativo de Davidov. As fontes de análise foram as atividades dos estudantes, os relatos verbais registrados em vídeo durante as atividades e as anotações em diário de campo. A pesquisa bibliográfica, assim como o experimento didático mostrou que o desenvolvimento das faculdades motoras superiores, no contexto da Educação Infantil, ocorre por meio de movimentos voluntários, coordenados e intencionais, como equilibrar, lançar, girar, saltar, e entre outros. Esses movimentos são mobilizados em manifestações da cultura corporal como a ginástica, o esporte, a dança, os jogos, as lutas, o circo, cuja sistematização pedagógica favorece o domínio voluntários desses movimentos, assim como a atribuição de sentido e significados. Os resultados mostraram que as faculdades motoras superiores dependem da natureza da atividade e dos motivos e, também, são desenvolvidas em articulação com as funções psicológicas superiores. Além disso, a intervenção pedagógica junto às crianças de 3 a 5 anos permitiu explicitar que a atividade educativa que mobiliza a constituição de sentido aos movimentos realizados depende dos motivos, assim como dos processos emocionais que orientam as ações da criança. E, nesse processo, é possibilitado o desenvolvimento das funções psicológicas superiores e do autodomínio da conduta, além da formação de conceitos científicos. Conclui-se que há uma visão predominante nos estudos do desenvolvimento da motricidade, com um viés biologicista ou comportamentalista, que desconsidera os determinantes sociais e históricos no processo de formação dos movimentos voluntários. A partir dos estudos de Zaporozhets, Leontiev, Vygotski e Luria, foi possível colocar em pauta uma discussão sobre o desenvolvimento motriz na unidade cognitiva-motora-afetiva. Além disso, por meio do experimento didático, evidencia-se que a organização intencional da atividade de ensino na Educação Infantil promove o surgimento de movimentos voluntários com significações culturais, articulando ação motora e desenvolvimento psíquico. Os resultados indicam que as faculdades motoras superiores se constituem em unidade com as funções psicológicas superiores, e que a sua emergência depende da natureza da atividade proposta, dos motivos que a impulsionam e da mediação pedagógica sistemática, reafirmando o papel da Educação Física como campo formativo essencial na infância.

**Palavras-chave:** Psicologia Histórico-Cultural; Pensamento conceitual; Movimentos voluntários; Educação Física; Educação Infantil.

## ATIVIDADE OBJETAL E A FORMAÇÃO DAS FUNÇÕES PSÍQUICAS SUPERIORES NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Luiza Sharith Pereira Tavares – UEM  
luizasharith@hotmail.com

Na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, o desenvolvimento infantil é compreendido como um processo histórico e dialético, marcado por reestruturações qualitativas na consciência da criança. Durante a primeira infância, duas atividades-guia se destacam: a comunicação emocional direta com o adulto, no primeiro ano de vida, e a manipulação de objetos, entre um e três anos de idade. Esta última assume centralidade em nossas discussões sobre a constituição das funções psíquicas superiores, pois o contato com objetos socialmente mediados permite à criança organizar sua experiência e atribuir novos significados ao mundo. A percepção, a atenção e a memória, nesse período, não se desenvolvem isoladamente, mas de forma integrada à atividade objetual. A percepção assume o lugar de nova formação central, reorganizando a consciência e servindo de base para a diferenciação progressiva das demais funções. A atenção, inicialmente involuntária, é qualificada pela mediação do adulto, que orienta o foco da criança e possibilita sua gradual autonomia. Já a memória, em suas manifestações iniciais, permanece fortemente vinculada à experiência perceptiva imediata, reorganizando-se à medida que se articula com a linguagem e com a ação sobre os objetos. Compreender essas inter-relações evidencia que o desenvolvimento psíquico na primeira infância não resulta de maturação natural, mas de condições sociais historicamente constituídas.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Infantil; Funções Psicológicas Superiores; Psicologia Histórico-Cultural

## **VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR**

### UMA INTERVENÇÃO A PARTIR DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Logans Vithor Ferreira Marques - UFPR

logansmarques@ufpr.br

Mariana Seibert - UFPR

mari.seibert15@gmail.com

Graziela Lucchesi Rosa da Silva - UFPR

grazielaluc@hotmail.com

A proposta relatada deriva de atividades realizadas durante o estágio obrigatório na área de Psicologia Escolar/Educacional, desenvolvido em uma escola pública do estado do Paraná, localizada no município de Curitiba. A partir de conversas promovidas junto com a equipe pedagógica, professores e direção, além das observações feitas nas salas de aula e nos outros espaços do colégio, a violência escolar emergiu como a principal demanda, motivando a elaboração de um projeto de intervenção junto aos 6<sup>os</sup> anos do Ensino Fundamental. Sob os fundamentos da Psicologia Histórico-Cultural, entende-se a violência como um fenômeno complexo, sócio-historicamente mediado, que se manifesta nas relações sociais e nas condições de vida de diversas formas. Sob a lógica do capital, a sociabilidade é mediada também por atos bárbaros favorecendo a sua manifestação em qualquer relação social, inclusive na escola. A intervenção, em andamento, adotou uma abordagem qualitativa, buscando compreender o fenômeno da violência para além de uma perspectiva individualizada. Com o objetivo de desenvolver ações coletivas junto a estudantes, professores e à equipe pedagógica para discutir e enfrentar questões relacionadas à violência no contexto escolar, a proposta foi delineada metodologicamente em duas fases. Na primeira fase, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 12 professores, com o intuito de levantar a percepção docente sobre o tema, identificar as estratégias já adotadas para o enfrentamento da violência e do bullying no cotidiano escolar, bem como coletar proposições para a elaboração de um protocolo de ação. Com os estudantes, foram organizadas assembleias com três turmas dos 6<sup>os</sup> anos, utilizando questionamentos abertos e dinâmicas interativas com o objetivo de compreender suas concepções sobre violência. Os acolhimentos psicológicos, que surgiram de forma espontânea, também foram utilizados como ferramenta de identificação de demandas e de intervenção pontual. Na segunda fase, em desenvolvimento, estão sendo realizados encontros reflexivos e pedagógicos com as cinco turmas dos 6<sup>os</sup> anos, abordando diferentes temas relacionados à violência/bullying no contexto escolar, a saber: direitos e deveres das crianças, o que é ser criança, redes sociais e coletividade. Além disso, professores de português e redação e leitura dos 6<sup>o</sup> anos, em conjunto com os estagiários e pedagoga referência, realizarão atividades propondo aos alunos o desenvolvimento de uma ou mais produções textuais referentes à temática da violência/bullying. Considera-se que essas ações contribuem para um ambiente escolar mais politizado, ao mesmo tempo em que não corroboram com práticas discriminatórias, preconceituosas ou violentas.

**Palavras-chave:** Psicologia Escolar; Violência; Psicologia Histórico-Cultural.

# FALSO SELF, ALFABETIZAÇÃO PREMATURA E REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

## UMA PERSPECTIVA WINNICOTTIANA

Isabella Gonçalves Caraveli – UEL  
isabella.caraveli@uel.br

Ítalo Bitencourt Ciccotti - UEL psi.italobitencourt@gmail.com.

A antecipação de conteúdos formais e a intensificação de avaliações têm provocado debates sobre os efeitos de tais práticas na infância, especialmente quando se considera que o processo de amadurecimento psíquico exige tempo, brincadeira e um ambiente suficientemente bom para a constituição subjetiva. Partindo da teoria do pediatra e psicanalista inglês Donald W. Winnicott, este trabalho busca refletir sobre o impacto das exigências educacionais precoces na formação do *falso-self* e suas implicações no desenvolvimento maturacional. Trata-se de um ensaio teórico-reflexivo, fundamentado em pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo. A análise centra-se nos conceitos psicanalíticos de Winnicott, com destaque para a noção de *self*, articulando-os ao contexto educacional contemporâneo. O objetivo não é esgotar o tema, mas suscitar reflexões críticas sobre como práticas escolares antecipatórias e avaliativas podem incidir na constituição subjetiva da criança. Segundo Winnicott, o infante, ao longo de seu desenvolvimento maturacional, passa por uma série de etapas que o levam de um estado de dependência absoluta à dependência relativa e, por fim, rumo à independência. Nesse processo, múltiplos avanços e recuos cognitivos, motores, emocionais e integrativos se dão, até que, enfim, se constitui um sujeito suficientemente integrado para o convívio social. Nesse percurso, o surgimento das funções sociais requer da criança um progressivo abandono de desejos imediatos, exigindo a capacidade de suportar frustrações e desconfortos. À vista disso, emerge uma organização defensiva chamada de *falso-self*, cuja função é proteger o *self* verdadeiro – sede da criatividade e espontaneidade – das intrusões ambientais. No funcionamento saudável, o *falso-self* condensa as normas sociais, a polidez e a amabilidade esperada dos sujeitos. Todavia, em situações de excessos ou faltas que ultrapassam a suportabilidade, o infante ergue o *falso-self* como barreira protetora, aprisionando a expressão autêntica do *self* verdadeiro. Nesses casos, o *falso-self* opera como mecanismo de cisão entre mundo externo e subjetividade, identificando-se como o próprio Eu. Esse fenômeno se evidencia no contexto educacional, quando se espera de crianças desempenhos cada vez mais precoces, como ocorre na alfabetização formal, antecipada com a implantação do Ensino Fundamental de nove anos. Essa mudança, somada à pressão das avaliações padronizadas, pode favorecer a cristalização de formas patológicas do *falso-self*, uma vez que a criança, ao priorizar a adaptação às expectativas externas, distancia-se do brincar e da experiência criativa. Assim, a criança pode aparentar corresponder às demandas escolares decorando letras e palavras sem compreendê-las plenamente, apenas para satisfazer cobranças. O que poderia constituir-se em processo natural de integração social transforma-se em adaptação forçada, com impactos na inserção e permanência no universo letrado e, sobretudo, no amadurecimento emocional saudável. As reflexões apresentadas sugerem que a antecipação de demandas escolares pode gerar efeitos adversos no desenvolvimento subjetivo infantil. Quando o *falso-self* é mobilizado em excesso como forma de se defender das exigências externas, corre-se o risco de comprometer a espon-

taneidade e a criatividade. Reconhecer a importância do brincar, do tempo de maturação e de um ambiente escolar suficientemente bom é, portanto, fundamental para que a educação cumpra seu papel sem inviabilizar o crescimento emocional.

**Palavras-chave:** *Falso-self*; Alfabetização; Ensino Infantil; Desenvolvimento Prematuro

## A PRODUÇÃO DAS OFENSIVAS ANTIGÊNERO EM LONDRINA/PR E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO

Anderson Luis Schuck - UEL  
anderson\_schuck@hotmail.com  
Eneida Santiago - UEL  
esantiago@uel.br

As ofensivas antigênero compreendem dinâmicas transnacionais que tem articulado setores neoconservadores e neoliberais contrários aos movimentos feministas e LGBTQIAPN+ e suas agendas de promoção de direitos sexuais e direitos reprodutivos. Esse movimento tem buscado impactar legislações e práticas institucionais, principalmente se utilizado da noção de "ideologia de gênero" para ampliar a capilaridade dos atores envolvidos, fundar inimigos políticos e intensificar transformações nas realidades locais em torno de uma nova ordem social, pautada na revalorização da família cisheteronormativa e reprodutiva. Nesse contexto, o campo da educação se constituiu um dos contextos privilegiados dos ataques contra o "fantasma do gênero". Considerando uma mirada micropolítica deste movimento, objetivamos analisar o campo de produção das ofensivas antigênero nas ações legislativas da Câmara de Vereadores de Londrina/PR. Para a produção das informações, nos inspiramos na perspectiva genealógica para compor um diagrama de forças em torno dos jogos de verdade e exercícios do poder neste campo político. Para isso, realizamos o mapeamento de documentos de domínio público (notícias, atas de reuniões, projetos de lei), enquanto formações discursivas envolvendo temáticas sobre gênero e sexualidades. Dos 35 documentos identificados, 17 referem-se a projetos de lei com teor antigênero, e destes, 11 abordam diretamente o campo da educação, em matérias como: proibição de debates, campanhas e aulas envolvendo gênero e orientação sexual nas escolas, contra linguagem neutra/inclusiva, não instalação de banheiros unissex, direito dos alunos em gravar aulas e direito dos pais em decidir sobre a educação moral dos seus filhos. De modo transversal, observamos que as ofensivas estrategicamente provocam deslocamentos nas lutas feministas e LGBTQIAPN+ por igualdade de gênero e enfrentamento dos preconceitos e violências, se utilizando do Estado para reafirmar valores tradicionais e religiosos no debate público e na formulação de políticas públicas, deste modo, atuam para vedar e proibir a promoção do reconhecimento da multiplicidade de identidades e as condições para exercício da cidadania. No campo da educação, uma das manobras frequente utilizadas tem sido propagar pânico morais sobre a diversidade de gênero (notadamente envolvendo a transexualidade) quando associada a episódios de violência, desconforto e confusão mental e sexualização precoce, e como resposta, se reforçam argumentos que ligam a proteção das crianças e adolescentes com a defesa da suposta natureza sexual. Outrossim, são fomentadas políticas de fortalecimento familiar com o intuito de reafirmar o direito dos pais de proteger os filhos dos riscos ideológicos no ambiente escolar, o que se desdobra nas acusações de doutrinação dos professores, tornados inimigos e alvo de perseguição e denúncias. A compreensão deste campo de forças demonstra os desafios em torno da democracia e da formulação de políticas públicas, e no campo da educação apontam para a necessidade de fomentar processos de resistência no cotidiano escolar, para garantir a autonomia na prática docente, o direito à pluralidade de pensamento e o respeito às diferenças para enfrentamento de discriminações e violências contra quem decide viver de modo livre, diverso e sem medo.

**Palavras-chave:** Gênero; Sexualidades; Ofensivas Antigênero; Educação; Diversidade.

**PARTILHANDO  
EXPERIÊNCIAS**

## A IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

Aline Pacheco Severino  
Fernanda Meneghim Zanella

O trabalho do assistente social da educação de Foz do Iguaçu teve início no ano de 2008, através do Projeto denominado "Fica" cujo formato foi até o ano de 2012, através da contratação dos seguintes profissionais: assistente social, psicólogo e fonoaudiólogo. Os profissionais eram contratados por instituições da área da educação do terceiro setor através de entrevista e análise de currículos e os mesmos desenvolviam as atividades em escolas e centros de educação infantil municipais (CMEIs). No decorrer dos anos de 2013 até 2017 ocorreu a transição de programas e seu novo formato foi chamado de Programa "Construindo a Cidadania", e a forma de contratação também foi por instituições de educação do terceiro setor como, por exemplo, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e os atendimentos prestados ocorriam nas escolas e cmeis do município. É importante pontuar que a contratação dos profissionais ocorria de forma temporária, iniciava no mês de março e finalizava a contratação antes do final do ano letivo vigente, não sendo possível realizar o acompanhamento pelos profissionais durante todo o período do ano letivo para os alunos. Nesse período também houve a contratação de profissionais de serviço social e psicologia através de Processo Seletivo Simplificado - PSS, sendo os profissionais lotados na Secretaria Municipal de Educação e não mais nas unidades escolares. Após realização de concurso público municipal, houve a contratação de dois servidores assistentes sociais para continuidade do trabalho na educação municipal, sendo que no ano de 2019, após a implantação da lei Federal de nº 13.935/2019 de 11/12/19 concomitante foi publicada a lei municipal do Programa de Combate ao Abandono Escolar - PCAE através da lei nº 4821 de 13/12/19 instituindo o mínimo de profissionais e norteadando as ações do programa. O município já contava com profissional do serviço social para atendimento das escolas e cmeis através de concurso público desde 2017, ao longo dos anos e com a Lei municipal foi possível o aumento no número de profissionais para atender as atuais 96 unidades escolares do município e a partir do ano de 2022 devido ao concurso público, foi possível ter psicólogos educacionais no programa. Atualmente o município conta com seis assistentes sociais para realizar os atendimentos dos alunos. Os principais atendimentos são realizados através de visita domiciliar, contatos telefônicos, reuniões, palestras, estudos de caso, articulação e encaminhamento junto com a rede do município e as demais políticas públicas, com o objetivo de garantir a efetivação do direito a educação e também o acesso a demais serviços e programas disponíveis para o aluno e sua família dentro do município.

**Palavras-chave:** Educação; Serviço Social; Assistente Social.

## GRUPO DE CUIDADORES DE CRIANÇAS COM DIAGNÓSTICO DE TEA E SÍNDROME DE DOWN

Carla Elias de Moura  
Franciane Regina Pauli  
Marisa Elizabete Cassaro Godoy  
godoy.mec@gmail.com psismed@gmail.com  
Lucila Parra Fagundes  
Camila Gabriela dos Santos

Este trabalho foi concebido pelos psicólogos educacionais do Município de Foz do Iguaçu após formação sobre Transtorno do Espectro Autista ofertada aos servidores da Educação e Saúde. Foram realizados dois encontros em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), com a presença de 30 participantes em cada encontro, composto por pais, mães, professoras da unidade e uma avó materna. Inicialmente, o trabalho seria realizado apenas com familiares de crianças com diagnóstico de TEA, mas, a pedido do CMEI, também foram convidados familiares de duas crianças com síndrome de Down. As cadeiras foram dispostas em um semi quadrado, e ao fundo da sala para acomodar os professores. No primeiro encontro, realizou-se uma dinâmica de aquecimento intitulada "um menino chamado amor", na qual os participantes interagiram com gestos e risos. Em seguida, solicitou-se apresentação do adulto, e uma característica que percebiam em comum com a criança, das quais as que mais apareceram foram "teimosia, agitação, brincadeiras, timidez, persistência, agitação e "pé no freio com o que é novo (sic)". As perguntas norteadoras foram quanto à expectativa em participar do grupo, quais as expectativas que tinham antes do nascimento da criança e depois, a próxima pergunta foi sobre o processo de diagnóstico, na qual várias pessoas relataram ser um processo lento e doloroso, como se "embarcasse em uma viagem para determinado lugar, mas quando se dão conta, o ônibus chegou em outro e não se sabe qual a direção está indo"(sic). A equipe de psicologia comentou sobre mecanismos de defesa, principalmente o da negação, não aceitação de que o seu funcionamento é diferente, luto pelo filho ideal planejado que é diferente do filho real do cotidiano. Os cuidadores relataram que adiaram ao máximo o ingresso da criança à escola por medo do preconceito, não serem bem acolhidas de acordo com suas necessidades. No segundo encontro lançamos alguns questionamentos sobre mudanças na rotina da família após o diagnóstico. Se a criança faz algum acompanhamento terapêutico pelo SUS ou plano de saúde. Aprendizados e expectativas para o futuro do filho e da família. A troca de experiências foi muito rica entre os participantes, ficou claro a necessidade de fala e escuta, de conhecer mais a respeito do TEA e replicar a outros grupos. Houveram relatos que demonstraram o sofrimento com o diagnóstico, a longa espera de consulta e terapias pelo SUS. Compreenderam que o grupo foi dirigido à escuta dos pais e avós e sentiram-se acolhidos e privilegiados.

**Palavras-chave:** Cuidadores; Diagnóstico; Escuta; Expectativa; Educação.

# A QUEIXA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL PÓS-PANDEMIA E A NECESSIDADE DA ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Jenifer Cristina Teixeira de Almeida - UEM  
jeniferalmeidapsico@gmail.com  
Adriana de Fátima Franco - UEM  
affranco@uem.br

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Abordaremos aqui a síntese de uma das categorias de análise da pesquisa de mestrado finalizada em 2024, cujo objetivo principal foi investigar as demandas produzidas à Psicologia Escolar no cenário de pós-pandemia de Covid-19 na Educação Infantil. A pesquisa bibliográfica e de campo se fundamentou na Psicologia Histórico-Cultural. Entrevistamos três psicólogas escolares de uma Secretaria Municipal de Educação localizada no interior do Paraná. Com os dados obtidos, estruturamos uma categoria de análise das principais demandas dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs). Nomeamos como “demandas”, as situações endereçadas as psicólogas, que representam necessidades, adversidades e problemáticas vivenciadas na EI no período da pandemia, assim como as particularidades do desenvolvimento das crianças nessa condição. Com a retomada das atividades escolares presenciais em tempos pandêmicos, entre 2022 e 2023, foi constatado que as demandas não mudaram, mas sim aumentaram, concentrando-se em dois eixos intitulados no campo da pesquisa como: demandas de desenvolvimento e de comportamento. Identificamos a produção da queixa escolar no processo de escolarização das crianças, sendo encaminhada para as psicólogas com nome de “crise”, representando tensões e dificuldades na relação professor-aluno. O endereçamento da queixa escolar para a psicologia nessa dinâmica, representa a expectativa e a reprodução de uma perspectiva individualizante e clínica. Por parte das psicólogas, mesmo buscando atuar de maneira contrária a perspectiva clínica, que atende individualmente as crianças com objetivo de “resolução de problemas”, elas relatam que são chamadas para “apagar incêndios”, isto é, corrigir situações adversas tidas como urgentes. Segundo as autoras que pesquisamos, a queixa escolar precisa ser analisada em uma perspectiva crítica por todos os atuantes no desenvolvimento da criança, tendo em vista as múltiplas determinações que a caracterizam. Dessa forma, a atenção deixa de ser colocada somente na criança e na expressão imediata do comportamento intitulado como crise, direcionando-se para a compreensão do ambiente da sala de aula para além da aparência, levando em conta as dificuldades estruturais vivenciadas pelos trabalhadores da educação e pelas famílias da classe trabalhadora. Além de analisar a atividade da criança e as suas relações, sem perder de vista as complexas necessidades do seu desenvolvimento histórico-cultural. Nesse sentido, não tivemos como intuito responsabilizar individualmente a criança, a escola, a família, incorrendo na reprodução dessa mesma perspectiva individualizante e acrítica. Ao contrário disso, propusemos um manejo que considere a complexidade da relação ensino e aprendizagem. Importante destacar que historicamente a Educação Infantil vem sendo submetida a subordinação, na medida em que acontece uma atuação voltada unicamente para o cuidado, em contraposição a necessidade de organização da atividade pedagógica

nessa etapa do ensino. Na pandemia, vimos que a EI, retoma aos patamares da subordinação e precarização, enfrentando impasses de longa data. Assim, entendemos a necessidade de sustentação de uma prática crítica por parte da Psicologia Escolar no trato com a queixa produzida na Educação Infantil, e também o compromisso de todos os adultos mediadores no processo de escolarização nessa etapa do ensino, para o cumprimento da função social da escola e o desenvolvimento da criança em suas máximas possibilidades.

**Palavras-chave:** Psicologia Escolar e Educacional; Educação Infantil; Queixa Escolar; Pandemia; Psicologia Histórico-Cultural; Organização Pedagógica.

# A NECESSIDADE DO EMBASAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO, NO CAMPO PSICOSSOCIAL, PARA A ATUAÇÃO INTERDISCIPLINAR DO SERVIÇO SOCIAL, NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Marcos Cristovam Lopes de Paula  
marcoscristovamdepaula@gmail.com  
Eufrozina Conceição Brandão  
conceicaoueufrozina@gmail.com

O campo da Educação é um terreno novo e bastante fértil para o Serviço Social, trazendo novos desafios à profissão, à medida que se depara com as demandas próprias do contexto escolar. A prática da equipe multiprofissional na rede estadual de ensino do Paraná, composta por assistentes sociais e psicólogos, é um exemplo disso. A essa equipe cabe a tarefa de lidar com questões complexas, como a violência escolar, rede de proteção, ocorrências de óbito/luto, entre outras. Os autores deste trabalho, assistentes sociais na Educação pública básica, relatam sua experiência no atendimento a ocorrências de óbito/luto nas escolas, no início do projeto de implantação da equipe multiprofissional, no Núcleo Regional de Educação de Curitiba. Durante o ano de 2025, foram registradas quatro ocorrências de óbito de estudantes – duas por suicídio e duas por agravamento de patologias. Em atuação conjunta de assistentes sociais e psicólogos/as, particularmente nessas situações de óbito/luto, evidenciou-se a necessidade premente de um embasamento teórico-metodológico consistente, no campo psicossocial, para os profissionais do Serviço Social, visando à sua atuação interdisciplinar, na Educação básica. A interdisciplinaridade é fundamental para lidar com as complexidades das questões socioemocionais, isto é, questões subjetivas que afetam estudantes e docentes. Em especial, na área da Educação, é notório que até mesmo a Psicologia tem uma atuação diferenciada de outros contextos daquela profissão, não realizando atendimento clínico. Da mesma forma, certamente, o Serviço Social também encontra particularidades em sua atuação na Educação; daí, percebe-se o destaque da abordagem psicossocial e da interdisciplinaridade. Partindo da constatação mencionada, e em resposta à fragilidade identificada na formação e na prática do Serviço Social, criou-se um Grupo de Estudos sobre a Abordagem Psicossocial (GE-APS), por meio do qual os autores e demais parceiros/as vêm retomando a trajetória histórica da profissão, no Brasil, evidenciando o contexto em que o Serviço Social se distanciou do campo psicossocial, e buscando um resgate dialético dessa abordagem. A "Abordagem Psicossocial Crítica" (APC), proposta pelos autores, busca conciliar as dimensões objetiva e subjetiva da realidade social, tendo como principais referências os escritos de Vasconcelos (2000, 2010, 2016), que propõe uma perspectiva progressista para a prática do/da assistente social, no campo psicossocial, diferente da abordagem psicossocial que havia antes do movimento de reconceituação do Serviço Social, no final do século passado. A proposta dessa iniciativa, em última análise, é fortalecer a atuação interdisciplinar do Serviço Social na Educação, promovendo uma prática mais efetiva e comprometida com as necessidades dos estudantes e da comunidade escolar.

## A TRAJETÓRIA DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL EM ARAUCÁRIA - PR ENTRE 2022 E 2025

Caroline Bevilacqua (PMA)

carol53@gmail.com

Gabriel França Sundin (PMA)

gabriel.f.sundin@gmail.com

Milene Pereira Pires (PMA)

milene.pires@educacao.araucaria.pr.gov.br

Wivian Aparecida Corrêa Costa (PMA)

wivian\_costa@yahoo.com.br

A inserção de psicólogas e assistentes sociais nas escolas públicas brasileiras é uma conquista recente. Ainda que a relação entre essas áreas de conhecimento seja fundante e histórica, a garantia da oferta desse serviço nas redes públicas de ensino foi possibilitada pela Lei nº 13.935/2019, há pouco mais de cinco anos. Em Araucária, a lei n. 3.812, que regulamenta em âmbito municipal a legislação federal, foi promulgada em dezembro de 2021. A partir disso, o presente trabalho tem como objetivo apresentar o processo de implementação da Equipe Multiprofissional na educação no município de Araucária, no Paraná, bem como refletir sobre os desafios enfrentados pelas profissionais da equipe entre 2022 a 2025. Os documentos norteadores das práticas de psicólogas e assistentes sociais na educação básica produzidos pelos respectivos conselhos profissionais foram tomados como fundamentação, bem como as reflexões de Dermeval Saviani e Marilene Proença Rebelo de Souza acerca das políticas educacionais brasileiras, em suas características históricas, de valorização dos profissionais da educação e aspectos relacionados à gestão democrática. Inicialmente, realiza-se uma comparação entre as referências técnicas para atuação de ambas as categorias profissionais e a legislação e documentação local, destacando pontos de aproximação e distanciamentos. Em seguida, prossegue-se a uma descrição do processo de implementação da referida lei na realidade estudada, com ênfase na distribuição das equipes nas unidades educacionais, na carga horária de trabalho, nas regiões atendidas, no cronograma de reuniões e disponibilização de espaços coletivos de reflexão e de participação da equipe nos processos decisórios. Constata-se que vem ocorrendo um processo de generalização das características históricas das políticas educacionais brasileiras avaliadas por Saviani para a Equipe Multiprofissional, como a fragmentação, a protelação e o imediatismo. Também se verificam obstáculos na efetivação da gestão democrática e um processo crescente de precarização e atomização do trabalho. Como estratégias de enfrentamento, destacam-se a instauração de uma coordenação técnica, que tem buscado trazer profissionais de referência da área para subsidiar as reuniões da equipe, bem como a união entre as profissionais e o suporte do sindicato, que foram fundamentais para frear mudanças propostas verticalmente em alguns momentos do processo. Tais estratégias, no entanto, também sofrem enfraquecimento com as rápidas mudanças de profissionais da equipe ao longo de 2025. Identifica-se como urgente a retomada desses recursos para buscar a autonomia das profissionais da equipe no processo de construção do serviço, que vem sendo incorporado à mesma lógica das políticas educacionais que têm historicamente adoecido professoras e professores e sucateado a qualidade da educação paranaense.

**Palavras-chave:** Equipe Multiprofissional; Educação Básica; Implementação; Políticas Educacionais; Condições de Trabalho

## GRUPO COMO MEIO FORMATIVO PARA CONSCIÊNCIA CRÍTICA

### CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA DE FRANKFURT

Aline Frollini Lunardelli – UEM  
aflunardelli@uem.br

Beatriz Juliani Kihara – UEM  
beakihara@gmail.com

João Pedro Pimenta de Souza – UEM  
jppimenta0806@gmail.com

Raul Mantovanelli Pestana Mota – UEM  
raulmantovanellipm@gmail.com

Apoio: Fundação Araucária

Este trabalho tem como objetivo apresentar o projeto de extensão universitária, Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Psicologia: compartilhando experiências formativas e profissionais (GEPEP), e suas principais atividades. Vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (DPI/UEM), o grupo, aberto ao público, formado e desenvolvido desde 2018 por discentes, docentes e profissionais de diversas áreas do conhecimento, busca promover novos espaços de diálogo e de reflexão sobre as relações entre Psicologia e Educação em contextos escolares e educacionais, com base nos fundamentos da Teoria Crítica - Escola de Frankfurt, que oferece subsídios filosóficos, teóricos e metodológicos para a compreensão do modo como se estruturam os processos formativos na atualidade. Assim, o projeto prevê, como extensão, a manutenção e o fortalecimento do coletivo e seus debates, como enfrentamento e resistência à deformação cultural característica de nosso tempo. A escola frankfurtiana, fundada na Alemanha do século XX, é contemplada por vários teóricos sociais de tradição marxista e freudiana que abrangem diversas áreas das humanidades e discutem uma série de temas relevantes, como os movimentos sociais operários, a crítica à ciência tradicional, a análise sobre a indústria cultural, entre outros, destacando-se, neste trabalho, sobretudo, sua contribuição para a compreensão da educação como função política e social na formação do indivíduo. Nesse sentido, a Teoria Crítica designa a contraposição com a chamada Teoria Tradicional, considerando o contexto de ascensão do regime nazista no início do século XX, de tal forma que seus pensadores adotaram fenômenos da cultura para o entendimento do tempo presente nos aspectos da dominação e emancipação em relação aos mecanismos de controle social, tendo como foco a maneira que indivíduos se tornavam insensíveis à dor, negando sua própria condição de sujeito ativo no corpo social. Ainda, no contexto de pós queda do regime, os teóricos frankfurtianos debruçaram-se sobre a compreensão de que as condições objetivas que possibilitaram a barbárie do regime nazista e do holocausto não desapareceram. Sendo limitada a possibilidade de mudança dessas condições objetivas, as tentativas de impedir sua repetição tenderam ao âmbito subjetivo, ou seja, para a educação. Os autores defendiam que o fascismo ainda estaria vivo de forma latente, até mesmo dentro de democracias. Com base nesses pressupostos, as principais atividades desenvolvidas pelo projeto consistem em encontros que possibilitam a discussão de textos, livros e artigos científicos, bem como o compartilhamento de experiências em espaços educativos e escolares, partindo de variados pontos de vista de profissionais e estudantes da Saúde e da Educação, de modo que o debate tem sido progressivamente

ampliado, no passo do crescimento do grupo. Ademais, os trabalhos elaborados dentro do projeto partem do princípio do combate a qualquer tipo de violência, não só nos processos educativos, mas em todos os contextos formativos, exaltando a máxima da Teoria Crítica, no sentido de que a função principal da educação é impedir que Auschwitz, ou seja, a barbárie, se repita, levando a um entendimento sobre como a educação pode ser voltada para a formação humana e para a consciência crítica.

**Palavras-chave:** Formação Humana; Extensão Universitária; Teoria Crítica de Frankfurt; Psicologia; Educação.

# EDUCAÇÃO, SEXUALIDADE E COMPORTAMENTO DE RISCO

## RELATO DE INTERVENÇÃO EM PSICOLOGIA ESCOLAR

Patrícia Vaz de Lessa - UEL  
patricia.lessa@uel.br

Luiz Henrique dos Reis Souza - UEL  
luiz.henrique.reis@uel.br

Mariana Amaro Zangirolani - UEL  
mariana.amaro.zangirolani@uel.br

O presente trabalho busca relatar a experiência do estágio supervisionado em Psicologia Escolar, desenvolvido no Instituto Federal do Paraná (IFPR). A partir da compreensão da escola como espaço plural e de construção coletiva de saberes, a prática buscou articular a formação acadêmica com a atuação profissional, favorecendo o desenvolvimento de competências técnicas e éticas voltadas ao contexto educacional. Nesse sentido, os objetivos do estágio envolveram a realização de visita institucional, conversas com professores supervisores, observações de sala de aula e de alunos com necessidades específicas, além do planejamento e execução de propostas interventivas, com destaque para ações de orientação profissional e de educação sexual. A metodologia envolveu observação participante, levantamento bibliográfico, reuniões com a equipe pedagógica e aplicação de formulário diagnóstico, realizado com os alunos do segundo ano do curso técnico integrado ao ensino médio, a fim de identificar percepções sobre educação sexual e mapear temas relevantes. Com base nos dados coletados ficou definido que nossa ação se voltaria para a prevenção de ISTs, o reconhecimento de comportamentos sexuais de risco e discussões sobre masculinidade. A intervenção contribui para a construção de uma postura crítica dos estagiários, capazes de reconhecer as múltiplas determinações que influenciam a vida escolar e de propor intervenções comprometidas com a transformação social. Enquanto que, para os alunos, permite a construção de um senso crítico comprometido com a segurança nas relações e propõe reflexões acerca daquilo que leva aos comportamentos de risco e a exposição às infecções sexualmente transmitidas (ISTs). Conclui-se que, a experiência do estágio tem se configurado como espaço formativo fundamental, possibilitando o desenvolvimento de habilidades institucionais, intervenção contextualizada e trabalho multiprofissional. A experiência reafirma a importância de práticas que reconheçam a complexidade da temática no contexto educacional e que promovam ações comprometidas com o reconhecimento do contexto social, histórico e cultural dos adolescentes. Ao mesmo tempo, evidencia a necessidade de políticas e estratégias contínuas que sustentem a presença da Psicologia Escolar nas instituições de ensino, contribuindo para uma educação inclusiva e de qualidade. Ressalta-se, por fim, que o estágio permanece em andamento, configurando-se como um processo contínuo de construção teórico-prática e acompanhamento institucional.

**Palavras-chave:** Estágio Supervisionado; Formação Profissional; Instituição Educacional; Educação Sexual; Psicologia Escolar.

## SERVIÇO SOCIAL E PSICOLOGIA NOS NRES UMA PRÁTICA EM CONSTRUÇÃO NO PARANÁ

Vanessa Mara Solcia Serviço Social – UNESP  
vanessamasol@gmail.com  
Ana Cristina Paes Leme Giffoni Cilião Torres - UEL  
acpaeslemetorres@uel.br  
Ediane de Paula Machado Soares - UEL  
ediane.de.paula@gmail.com  
Patrícia Vaz de Lessa - UEL  
patricia.lessa@uel.br  
Wagner Roberto do Amaral - UEL  
wramaral@uel.br

A inclusão de profissionais de Psicologia e Serviço Social nas escolas de educação básica, conforme previsto na Lei nº 13.935/2019, representa um avanço significativo para a promoção de uma educação pública de qualidade para todos, sensível às necessidades sociais dos estudantes e das demandas complexas que tem se apresentado no ambiente escolar. Desta forma a iniciativa deste resumo vem da união de assistentes sociais que atuam na equipe de apoio do projeto intitulado: Formação Continuada Multiprofissional de Psicólogos e Assistentes Sociais na Rede Estadual de Educação do Paraná, que experienciam sua prática cotidiana na política de educação no estado do Paraná, sendo então de grande valia partilhar um breve relato de experiência referente ao desenvolvimento da prática profissional na política de educação. Desta forma a demanda emergente da dialética das contradições impostas pelo capital tem sido posta no cotidiano escolar tem se demonstrado uma das grandes necessidades da interlocução de diversos profissionais para apoio, suporte, acompanhamento, orientação e principalmente intervenções para a garantia do direito à educação a crianças e adolescentes e a articulação com os demais agentes de proteção integral. Partilhando a organização da rede estadual de ensino do Paraná, os assistentes sociais e psicólogos, iniciaram suas atividades no ano de 2024, através da contratação de profissionais para atuar nos Núcleos Regionais de Educação (NRE), por meio de uma parceria entre a Secretaria de Estado da Educação, da Universidade Estadual de Londrina e a HUTECH. A inserção destes profissionais passa por muitos desafios, dentre os quais, destacamos: a forma de contratação, o reconhecimento institucional com relação à complexidade dos processos escolares e das múltiplas demandas que afetam a vida dos estudantes, suas famílias e toda a comunidade escolar. O conjunto de implicações postas e as mediações necessárias diante deste cenário arrojado o adensamento de assistentes sociais e psicólogos no corpo escolar e as relações postas dos profissionais que ali já estão, demandam ponderações, estratégias, interlocuções que instrumentalizam e dão corpo a este campo ocupacional entendendo os contextos, limitações, precarizações bem como disputas. Somente com planejamento estratégico, articulação intersetorial e suporte adequado será possível garantir a efetividade da atuação profissional nesta política pública e promover uma escola verdadeiramente democrática, inclusiva e acolhedora.

**Palavras-chave:** Desafios; Educação; Equipe Multiprofissional; Paraná.

## TRABALHO EM EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

### AÇÃO CONJUNTA NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

Lisieux O. Petrassi de Moraes - SMEC  
lop Moraes@educa.cambe.pr.gov.br  
Thalita Gimenes Davanço - SMEC  
thalitagimenes@educa.cambe.pr.gov.br

Em dezembro de 2019, foi aprovada a Lei 13.935/2019, que propõe a inserção de assistentes sociais e psicólogos na Educação Básica. A Lei é explícita no que diz respeito à necessidade das atividades realizadas estarem em consonância com a Proposta Pedagógica e serem desenvolvidas em equipes multiprofissionais. Assim, neste trabalho, temos como objetivo apresentar as atividades realizadas por profissionais da psicologia e do serviço social nas escolas da rede municipal de ensino de Cambé-PR, tendo em vista o enfrentamento de situações de violência. Inicialmente apresentaremos alguns aspectos gerais da proposta pedagógica da rede, fundamentada na Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-Cultural. Daremos destaque à finalidade da escola na socialização dos conhecimentos produzidos pela humanidade, conforme propõe Demerval Saviani, assim como ressaltamos a máxima vigotskiana de que aprendizagem promove o desenvolvimento humano. Na sequência apresentaremos a rotina de trabalho desenvolvida em equipe multiprofissional diante da necessidade do enfrentamento das situações de violências que são apresentadas à equipe como demandas, frente às interferências negativas destas, no cotidiano devido o atravessamento de grande impacto para toda a comunidade escolar e, que interfere diretamente no processo de ensino e aprendizagem, necessitando intervenções imediatas tendo em vista o aspecto protetivo. Para atingir o objetivo foram realizadas ações com os diversos públicos da comunidade escolar, sendo eles: os alunos do ensino fundamental I, os seus responsáveis, os professores e equipe gestora. Tendo em vista o atendimento aos diferentes públicos, foram utilizadas metodologias diversas. Com os alunos foram realizadas ações, ora acompanhados pelos professores regentes ora não, considerando a faixa etária e portanto, a condição peculiar de desenvolvimento. Os profissionais realizaram diálogos, roda de conversas e dinâmicas onde os alunos expressaram, sem identificação, situações de violência vivenciadas ou presenciadas em ambientes diversos dos quais estão inseridos, em seguida foram discutidas as formas e medidas de proteção, levando-os a reflexão de possíveis estratégias a serem utilizadas. Com os responsáveis foram realizados diálogos, ações coletivas tendo em vista trazer à tona reflexões quanto à naturalização da violência e ampliação de repertório no processo de cuidado enquanto figura protetiva. Com os professores e equipe gestora foram realizadas rodas de conversa, com objetivo formativo de traçar estratégias e ferramentas para enfrentamento de situações de violências (individual e coletiva) apresentadas nos ambientes escolares frente ao contexto societário. Como resultado das ações realizadas pode-se verificar que quando do enfrentamento de uma situação posta, a incidência diminuiu, entre os meses de fevereiro a maio de 2025 a equipe gestora não apresentou queixa de situações de violência ocorridas no coletivo, entretanto, no decorrer do mês seguinte, no acompanhamento realizado, a demanda voltou a ser apresentada. Diante disso, fica evidenciado que diante do grande impacto que o fenômeno da violência reverbera no ambiente escolar, há necessidade de acompanhamento sistemático às unidades, haja vista, o atravessamento do fenômeno da violência.

**Palavras chaves:** Multidisciplinar; Enfrentamento; Violência; Escolas.

## PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL NA ESCOLA

### INTERVENÇÕES NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL E CRÍTICA

Lisieux O. Petrassi de Moraes - SMEC / UTFPR  
petrassilisieux@gmail.com  
Rosiane Martins de Souza Teodoro – SMEC  
luizasharith@hotmail.com  
Daniel Guerrini

Em dezembro de 2019, foi aprovada a Lei 13.935/2019, que propõe a inserção de psicólogos e assistentes sociais na Educação Básica. A legislação destaca a importância de que as atividades sejam desenvolvidas de forma integrada, em consonância com a proposta pedagógica da rede de ensino e no formato de equipes multiprofissionais. Este trabalho tem como objetivo apresentar as atividades realizadas por profissionais da psicologia e do serviço social na Escola Municipal Santos Dumont no município de Cambé-PR, tendo em vista o acompanhamento das profissionais durante os anos de 2022, 2023, 2024 e 2025. No município, a rede tem como proposta pedagógica, a Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-Cultural que se orienta pela finalidade de socializar os conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade e por compreender a aprendizagem como promotora do desenvolvimento humano. A rotina de trabalho da equipe envolve o acompanhamento conjunto de situações escolares que exigem análise e intervenção integrada. Devido o acompanhamento realizado nos anos letivos de 2022 a 2024 as profissionais, no planejamento anual de 2025 iniciaram o acompanhamento sistemático da referida unidade. Nesse, outras ações foram planejadas e realizadas, o que até o presente momento tem sido extremamente satisfatório. A metodologia utilizada foi através do acompanhamento sistemático por meio de uma agenda semanal e/ou quinzenal, com duração de aproximadamente 2 a 4 horas, tendo como cronograma os meses de fevereiro a dezembro. Para as intervenções destaca-se as ações elencadas: reorganização do ambiente e rotina escolar; assessoria direta à gestão escolar; acompanhamento individual ao aluno; atendimento individual à família ou responsável; acompanhamento aos professores; acompanhamento ao professor de apoio; ações coletivas com alunos e famílias; ações formativas com professores e gestores; ações em rede intersetorial, sendo estas com motivos individual ou coletivo; e implantação do subprojeto coletivo: acompanhamento do alunos - "os monitores". Há que se destacar que diante de situações complexas vivenciadas no ambiente escolar, oriundas do contexto societário, faz-se necessária a ampliação do conhecimento científico, assim sendo, do fazer técnico, através da especificidade formativa das áreas do conhecimento inseridas por meio da Lei 13.935/2019. Esse relato de experiência demonstra o quanto o saber teórico formativo das duas áreas citadas podem tornar-se potência na articulação multiprofissional e o quanto esta amplia a compreensão das demandas que surgem no ambiente escolar, favorece a construção de estratégias individualizadas e coletivas e fortalece o vínculo entre escola, família e comunidade. Conclui-se que essa prática, sustentada pelos princípios histórico-culturais e histórico-críticos, potencializa a função social da escola, promovendo a inclusão, a equidade e o desenvolvimento integral dos estudantes.

**Palavras-chave:** Educação Básica; Psicologia Escolar; Serviço Social; Pedagogia Histórico Crítica.

## A FAMÍLIA COMO POTÊNCIA NO PROCESSO EDUCACIONAL - CAMBÉ-PR

Elaine Cristina Peres da Fonseca - SMEC  
ecpfonseca@educa.cambe.pr.gov.br

Rosiane Martins de Souza Teodoro - SMEC  
rosianepsico@hotmail.com

Franciella Massi de Castro - SMEC  
fmcastro@educa.cambe.br.gov.br

Lisieux Osmarina Petrassi de Moraes - SMEC  
lopmoraes@educa.cambe.pr.gov.br

Sonia Mari Shima Barroco - UNIR/RO, UFAM/AM, ABRAPEE  
smsbarroco@uem.br

O Projeto Formação de Famílias Potencializadoras é desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Cambé - SMEC, vinculado ao Núcleo de Educação Especial e de Estudos do Desenvolvimento Humano – NEEEDH. Justifica-se a sua proposição considerando o contido na Constituição do Brasil de 1988, que prevê a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Reconhecendo esse direito e dever, a SMEC tem procurado por alternativas para atender o alunado de sua rede de ensino de modo cada vez mais efetivo, contando também com as famílias. Os objetivos são: orientar as famílias em atuações propositivas e criativas para a formação de habilidades/capacidades necessárias ao processo de escolarização; analisar situações cotidianas que possam ser reformuladas mediante intervenções direcionadas pelas finalidades educacionais; desenvolver coletivamente estratégias e materiais específicos que favoreçam hábitos de estudos. A metodologia de trabalho envolve estudos teórico-metodológicos, planejamentos coletivos, encontros entre as famílias, comunidade escolar, equipe multiprofissional do NEEEDH, palestras, rodas de conversa, semanas de conscientização sobre condições típicas e atípicas do desenvolvimento e ações diretivas nas escolas. Essas ações vêm sendo desenvolvidas desde 2018 e ocorrem em diferentes escolas e associações. Os resultados apontam para divulgação da ciência e suas contribuições para o acompanhamento da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças; maior integração entre famílias - escola, o processo formativo das famílias, a troca de experiências entre as famílias, promoção de espaços de escuta, espaços de acolhimento das famílias -, reconhecimento dos esforços que fazem em prol de seus filhos ante suas demandas educacionais e desenvolvimentais. Também se destacam reflexões sobre o papel das equipes multiprofissionais, a concepção social de deficiência, a defesa dos direitos humanos e os enfrentamentos educacionais aos preconceitos, bullyings e violências. Conclui-se a relevância dos encaminhamentos da política educacional vigente, tendo por base a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) e a Psicologia ou Teoria Histórico-Cultural (THC), é fundamental para atuar junto a professores, alunos e famílias. Essas perspectivas teóricas levam à revisão da concepção de que o alunado e sua família devam ser alvo de meros treinos de habilidades e de uma suposta socialização como finalidade da escolarização. Defende-se, pois, que agentes mediadores devidamente subsidiados e compromissados com um outro devir para os alunos e famílias podem promover transformações. Quando voltadas às famílias, essas ações podem levar à maior compreensão de como os sujeitos

se constituem e se desenvolvem e de como é possível movimentar o desenvolvimento das crianças e, deste modo, atender ao que está contido nas leis e políticas em prol da inclusão social e educacional.

**Palavras-chave:** Escolarização; Desenvolvimento humano; Equipe multiprofissional; Famílias.

## A PSICOLOGIA E A MIGRAÇÃO

### EXPERIÊNCIAS DE ESTÁGIO E PESQUISA EM UMUARAMA – PR

Clarice Regina Catelan Ferreira - UNIPAR  
claricercf@gmail.com

Tainah Leticia Machado - UNIPAR  
tainah.machado@edu.unipar.br

A atuação da Psicologia em contextos de migração tem se mostrado cada vez mais necessária diante do aumento de fluxos migratórios internos e internacionais, exigindo intervenções pautadas em uma escuta qualificada e em práticas culturalmente sensíveis. Este trabalho compartilha experiências desenvolvidas desde fevereiro de 2025 no curso de Psicologia da UNIPAR – Umuarama/PR, em duas frentes: o estágio curricular realizado em um CRAS do município e uma pesquisa vinculada aos programas PIC e PIBIC. No estágio, as vivências ocorrem por meio do atendimento de famílias migrantes acompanhadas pelo CRAS, dentro do Plano de Acompanhamento Familiar (PAF), conforme diretrizes da Proteção Social Básica. A metodologia de atuação envolve a escuta qualificada, identificação de demandas específicas do público migrante (como barreiras linguísticas, ausência de rede de apoio e insegurança jurídica), encaminhamentos em rede e intervenções psicossociais com foco na autonomia e no fortalecimento de vínculos. Já a pesquisa tem como objetivo geral elaborar um mapeamento do município de Umuarama quanto à situação da migração, analisando os dados sob a ótica da Psicologia. Os objetivos específicos incluem: levantamento de dados sobre migração em âmbito local, articulação com dados nacionais e internacionais, caracterização da população migrante (origem, moradia, trabalho, principais demandas), além da formação de estudantes quanto à pesquisa e à atuação psicológica nesse campo. Os resultados parciais indicam que a população migrante atendida apresenta alta vulnerabilidade social, sendo predominante a presença de famílias vindas da Venezuela e do Haiti. As principais demandas envolvem regularização documental, acesso à moradia e trabalho, além de desafios relacionados à saúde mental. A experiência tem promovido o desenvolvimento de competências técnicas e éticas nos acadêmicos envolvidos, ampliando a compreensão da Psicologia enquanto ciência e profissão comprometida com os direitos humanos e com o enfrentamento das desigualdades. Conclui-se que o trabalho em contextos de migração exige preparo técnico, conhecimento sobre políticas públicas e práticas intersetoriais, além de constante reflexão sobre os impactos do capitalismo na mobilidade humana e nas condições de vida dos sujeitos migrantes.

**Palavras-chave:** Migração; Psicologia Social; Políticas Públicas; Vulnerabilidade Social; Formação em Psicologia.

# A PROTEÇÃO DA INFÂNCIA NO ESPAÇO ESCOLAR

## INTERFACE ENTRE PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL

Aline Frollini Lunardelli - UEM  
aflunardelli@uem.br  
Cristiane Muller Calazans - UEM  
cmalazans@uem.br  
Gabriela Silva Mesquita - UEM  
silvagmesquita@gmail.com  
Izabely Rocha Nunes - UEM  
izabelyrn1411@gmail.com  
Letícia Otsuschi Sampaio - UEM  
leticiaotsuschisampaio@gmail.com

Com a complexificação das relações sociais, a atuação de equipe multidisciplinar no espaço escolar é regulamentada pela Lei nº 13.935/2019, tendo por objetivo o apoio ao processo pedagógico e à garantia do direito à educação dos estudantes. Esta experiência tem sido vivenciada no Projeto de Extensão Universitária Por uma Educação Não Violenta: Desmedicalizando os Processos Educativos, vinculado ao curso de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá. Este trabalho tem por objetivo apresentar a relação do serviço social e da psicologia na proteção da infância, garantida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que é desenvolvida em uma escola pública da cidade de Maringá-Paraná junto a crianças, famílias, professoras e equipe pedagógica desde 2022. Conta com a participação de aproximadamente 25 pessoas, entre estudantes dos cursos de Psicologia e Pedagogia, assistente social e docente psicóloga. A atuação do grupo se fundamenta em uma perspectiva crítica de educação, psicologia e serviço social, compreendendo o desenvolvimento infantil e os processos de escolarização como construção política, econômica, social, cultural e pedagógica, o que revela a necessidade de intervenções coletivas relacionadas à comunidade escolar como um todo, ao invés de ações pontuais com indivíduos isoladamente. O projeto tem possibilitado a discussão sobre uma educação não violenta e proteção à infância em seus diversos espaços de atuação, principalmente na escola, junto a famílias e professoras, analisando sua função protetiva, e também junto às crianças, trabalhando temáticas como bullying, consentimento e exposição nas redes sociais. Além das intervenções em salas de aula semanalmente, dos diálogos com professoras para planejar ações nas turmas e das rodas de conversa mensais com as famílias, a divulgação de conhecimento sobre os diversos tipos de violência e sobre o enfrentamento a elas, para proteger crianças e adolescentes, é realizada na rede social do projeto para permitir diálogo mais próximo à comunidade. Acrescenta-se a indicação de livros infanto-juvenis no Clubinho do Livro, programa realizado em parceria com a Rádio Universitária. O conjunto de todas as ações possibilita uma reflexão sobre o processo de ensino e aprendizagem, desconstruindo rótulos que atribuem às crianças determinadas limitações. Os rótulos e os diagnósticos descontextualizados que promovem a medicalização da infância são compreendidos como formas de violência. Por isso, pensando em abarcar a prevenção de violências contra crianças, a atuação em conjunto da psicologia e do serviço social nas intervenções priorizaram o direito de brincar, proteção contra a adultização, alternativas à medicalização, resgatando o sentido de ser criança. O projeto possibilita esta atuação multiprofissional e cumpre com a finalidade de promover uma educação protetiva, acolhedora, inclusiva e sem violência.

**Palavras-chave:** Psicologia; Serviço Social; Educação Não Violenta; Proteção À Infância; Extensão Universitária.

## DO QUE A ESCOLA NOMEIA AO QUE O SUJEITO VIVE

### OLHARES MULTIDISCIPLINARES

Fernanda Paco Carvalho Pinto - NRE Maringá  
psi.fernandap@escola.pr.gov.br

Tayná Wienne Adorno Tomás - NRE Maringá  
tayna.tomas@escola.pr.gov.br

Vanessa Cristina Nogueira - NRE Maringá  
vanessa.cristina.nogueira@escola.pr.gov.br

Este trabalho apresenta a experiência da equipe multidisciplinar do Núcleo Regional de Educação de Maringá - PR, composta por psicólogas, assistentes sociais e técnico pedagógico, no acompanhamento de casos encaminhados pelas escolas no período de maio a setembro de 2025. A atuação multidisciplinar busca ressignificar as demandas recebidas, deslocando o olhar da falta atribuída ao sujeito para a complexidade de sua realidade de vida. O objetivo deste trabalho é sistematizar as queixas escolares registradas em planilha institucional e, a partir delas, levantar hipóteses sobre as múltiplas dimensões que atravessam a vida dos(as) estudantes, as quais nem sempre aparecem nas narrativas escolares iniciais. Metodologicamente, trata-se de um estudo descritivo de caráter qualitativo, ainda em processo de análise, realizado a partir da organização e leitura dos dados da planilha de atendimentos. Como exemplos, situações apresentadas pelas escolas como indisciplina foram percebidas pela equipe como questões relacionadas a contextos de vulnerabilidade socioeconômica ou de saúde mental; já ocorrências narradas como bullying correspondiam, em alguns casos, a episódios de racismo ou outras formas de exclusão social. Os resultados parciais já evidenciam a importância do trabalho em equipe multidisciplinar na ampliação do olhar sobre os fenômenos escolares, permitindo compreender o estudante em sua integralidade e fortalecer estratégias de acolhimento e encaminhamento junto à rede de proteção. Espera-se que, ao final da análise completa, essas contribuições se consolidem e possam subsidiar práticas mais efetivas de prevenção, acolhimento e orientação nas escolas. A discussão pretende contribuir para a superação de práticas reducionistas e medicalizantes e reafirmar a relevância da Lei 13.935/2019, que assegura a inserção de psicólogos e assistentes sociais na rede pública de educação básica.

**Palavras-chave:** Queixas Escolares; Equipe Multidisciplinar; Violência Escolar; Educação

## AUDIOBOOKS COMO AÇÃO FORMATIVA PARA UMA DISCENTE CEGA NA DISCIPLINA DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA 1

Katy Luciane de Oliveira - UEL  
katya@uel.br

Lucas Barbosa Namur - UEL  
lucas.barbosa.namur@uel.br

Julia de Grande Almeida - UEL  
julia.grande.almeida@uel.br

A inclusão é um tema relevante e assume contornos complexos quando isso acontece na ação formativa no curso de Psicologia. Assim, o presente estudo buscou analisar a aplicação de ações de acessibilidade na aprendizagem de testes psicológicos no curso de psicologia em uma disciplina chamada Avaliação Psicológica 1, com vistas a atender as necessidades educativas de uma estudante cega. Para tanto um projeto de ensino foi formatizado e ações de curto, médio e longo prazo foram implementadas. Participou uma universitária cega que foi a juíza das ações realizadas durante o presente estudo. Como recursos empregados foram manuais de testes psicológicos e livros que foram adaptados (com materiais que permitiam o toque/tátil e também audiobooks). No presente estudo relata-se os resultados da criação de audiobooks para que a aluna pudesse ouvir. Assim, foram criados 4 audiobooks para cada parte do manual do teste. Em todas as etapas a discente era chamada para analisar a qualidade dos áudios, portanto, ela participou ativamente como juíza desse procedimento. Os resultados foram analisados qualitativamente e indicaram o estabelecimento de maior adesão e vínculo por parte da estudante, por se implicar no próprio processo de aprendizado e também poder ter autonomia para realizar as atividades com o material em audiobook. Os dados indicam que ações de acessibilidade são importantes para implementar o aprendizado de estudantes cegos no curso de psicologia.

**Palavras-Chave:** Psicologia; Inclusão; Avaliação Psicológica

## RPG DE MESA COMO INSTRUMENTO PARA RELAÇÕES HUMANAS NO AMBIENTE EDUCACIONAL

Danielle Beltrame - NRE de Jacarezinho/PR  
psi.danielleb@escola.pr.gov.br

O jogo de RPG de mesa é uma modalidade que pode ser praticada tanto em tabuleiro quanto no ambiente virtual. Consiste em uma história narrada com ambiente pensado e descrito pelo mestre do jogo, que terá a função de conduzir os jogadores na imersão do universo proposto. Embora a história seja construída pelo mestre, é permitido que os jogadores tenham autonomia para modificar algumas narrativas ou destino do jogo a partir das jogadas de dados e da própria criatividade desempenhada durante as sessões. Nos anos de 2024 e 2025 o jogo é apresentado para algumas instituições de ensino como parte de ação estratégica de atuação da psicologia dentro do Projeto: Formação continuada multiprofissional de Psicólogos e Assistentes Sociais na Rede Estadual de Educação do Paraná, no NRE de Jacarezinho/PR. O RPG de mesa é um instrumento que visa estimular a participação do coletivo, potencializando atributos como criatividade, estratégia, raciocínio lógico, comunicação assertiva e atitude colaborativa. Gestores são convidados a colaborar desde o levantamento da lista de no máximo vinte e quatro estudantes até a organização e direcionamento das atividades. E os estudantes participam de três etapas, sendo a primeira, divididos em quatro grupos que iniciam uma oficina para a produção de seus personagens, onde poderão construir aspectos físicos, psicológicos e comportamentais. Neste momento é possível inserir seus próprios atributos nos personagens. Na segunda, ocorrem de três a doze sessões de jogos com duração de no máximo quarenta minutos, com um representante de cada grupo. Na terceira etapa, como encerramento da ação estratégica e início de novo ciclo de trabalho, há o momento de socialização dos resultados e experiências entre os grupos adquiridos na imersão do jogo. É nesta etapa que a ação deverá oportunizar as identificações necessárias dos estudantes com seus personagens e situações contempladas ao longo das sessões, para que possam alcançar um diálogo reflexivo e assim, trazer sugestões de trabalhos e futuras ações para seu ambiente escolar. Desta forma, dialogando com os fundamentos da psicologia histórico cultural, que apresenta o sujeito como produto de suas interações com o meio, sem desconsiderar suas experiências culturais e sociais, e também relacionando com as práticas da psicologia escolar, que considera a importância do desenvolvimento cognitivo, social e emocional para que favoreçam o processo de aprendizagem, o RPG de mesa surge como um instrumento facilitador de preparo aos gestores, professores, estudantes e demais agentes educacionais, na tomada de decisões mais assertivas e empáticas dentro do ambiente escolar e também em todo o meio social, ao passo que pode mobilizar reflexões acerca de cidadania, senso crítico/político/reflexivo e desenvolver sentimento de pertencimento e permanência com relação ao ambiente educacional. A atividade se encerra com a proposta de formação de um grupo de trabalho, com perfil criativo, empático, formativo e dinâmico, tendo como principal objetivo articulação com equipe gestora e atuação em ações ampliadas e de caráter preventivo, que contemplem todas as pessoas da escola, de acordo com as demandas pertinentes aos temas trabalhados na experiência com o jogo.

**Palavras-chave:** Psicologia Escolar; RPG De Mesa; Relações Humanas.

# CRIAÇÃO HERÓICA E PEDAGOGIA DO OPRIMIDO

## MARIÁTEGUI E FREIRE EM DIÁLOGO

Oak Tonet Assad - USP  
oakassad@usp.br

Nicolas Marciani Borges - USP  
nicolasborges73@usp.br

Alayde Maria Pinto Digiovanni - USP  
alayde@usp.br

Este trabalho discute a integração latino-americana como caminho histórico e político para enfrentar as heranças coloniais que ainda marcam os sistemas educacionais do continente. Embora o Brasil muitas vezes se perceba como separado da América Latina, suas políticas seguem condicionadas pelas mesmas interferências internacionais que atuam nos demais países latinos. Isso resulta em uma interculturalidade superficial, que celebra a diversidade sem questionar as desigualdades estruturais. A pesquisa propõe que o conceito de "criação heróica", de José Carlos Mariátegui, articulado à práxis de Paulo Freire, é uma chave para reimaginar a pedagogia intercultural de forma crítica e transformadora. A tese central é que a verdadeira emancipação nasce das lutas populares e da coragem de criar novos mundos a partir das realidades concretas dos povos latino americanos. Trata-se de um ensaio teórico de caráter argumentativo, fundamentado em revisão bibliográfica crítica. O estudo conecta o pensamento de Mariátegui e Freire com autores da pedagogia crítica e dos estudos decoloniais, analisando como o colonialismo persiste nos currículos escolares e como a noção de "criação heróica" pode oferecer um horizonte insurgente para a educação intercultural. A análise evidencia que a educação vigente ainda opera sob a lógica da "colonialidade do saber", que desqualifica os conhecimentos indígenas e populares em nome de uma suposta universalidade europeia. Esse processo, identificado como "epistemicídio", atravessa políticas educacionais tanto no Brasil, com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), quanto no Peru, com a Educação Intercultural Bilingue (EIB). Em ambos os casos, a diversidade é reconhecida apenas como gestão de conflitos, e não como força de transformação social. Em contraposição, a pesquisa destaca a proposta de "interculturalidade crítica", formulada por Catherine Walsh, que parte das vozes historicamente silenciadas e defende a refundação da convivência social com base na diversidade como potência criativa. Para isso, é necessário desmontar a estrutura que separa saberes ditos "científicos" de saberes populares e ancestrais. A alternativa está no reconhecimento da pluralidade e incompletude de todo conhecimento, permitindo diálogos sem hierarquias. O conceito de "criação heróica" de Mariátegui aparece como força motriz dessa transformação, combinando análise crítica, sonho e mito como motores da imaginação política. Recusar a imitação de modelos europeus significa construir a partir da realidade concreta, mobilizando tanto a racionalidade quanto a emoção coletiva. Essa proposta converge com a pedagogia freireana, que entende a educação libertadora como processo criativo em que os sujeitos produzem conhecimento a partir de suas vivências. Em ambos os autores, há a consciência de que a América Latina foi estruturada sobre a exclusão, e a aposta de que a libertação exige romper com a passividade e afirmar o direito de criar caminhos próprios. A "criação heróica" aparece, assim, como a face política da "conscientização" de Freire: prática que transforma o oprimido em sujeito histórico. A

educação, nesse sentido, não é mera transmissão de conteúdos, mas um ato de criação que descoloniza o ser. E a integração latino-americana, fundada nas lutas populares, se revela como uma necessidade histórica para a emancipação coletiva.

**Palavras-chave:** Interculturalidade; Educação; Imaginação Política.

# TRANSFORMANDO BRINCADEIRAS EM CONTOS

## UMA PESQUISA- PARTICIPANTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Oak Tonet Assad -USP

oakassad@usp.br

Alayde Maria Pinto Digiovanni - USP/UNICENTRO

alayde@usp.br

Este estudo, fundamentado na Psicologia Histórico-Cultural, parte da concepção de que o desenvolvimento humano é social e historicamente constituído, não sendo linear nem meramente biológico. A literatura infantil é compreendida como mediadora na ampliação do repertório cultural das crianças, base essencial para a imaginação, enquanto a brincadeira se coloca como a atividade central da segunda infância, por meio da qual a criança experimenta, simboliza e se apropria do mundo adulto. O objetivo foi compreender o papel da literatura e da brincadeira para um grupo de crianças, a fim de desenvolver um livro infantil interativo que incentivasse processos de simbolização e criação. A pesquisa assumiu a abordagem da pesquisa-participante, com inserção direta da pesquisadora no cotidiano escolar. Participaram 12 crianças, entre quatro e cinco anos, em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) no interior do Paraná. O trabalho ocorreu ao longo de sete encontros, que envolveram: observação das brincadeiras livres; intervenções mediadas por livros infantis e jogos simbólicos; elaboração do livro interativo *Criar e Contar: Histórias Infantis Rimadas* – composto por quatro contos com finais abertos inspirados nas brincadeiras observadas; e, no último encontro, a apresentação do livro, quando as crianças completaram as histórias por meio de conversas e desenhos. As observações revelaram que as brincadeiras estavam centradas na experimentação motora e nas sensações corporais. Nos jogos de faz de conta, os enredos remetiam diretamente ao cotidiano, como cozinhar, brincar de médico ou de cabeleireira. Na interação com o livro interativo, os desenhos mostraram que as criações partiam do repertório prévio das crianças: no conto sobre um bolo surpresa, desenharam alimentos familiares, como pizza, chocolate e morango; no conto ambientado em uma floresta, recorreram a personagens clássicos de contos de fadas, como lobos, bruxas e sereias. Foi identificado, no entanto, que as crianças exploraram pouco cenários mais distantes dos apresentados, o que sugere um repertório restrito, possivelmente relacionado ao contato limitado com obras literárias. Os achados reforçam a tese da Psicologia Histórico-Cultural de que a criatividade não é inata, mas depende da riqueza de experiências sociais e culturais às quais a criança tem acesso. A literatura mostrou-se um mediador decisivo, expandindo o campo de possibilidades da imaginação. O livro interativo operou como recurso na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), ao propor desafios que, apoiados em histórias-base, estimularam a criação e a expressão simbólica. A análise também aponta que a ausência de práticas regulares de leitura na escola limita o repertório cultural das crianças, restringindo sua imaginação a conteúdos mais imediatos. Conclui-se, portanto, que investir em práticas de contação e criação de histórias na educação infantil - acompanhadas da formação adequada de professores e de espaços que incentivem a leitura - é condição fundamental para cultivar a imaginação e fortalecer a criatividade como dimensão coletiva e histórica da infância.

**Palavras-chave:** Infância; Psicologia Histórico-Cultural; Literatura Infantil; Brincadeira; Criatividade.

# PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO PARA A PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS

## EXPERIÊNCIA NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Aline Frollini Lunardelli - UEM  
aflunardelli@uem.br  
Giovana dos Santos Branco - UEM  
giovanasantosbranco@gmail.com  
Laura Rodrigues Wanke - UEM  
laurarwanke@gmail.com  
Maria Eduarda da Silva Piton - UEM  
pittonduda25@gmail.com  
Rebeca Gonçalves Maciel - UEM  
rebecamaciel1717@gmail.com

### **Apoio:** Fundação Araucária

Com a finalidade de combater tendências individualizantes e biologicistas dos processos educacionais, este projeto de extensão vinculado à Universidade Estadual de Maringá (UEM), denominado *Por uma educação não violenta: desmedicalizando os processos educativos*, ou *Educação Acolhedora (EDUA)*, fundamenta-se em autoras que contribuem com uma visão crítica de saúde, educação e psicologia, como Maria Helena Souza Patto, Adriana Marcondes Machado, Maria Aparecida Afonso Moysés e Cecília Azevedo Lima Collares. O projeto é desenvolvido em uma escola pública de Maringá- Paraná, abrangendo cerca de 300 alunos, em turmas do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental I. O trabalho conta com a participação de 25 discentes dos cursos de Psicologia e Pedagogia, 1 assistente social e 1 docente psicóloga. Além da atuação em salas de aula, também estamos presentes em momentos de hora/atividade para estabelecer conversas mais próximas com as professoras, a fim de propor uma educação contra diversas formas de violência, incluindo a medicalização. Abrangendo toda a comunidade escolar, mensalmente ocorrem rodas de conversa com as famílias das crianças. O coletivo se formou em 2023 e tem ampliado seu alcance contando com aproximadamente 40 famílias atuantes, que dialogam, compartilham experiências, dificuldades e angústias sobre a educação de seus filhos, configurando-se como um espaço de escuta, acolhimento e reflexão. Durante os encontros com as famílias abordamos assuntos relacionados a uma educação sem violência, enquanto é trabalhada a mesma temática com as crianças de forma lúdica. Um tema recorrente nos encontros tem sido o direito à infância e a forma que a adultização e o uso de telas interferem no desenvolvimento infantil e ferem o que está previsto no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), no que se refere ao direito de brincar, estudar, ter lazer, praticar esportes, ter saúde, educação e moradia. Propagamos, ainda, o discurso de uma Educação Acolhedora para a comunidade participando e promovendo eventos acadêmico-científicos e culturais na universidade e no município. Na rede social do projeto divulgamos conhecimento sobre temáticas relativas aos direitos das crianças, diferentes formas de violência contra a infância, medicalização, bullying, preconceito, racismo, uso de telas, consentimento e exposição nas redes sociais, desenvolvimento infantil e ações que ocorrem nas intervenções. Ademais, indicamos livros infanto-juvenis no quadro *Clube do Livro*, além de apresentá-lo na Rádio UEM FM. Assim, o projeto tem contribuído

para a problematização das violências contra crianças que podem ocorrer nas relações familiares e nos processos de escolarização. A participação das crianças, de suas famílias, das professoras e da equipe pedagógica só é possível e se mantém quando adota-se uma perspectiva crítica, contrária à classificação, normatização, patologização e individualização dos problemas enfrentados. O trabalho coletivo tem se mostrado caminho efetivo na luta contra a violência e na construção de uma educação acolhedora.

**Palavras-chave:** Violência; Infância; Medicalização; Educação Acolhedora; Psicologia.

## LAPEE

### ESPAÇO DE FORMAÇÃO, PESQUISA E INTERVENÇÃO EDUCACIONAL

Beatriz Landim Fabri -UEL  
beatriz.landim@uel.br;  
Ítalo Bitencourt Ciccotti -UEL  
psi.italobitencourt@gmail.com  
Danilo Mulari Paiva Antonio - UEL  
psi.danilomulari@gmail.com  
Graziela Soares dos Santos - UEL  
grazielasoares.psi@gmail.com  
Valéria Queiroz Furtado - UEL  
valeriauel@uel.br  
Jefferson Olivatto da Silva - UEL  
jeffolivattosilva@uel.br

#### **Financiamento:** Universidade Sem Fronteiras

A Psicologia Escolar e Educacional constitui-se como um campo de conhecimento e prática que opera na interface entre a educação e a psicologia, voltando-se à compreensão e intervenção nos fenômenos que atravessam o contexto escolar. Sua atuação abrange o apoio ao desenvolvimento integral de crianças, adolescentes, jovens e adultos, a formação e suporte a educadores, a escuta das demandas institucionais e comunitárias, bem como a promoção de valores essenciais à cidadania, como autonomia, responsabilidade e respeito mútuo nas relações entre alunos, famílias e comunidade escolar. Reconhecendo a relevância dessa área na formação de novos psicólogos, docentes do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina (UEL) mobilizaram-se para a criação do Laboratório de Psicologia Escolar e Educacional (LAPEE). O laboratório nasceu com o propósito de articular a tríade ensino, pesquisa e extensão, compreendida como base fundamental do fazer universitário e como meio de estreitar a relação entre a produção acadêmica e as demandas sociais. Dessa iniciativa originou-se um macroprojeto que integra diferentes linhas e projetos voltados a questões educacionais variadas, entre elas a educação ambiental, as relações étnico-raciais, o suporte à prática docente, a saúde mental escolar e outras ações que dialogam diretamente com as necessidades do cotidiano educacional. A partir da participação conjunta de estudantes de graduação e pós-graduação, orientados por docentes, evidenciou-se que a criação de um espaço coletivo de trabalho, estudo e prática em Psicologia Escolar potencializa a qualidade e o alcance das iniciativas, favorecendo tanto o desenvolvimento dos projetos quanto o crescimento acadêmico e profissional dos envolvidos. Assim, o LAPEE se configura como um espaço estratégico de formação e de produção de conhecimento aplicado, contribuindo não apenas para a consolidação da Psicologia Escolar e Educacional como campo de saber, mas também para a construção de práticas transformadoras no âmbito da educação pública e comunitária.

**Palavras-chave:** Psicologia Escolar e Educacional; Extensão-Ensino-Pesquisa; Formação Continuada.

# CURTA-METRAGEM A PESTE DA JANICE E CÍRCULO RESTAURATIVO

## REFLEXÕES SOBRE BULLYING

Camila Gabriela dos Santos SMED  
camilagabriela.psi@gmail.com

Este trabalho foi realizado por uma Psicóloga Educacional lotada na Secretaria de Educação do Município de Foz do Iguaçu. Trata-se de uma atividade coletiva realizada em turmas de 4º e 5º ano do Ensino Fundamental de algumas escolas públicas deste município. De acordo com várias demandas que chegaram ao setor de Psicologia sobre situações de bullying, agressividade e conflitos entre alunos, foi elaborada uma atividade de grupo, vivencial e reflexiva, visando construir coletivamente novas formas de relacionar-se – buscando ir além do formato de palestras de conscientização, em que as crianças recebem a informação de maneira passiva. O objetivo foi fazer com que os alunos se reconheçam como sujeitos no processo de escolarização, possibilitar a escuta atenta e sensível, conectar as falas dos sujeitos para que se percebam enquanto grupo, problematizem as dificuldades e criem novos sentidos para a questão. O professor regente de cada turma também participou da atividade. Para tanto, foi utilizado como introdução o curta-metragem brasileiro “A Peste da Janice” (Rafael Figueiredo, Casanova Filmes, 2007), que mobilizou certa sensibilidade e abertura nas crianças para que pudessem mais tarde falar sobre as suas experiências. Após isso foi explicado sobre a proposta de um Círculo Restaurativo e apresentado o “objeto da fala”: uma caixinha decorada com sinais de interrogações por fora (que seria “preenchida” simbolicamente com as possíveis soluções construídas pelos alunos). Dispostos em círculo, a criança que estivesse com a caixinha na mão, tinha a vez de falar, e após suas palavras, passaria o objeto ao colega ao lado. Foram elaboradas previamente 4 perguntas norteadoras que direcionaram as reflexões em 4 rodadas: 1) Qual parte do filme mais chamou a sua atenção e como se sentiu? 2) Como acha que Janice se sentia na escola? 3) acontecem situações parecidas com as do filme na sua escola? 4) Como você acha que pode se comprometer a conviver melhor no ambiente escolar?. Essas perguntas foram sendo respondidas pelos alunos e conectadas pela psicóloga, que propôs reflexões a partir dos saberes das crianças, colocando-as num lugar de produtores da própria queixa, e, dessa forma, solucionadores das dificuldades. Os alunos tiveram uma boa participação, trouxeram vivências, emoções e perspectivas pessoais, o que foi valorizado e “costurado” numa identidade de grupo. Alguns comentários racistas foram verbalizados, o que foi problematizado historicamente, reafirmando o lugar da escola como defensora dos direitos humanos, contra qualquer preconceito e exclusão. O encontro foi carregado de afetos e relatos de sentimentos como “tristeza”, “indignação”, “raiva”, “vontade de ajudar”. Em relação à vivência escolar, trouxeram situações que incomodam e desestabilizam a aula, como bullying, xingamentos, grosserias, brincadeiras agressivas. Na rodada sobre as maneiras de solucionar o problema, os alunos se comprometeram a: “ouvir um ao outro”; “saber esperar”; “respeitar os colegas”; “não ofender”; “tentar ajudar”; “pedir ajuda à professora”. Todos os sentimentos foram acolhidos durante o círculo. Juntos, os alunos puderam observar o quanto o ambiente escolar é importante na vida deles e como podem colaborar para se relacionarem melhor.

**Palavras-chave:** Bullying; Experiências; Relacionamentos; Afetos; Escola.

## CONSTRUÇÃO DO TRABALHO COLETIVO

### EQUIPE MULTI DO NRE-MARINGÁ E PROJETO ESCOLA EM AÇÃO

Fernanda Paco Carvalho Pinto - NRE Maringá-PR  
psi.fernandap@escola.pr.gov.br  
Adriana Paniagua Fumagalli - NRE Maringá-PR  
ass.adrianaf@escola.pr.gov.br  
Eduarda Henrique - NRE Maringá-PR  
psieduardahenrique@gmail.com  
Deborah Fernanda Darros - NRE Maringá-PR  
dedarros@hotmail.com  
Jully Anne Batista dos Santos - NRE Maringá-PR  
jully.annesantos@escola.pr.gov.br  
Keuri Caroline Bonato da Costa - NRE Maringá-PR  
psi.keuric@escola.pr.gov.br  
Rogério Tanimoto - NRE Maringá-PR  
psi.rogeriot@escola.pr.gov.br  
Tayná Wienne Adorno Tomás - NRE Maringá-PR  
tayna.tomas@escola.pr.gov.br  
Vanessa Cristina Nogueira - NRE Maringá-PR  
vanessa.cristina.nogueira@escola.pr.gov.br  
Vitória de Oliveira Balestero - NRE Maringá-PR  
psi.vitoriab@escola.pr.gov.br

A equipe multiprofissional do Núcleo Regional de Educação de Maringá-PR é composta por quatro assistentes sociais e oito psicólogos/os, que, de forma articulada, atuam diretamente com estudantes, professores, pedagogos e equipes diretivas das 93 escolas estaduais sob abrangência da instituição. Dentre a pluralidade de trabalhos realizados, a equipe desenvolveu o Projeto Escola em Ação, a partir da análise de indicativos das complexas demandas vivenciadas no espaço escolar, especialmente atravessamentos urgentes, como violência, bullying, racismo e saúde mental. O objetivo do projeto, em síntese, é promover um ambiente escolar mais inclusivo, respeitoso e acolhedor, por meio de ações que valorizam o desenvolvimento humano em sua diversidade, a saúde mental da comunidade escolar e, sobretudo, o protagonismo estudantil. Com uma metodologia fundamentada na escuta ativa, no respeito às singularidades de cada escola e na participação horizontal entre os envolvidos, o projeto busca construir de forma coletiva ações que se encontram com as demandas levantadas em cada realidade. O projeto é executado de forma gradativa e é organizado em 4 fases, englobando diagnóstico, formação, implementação/ações das comissões escolares e acompanhamento do processo. Mesmo em fase inicial de implementação, é possível analisar que o Projeto Escola em Ação já demonstra resultados e avanços promissores, sobretudo no tocante ao acolhimento, recepção e adesão das escolas e no engajamento das comissões compostas no espaço escolar. O desenvolvimento do projeto vivenciado até o momento evidencia o potencial transformador da proposta e seu papel estratégico na promoção de ambientes educativos mais respeitosos, inclusivos e comprometidos com o desenvolvimento de toda a comunidade escolar. Ao favorecer a construção de um trabalho coletivo e interprofissional, o projeto contribui para a ressignificação das

práticas escolares e o fortalecimento da educação pública com base nos princípios da escuta, da participação e da equidade. Em face do exposto, é possível compreender que o trabalho da Psicologia e o Serviço Social na Educação, por meio do Projeto Escola em Ação, está voltado ao olhar para as complexas demandas vividas pelas escolas estaduais no território de abrangência do NRE-MGÁ, bem como agir de forma sensível, estratégica e comprometida com a realidade escolar, sendo necessário respaldo e fundamentação em referenciais teóricos e práticos voltados para a transformação social. Nesse sentido, entende-se a relevância da atuação interdisciplinar da Equipe Multiprofissional, que permite um olhar ampliado sobre os sujeitos que compõem a escola, considerando suas vivências, afetos, realidades e pertencimento aos territórios onde vivem.

**Palavras-chave:** Psicologia; Serviço Social; Equipe Multiprofissional; Educação; Escola em Ação

## PLANO BIENAL

### REFERÊNCIA ESTRATÉGICA PARA ATUAÇÃO MULTIPROFISSIONAL

Claudia De Souza Dos Santos - NRE Curitiba/PR  
claudiaericson2405@gmail.com  
Eufrozina Conceição Brandão  
conceicaoueufrozina@gmail.com  
Jheniffer Cristina Bernardi Da Silva - NRE Curitiba/PR  
psi.jhenifferbernardi@gmail.com  
Karinn Sanches Bianco - NRE Curitiba/PR  
psikarinnbianco@gmail.com  
Lucas Santos De Souza (NRE Curitiba/PR  
lucasouzzaa@gmail.com  
Marcos Cristovam Lopes De Paula  
marcoscristovamdepaula@gmail.com  
Marilene Santana Neves - NRE Curitiba/PR  
psicologamarileneneves@gmail.com  
Nathalia Betim Ferreira - NRE Curitiba/PR  
betim.nathalia@gmail.com  
Wellynton Nardes De Bairros (NRE Curitiba/PR  
wellyntonpsi@hotmail.com

O presente trabalho relata a experiência da equipe multiprofissional do NRE (Núcleo Regional de Educação) de Curitiba, na elaboração e implementação de um planejamento estratégico de médio e longo prazo, materializado no Plano Bienal, buscando superar a lógica de atendimento emergencial e consolidar ações contínuas. Apesar da promulgação da Lei nº 13.935/2019, a inserção de profissionais da Psicologia e Serviço Social nas escolas públicas estaduais no município de Curitiba ainda ocorre em um contexto marcado por tensionamentos, demandas imediatas, rotatividade e vínculos temporários, dificultando a implementação de práticas estruturadas. Além disso, há pouco entendimento por parte da gestão sobre como o trabalho das equipes multiprofissionais devem acontecer. Dessa maneira, fica evidenciada uma lacuna na estruturação prévia do trabalho da equipe. Para atuar sobre essa realidade, utilizou-se pesquisa bibliográfica, oferecendo fundamentação teórica sobre planejamento estratégico e intervenções psicossociais, bem como de relato de experiência, permitindo a estruturação de intervenções planejadas e análise de vivências que ocorrem concomitantemente, no cotidiano escolar. A equipe de Curitiba, composta por dez psicólogos e três assistentes sociais, atuando em dez setores do município, desenvolvia práticas desarticuladas e setorializadas. Para isso, utilizou-se a gestão estratégica para transformar iniciativas emergenciais em práticas integradas e planejadas, articuladas com outros dispositivos da rede, e entre os setores de Curitiba, bem como, com monitoramento trimestral dos resultados. O Plano Bienal tem a função de organizar projetos e ações psicossociais, principalmente nos vieses de: diagnóstico institucional, inclusão escolar, educação socioemocional, prevenção ao uso de substâncias psicoativas, orientação para o mundo do trabalho, educação integral em sexualidade e articulação com redes de saúde, assistência e universidades, buscando enfrentar desafios contemporâneos da escola e fortalecer vínculos socioeducacionais. As atividades demonstraram que,

embora situações emergenciais exijam respostas imediatas, como no caso do acolhimento de estudantes após óbito de um docente, por exemplo, a existência de um protocolo e planejamento estratégico possibilita ações coordenadas, mais eficazes e sustentáveis. Intervenções contínuas voltadas à prevenção e promoção de acesso às temáticas emergentes do contexto escolar aumentam a probabilidade de maior qualidade no processo de ensino-aprendizagem, desenvolvimento de relações saudáveis, menores índices de violência e maior permanência dos estudantes na escola. Conclui-se que o Plano Bial constitui uma ferramenta estratégica que organiza o trabalho da equipe multiprofissional, permitindo a atuação planejada, integrada e articulada, superando a abordagem pontual e reativa, fortalecendo a educação básica; dessa maneira, tendo um impacto positivo na comunidade escolar como um todo, além de promover práticas que garantam maior equidade, inclusão e desenvolvimento integral de estudantes.

**Palavras chave:** Equipe Multiprofissional; Educação; Planejamento Estratégico; Abordagem Psicossocial.

## PROTOCOLO PARA INTERVENÇÃO EM SITUAÇÃO DE LUTO

Claudia De Souza Dos Santos - NRE Curitiba/PR  
claudiaericson2405@gmail.com  
Eufrozina Conceição Brandão  
conceicaoefrozina@gmail.com  
Jheniffer Cristina Bernardi Da Silva - NRE Curitiba/PR  
psi.jhenifferbernardi@gmail.com  
Karinn Sanches Bianco - NRE Curitiba/PR  
psikarinnbianco@gmail.com  
Lucas Santos De Souza - NRE Curitiba/PR  
lucasouzzaa@gmail.com  
Marcos Cristovam Lopes De Paula  
marcoscristovamdepaula@gmail.com  
Marilene Santana Neves - NRE Curitiba/PR  
psicologamarileneneves@gmail.com  
Nathalia Betim Ferreira - NRE Curitiba/PR  
betim.nathalia@gmail.com  
Wellynton Nardes De Bairros - NRE Curitiba/PR  
wellyntonpsi@hotmail.com

O ambiente escolar é mais do que um espaço de ensino, é um local de vínculos, convivência e afetos, o que torna as situações de óbito especialmente impactantes para a comunidade. A literatura evidencia que a ausência de protocolos claros gera improvisos, desamparo e sofrimento adicional em educadores e estudantes, cujos índices de adoecimento emocional têm aumentado de forma significativa. Nesse contexto, o presente protocolo foi elaborado como uma resposta à lacuna existente nas instituições escolares, oferecendo diretrizes para o acolhimento e a intervenção em situações de luto, fortalecendo a escola como espaço de cuidado e integrando ações com os setores de saúde e assistência social. O objetivo central é garantir um fluxo estruturado de práticas que promovam suporte, prevenção e bem-estar coletivo. A metodologia adotada envolveu a sistematização de ações baseadas em princípios éticos e legais, evidências científicas e experiências profissionais acumuladas no campo da educação e da saúde mental. O protocolo foi construído de forma participativa por equipe multiprofissional, contemplando psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e gestores, de modo a refletir a complexidade do fenômeno do luto no espaço escolar. Entre os elementos considerados, estão a diversidade das manifestações de dor, a necessidade de comunicação transparente, o respeito às crenças culturais e a articulação intersetorial, como ferramenta essencial de cuidado. Os resultados desse processo de sistematização se materializaram em um conjunto de procedimentos organizados em diferentes fases: imediatos (até 24 horas), acolhimento (até 15 dias), acompanhamento (até 30 dias) e monitoramento contínuo (após 30 dias). Cada etapa estabelece orientações claras para comunicação com famílias, flexibilização da rotina escolar, criação de espaços de escuta e atividades de ressignificação, além da articulação com serviços de saúde e proteção social. O protocolo também prevê estratégias de prevenção, como rodas de conversa, formação de professores, inclusão do tema do luto em projetos pedagógicos e fortalecimento da cultura escolar de pertencimento e

solidariedade. A discussão dos resultados aponta que este protocolo contribui não apenas para o manejo imediato das situações de perda, mas também para a construção de uma política institucional de cuidado permanente. Ao reconhecer o luto como uma experiência humana legítima, a escola se fortalece enquanto espaço de proteção e vínculo, evitando improvisações e reduzindo os riscos de agravamento do sofrimento psíquico. Além disso, a proposta incentiva revisão contínua do protocolo, de modo a garantir sua atualização, a partir das vivências escolares e avanços científicos. Sendo assim, este protocolo constitui um instrumento técnico e humano, que amplia a capacidade de resposta das instituições educacionais frente ao luto, promove a saúde mental coletiva e valoriza a escola como território de cuidado, vínculo e prevenção.

**Palavras-chave:** Psicologia; Serviço Social; Protocolo; Luto; Abordagem Psicossocial.

# **MINICURSOS**

# RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

Dayenne Karoline Chimiti Pelegrini - UEL

dayenne@uel.br

Sandra Lourenço de Andrade Fortuna - UEL

sanlou@uel.br

## Resumo:

Relações de gênero e diversidade sexual compõem as dimensões humanas. Diante disso, entendemos que são elementos fundantes para as atividades de profissionais da psicologia e do serviço social. Visando uma prática emancipadora, inclusiva e potencializadora visamos propor um minicurso no "IX Encontro Paranaense de Psicologia Escolar e Educacional e I Encontro Paranaense Multidisciplinar de Psicologia Escolar/Educacional e Serviço Social: Psicologia escolar e serviço social - vivências e desafios na implementação da lei 13.935/2019". Assim, o presente minicurso tem como objetivo abordar as temáticas gênero e diversidade sexual para estudantes e profissionais da psicologia e serviço social. Visamos problematizar questões relativas às diversidades sexual e de gênero a fim de desconstruir dinâmicas excludentes e de instrumentalizá-los/as para uma prática emancipadora. A proposta inclui abordar conceitualmente gênero e sexualidade. Para tanto recorreremos aos teóricos/as Joan Scott (1990), Judith Butler (2000; 2003), Guacira Lopes Louro (2000), Heleieth Saffioti (2004), Mirla Cisne (2015), Jules Falquet (2008) e Michel Foucault (1999). Além disso, faremos uma exposição a partir das produções de desigualdades que geram violências de gênero e sexualidades. Como metodologia, faremos um primeiro momento em que abordaremos relatos de casos como forma de aproximação e sensibilização dos temas. Em um segundo momento abordaremos conceitualmente as temáticas levantadas. Por fim faremos uma roda de conversa com os/as participantes para ouvir suas compreensões, eventuais dúvidas e trocar experiências. As escolhas para efetivação do minicurso visam incluir os/as participantes e fazê-lo/as pensarem nas relações de gênero e sexualidade em suas atividades futuras. O minicurso terá a duração de duas horas e meia e será ministrado por duas professoras da Universidade Estadual de Londrina, especialistas na temática. Esperamos ao final do minicurso expandir teoricamente o conhecimento dos/as participantes, além de identificar potencialidades e dificuldades em abordar essa temática nas respectivas áreas de trabalho.

**Palavras-chave:** Relações de gênero; Diversidade sexual; Violências de gênero e sexualidades.

## Referências:

BUTLER, Judith Pamela. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'*. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

\_\_\_\_\_. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2ª. Ed. São Paulo: Outras expressões. 2015.

CISNE, Mirla Á. **Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a so-**

cidade patriarcal-racista-capitalista. Serviço Social em Revista. V. 18, N.1, 2015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/23588/17726>

FALQUET, Jules. **Repensar as relações sociais de sexo, classe e "raça" na globalização neoliberal**. Mediações • v. 13, n.1-2, p. 121-142, Jan/Jun e Jul/Dez. 2008 Disponível em: <file:///C:/Users/Dell/Downloads/mediacoes,+Gerente+da+revista,+3290-10916-1-CE.pdf>

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PERES, William Siqueira. Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia na escola**. Ministério da Educação e da Cultura, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, no 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/257862>. Acesso em: 19 jan. 2019.

## RACISMO E ESCOLA

André Henrique Mello Correa - Comitê de Assistentes Sociais  
no Combate ao Racismo do CRESS-PR  
ahmc.associal2019@gmail.com

Rosiane Martins de Souza Teodoro - NEEED - Cambé-Pr  
rosianepsico@hotmail.com

### Resumo:

O racismo estrutural permeia às relações sociais na sociedade brasileira, e manifesta-se objetiva e subjetivamente no cotidiano das instituições que compõem as políticas sociais no âmbito do Estado. Neste sentido, esta proposta temática, a ser realizada no formato de minicurso, objetiva discorrer sobre questões étnico-raciais, preconceitos e o processo de escolarização na sociedade atual. Eurico (2013) já apontava que no contexto das instituições o racismo opera no âmbito das *relações interpessoais*, abrangendo as relações estabelecidas entre gestores e trabalhadores, entre trabalhadores e trabalhadoras, entre trabalhador e usuário, e entre usuário e trabalhador, sempre pautadas em atitudes discriminatórias; e no âmbito *político-programática*, compreendendo ações que impedem a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas eficientes, eficazes e efetivas no combate ao racismo, bem como a visibilidade do racismo nas práticas cotidianas e nas rotinas administrativas. Por consequência, é certo que "o racismo institucional determina, antes mesmo do nascimento, o lugar de classe, no interior da própria classe trabalhadora, segundo critérios de raça/cor, com raríssimas exceções" (Eurico, 2018, p. 526). Neste sentido, pensar o espaço escolar, não desconectado das relações sociais estabelecidas em outras esferas da vida social, nos possibilita compreender de que maneira o racismo permeia este ambiente, seja na sala de aula, nas "chamadas de atenção" pelo cabelo black solto, nos lápis cor de pele, nos livros didáticos, nas expressões artístico-culturais, nos territórios periféricos, na criminalização da pobreza sob o insígnia da "negligência", para ficarmos nestes exemplos. Por certo, nos parece que a inserção das(os) profissionais de serviço social e psicologia na rede pública de ensino (Lei. Nº 13.935/2019), tendem a potencializar estratégias e táticas de combate ao racismo e promoção da igualdade racial neste contexto. Neste sentido, é fundamental que o trabalho desenvolvido ocorra por meio de formações de professores e demais profissionais; de assessoria para desenvolver, implementar e reformular currículos, projetos pedagógicos, políticas e procedimentos educacionais; da participação no aperfeiçoamento de métodos, técnicas e instrumentos para subsidiar a formulação e o replanejamento de planos/planejamentos escolares; do suporte conjunto à comunidade escolar atuando no enfrentamento aos preconceitos e à violência na escola.

**Palavras-chave:** Relações étnico-raciais; Racismo; Escola.

# ATUAÇÃO NAS REDES DE PROTEÇÃO SOCIAL NOS TERRITÓRIOS

Paula Marques da Silva - UEL  
paulamarques@uel.br

Lisieux O. Petrassi de Moraes - Secretaria municipal de Educação de Cambé  
lopmoraes@educa.cambe.pr.gov.br

## Resumo:

A proteção social é um princípio fundamental da Constituição Federal brasileira, especialmente o artigo 227, que estabelece a garantia de direitos às crianças e adolescentes, assegurando-lhes condições de desenvolvimento saudável e dignidade. Este artigo define a responsabilidade da família, da sociedade e Estado na proteção integral, enfatizando o esforço conjunto para garantir o respeito e a promoção desses direitos. A colaboração entre educação, saúde, assistência social entre outros, devem constituir um sistema de proteção que assegure não apenas o direito à educação mas sim, condições adequadas de vida e desenvolvimento para todas as crianças e adolescentes. Tais diretrizes legais são centrais no âmbito da construção e implementação da Lei 13.935/2019, marco histórico que legitima a atuação de profissionais do Serviço Social e Psicologia nas políticas públicas educacionais. Essa legislação regulamenta e legitima a atuação destes profissionais em equipes multidisciplinares. A promoção do diálogo entre os profissionais que atuam na política educacional- assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, professores, entre outros - é essencial para a construção de um espaço escolar que considere as múltiplas dimensões históricas, políticas e sociais dos territórios e cotidianos escolares. Na perspectiva histórico-crítica, é fundamental analisar a origem e impactos da Lei 13.935 no contexto educacional, considerando as relações sociais e as dinâmicas de poder que formam práticas intersetoriais e interdisciplinares de atuar em contextos marcados por vulnerabilidades sociais, exclusão e violação de direitos. Este minicurso visa refletir sobre a Proteção Integral (artigo 227 da Constituição Federal), destacando práticas interdisciplinares e intersetoriais no contexto educacional e analisando a inclusão de psicólogos e assistentes sociais nas equipes da educação básica pública (Lei 13.935/2019). O Público-Alvo se dirige a profissionais e estudantes da educação, da psicologia, do serviço social e demais interessados na temática dos modos de articulação da rede de proteção social nos territórios a partir da escola. No decorrer do minicurso serão abordados os seguintes temas: Aspectos gerais da Lei nº 13.935/2019; análise do conceito de Proteção Integral e sua relevância no contexto educacional; Discussão sobre a importância da articulação entre diferentes serviços e políticas públicas; Exemplos de intervenções conjuntas que promovem o desenvolvimento pleno dos estudantes, em uma perspectiva inclusiva. Escuta e Interdisciplinaridade entre Psicologia e Serviço Social seguindo perspectiva histórico-Crítica; Apresentação de um estudo de caso para discussão em grupo, permitindo a aplicação dos conceitos discutidos nos itens anteriores; Reflexão coletiva do trabalho multiprofissional no contexto escolar. Metodologicamente o minicurso será conduzido por meio de exposições dialogadas, utilizando slides para explicitação da Lei nº 13.935/2019. A metodologia incluirá a análise de um estudo de caso, promovendo um debate coletivo que estimule a troca de experiências e a construção de conhecimento entre os participantes. A participação no minicurso busca enriquecer a formação dos profissionais envolvidos e contribuir para a construção de um ambiente educacional inclusivo, comprometido com

a emancipação dos sujeitos. A integração entre diferentes áreas do conhecimento é fundamental na análise crítica dos processos de ensino-aprendizagem e no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes da comunidade escolar. O encerramento do minicurso contempla uma avaliação formativa em que os participantes compartilharão suas reflexões e aprendizagens, fortalecendo a melhoria contínua da prática profissional.

## **Referências Bibliográficas**

Brasil (2019). Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019: Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Diário Oficial da União. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm)

Conselho Federal de Psicologia (2022). Psicólogas(os) e assistentes sociais na rede pública de educação básica: Orientações para regulamentação da Lei 13.935/2019 (versão 2022). CFP. [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/08/manual\\_lei\\_13935-final-web.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/08/manual_lei_13935-final-web.pdf)

Guzzo, R. S. L. & Lacerda Júnior, F. (2011). Psicologia escolar: Desafios e perspectivas. Alínea.

## MEDICALIZAÇÃO DA VIDA SOCIAL

Adriana de Fátima Franco - UEM  
affranco@uem.br  
Marcelo Ubiali Ferracioli- UEPG  
muferracioli@uepg.br  
Marcela Pereira Rosa - UNICENTRO  
mprosa@unicentro.br  
Liana Lopes Bassi - CRESS  
lianabassi07@gmail.com

### Resumo:

O presente minicurso tem como objetivo analisar criticamente o fenômeno da medicalização da vida, especialmente no contexto educacional e escolar, problematizando, a partir do materialismo histórico-dialético, seus determinantes históricos, sociais e econômicos. Nas últimas décadas, constata-se um crescimento significativo de diagnósticos, realizados em idades cada vez mais precoces e tendo como consequência o uso massivo de medicação controlada e a segregação escolar de crianças e adolescentes considerados fora do padrão aceitável socialmente. Este processo não pode ser compreendido como mera evolução das práticas diagnósticas, mas como expressão das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, que, ao intensificar a precarização da vida e da educação, oferece respostas medicalizantes a questões de ordem social, histórica, cultural e pedagógica. A medicalização opera, nesse sentido, como estratégia de regulação e individualização da questão social, deslocando para o indivíduo e sua família a responsabilidade por dificuldades que decorrem da desigualdade estrutural que alicerça as relações sociais sob o modo de produção capitalista e do aprofundamento da precarização do sistema educacional, expressão do avanço do projeto neoliberal sobre a educação. Ancorada no modelo biomédico, a lógica medicalizante reduz a complexidade da vida social ao funcionamento bioquímico do indivíduo, transformando fenômenos de ordem histórica e social em questões estritamente biológicas. Esse movimento, ao individualizar e naturalizar tais processos, frequentemente resulta em sua patologização, apresentando-os como doenças, transtornos ou distúrbios. Tendo isso em vista, o presente minicurso buscará refletir como o paradigma da integração na escola resulta em segregação e medicalização com vistas ao enquadramento dos corpos e intelectos desviantes do padrão estabelecido na sociabilidade burguesa; debater o modo de produção capitalista, a precarização das condições de vida e suas relações com a produção de diagnósticos na infância; compreender as raízes históricas da produção social do fracasso escolar e suas principais expressões cotidianas, assim como da mudança de concepção; e refletir sobre os elementos para a constituição de uma práxis crítica da Psicologia Escolar e Educacional no enfrentamento aos processos medicalizantes, apresentando possibilidades de intervenção junto aos diferentes agentes da comunidade escolar. O minicurso pretende constituir-se como espaço participativo de debate e reflexão crítica sobre os processos de medicalização da vida, seus condicionantes socioeconômicos e suas reverberações sobre o campo educacional, visando o fortalecimento da perspectiva antimmedicalizante na práxis de psicólogas(os), professoras(es) e assistentes sociais em seus diversos campos de atuação.

**Palavras-chave:** Modo de produção capitalista; Medicalização; Patologização; Educação; Escola.

# AVALIAÇÃO PSICOEDUCACIONAL E EQUIPE INTERDISCIPLINAR

Hilusca Alves Leite – UEM

haleite2@uem.br

Olegna de Souza Guedes- CRESS-PR/UEL

Olegna@uel.br

## **Ementa:**

Problematizar a questão da avaliação psicoeducacional no contexto escolar e o envolvimento da equipe interdisciplinar

## **Resumo:**

Historicamente a Psicologia Escolar e Educacional se consolidou como um cenário de atuação do psicólogo em que se tratava individualmente os problemas de escolarização. Ou seja, a compreensão da queixa escolar era explicada de forma individualizada responsabilizando, sobretudo, a criança pelo não aprender ou não saber se comportar (Patto, 1999). Com denúncias, que já somam cerca de quarenta anos, do caráter ideológico de tais práticas a atuação do profissional de psicologia que atua no campo escolar vem sendo repensada no sentido de olhar para a instituição como um todo, considerando os vários determinantes que configuram uma instituição escolar, bem como o processo de ensino-aprendizagem (Patto, 1999). Assim, também as avaliações daqueles que apresentam “problemas” no âmbito escolar têm sido repensadas no sentido de superar as tradicionais avaliações de inteligência que apenas quantificam a inteligência do sujeito e pouco explicam sobre como tem se dado seu desenvolvimento. A avaliação psicoeducacional é uma das práticas avaliativas do profissional da psicologia que se propõe a realizar um percurso mais amplo na compreensão da queixa escolar. Ao realizar este procedimento avaliativo, o profissional deve considerar a queixa que está recebendo, porém reconhecendo-a como circunscrita em um contexto que engloba todos aqueles que são responsáveis pelo desenvolvimento e aprendizagem da criança sobre a qual se tem uma determinada queixa. Ou seja, realizar uma avaliação psicoeducacional requer conhecer a instituição escolar da qual a criança faz parte, dialogar com seus professores, conhecer os conteúdos que são trabalhados em sala, dialogar com os responsáveis por essa criança para entender o suporte que recebe em outros cenários que não o da escola e, claro, conhecer a própria criança e pensar estratégias para investigar suas funções psicológicas bem com seu domínio de conteúdos escolares. Sendo assim, este minicurso tem como objetivo: propor a discussão sobre avaliação psicoeducacional e apresentar o papel e atuação dos profissionais da psicologia e do Serviço Social nesse contexto. Como metodologia utilizaremos de aula expositiva e dialogada com os participantes do minicurso. A/os assistentes sociais compõem as equipes interdisciplinares nas escolas dentro das atribuições e competências em todos os processos que se voltam para a garantia do direito à educação. No que tange à avaliação psicoeducacional, faz-se necessário atentar-se aos limites e, ao mesmo tempo, a amplitude de sua colaboração; haja vista que não é atribuição do Serviço Social investigar funções psicológicas na sua relação com o domínio de conteúdos escolares. Com formação generalista e capacidade técnica para leitura da totalidade de aspectos da realidade social que se particularizam, entre outros aspectos, em dificuldades de aprendizagem ou expressões de violência na escola, contribui para iden-

tificar fatores importantes na avaliação educacional. É na direção da construção dessa análise de totalidade que o Serviço Social contribuirá no mini curso ora proposto.

**Palavras-chave:** queixa escolar; avaliação psicoeducacional; escola; psicologia; serviço social.

**Referência:**

PATTO, M.H.S. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T.A. Queiroz, 1999.

# O PAPEL DO SETOR DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONSELHOS PROFISSIONAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 13.935/2019

Débora Larissa Lopes Quinelato - Psicóloga CRP 08/16959

debora.quinelato@crppr.org.br

Jaqueline Zuin dos Santos - Assistente Social nº 9526/ CRESS 11ª Região

fiscalizalondrina@cresspr.org.br

## **Resumo:**

O minicurso tem como objetivo discutir criticamente a atuação dos setores de orientação e fiscalização dos conselhos profissionais na efetivação da Lei nº 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de educação básica. A proposta parte da compreensão de que os conselhos profissionais, por meio de suas ações normativas, fiscalizadoras e educativas, são atores estratégicos na garantia dos direitos previstos em lei e na promoção da qualidade dos serviços prestados. A atividade abordará inicialmente os aspectos centrais das leis que regulamentam as profissões (Lei 5.766/71 e Lei 8.662/93) com ênfase nos princípios e objetivos destes conselhos profissionais (CRESS e CRP). Em seguida, serão apresentadas as incidências específicas dos setores de orientação e fiscalização, especialmente no que se refere ao acompanhamento de práticas, ao suporte técnico aos profissionais e às estratégias de articulação com gestores e instituições de ensino. O minicurso pretende fomentar o diálogo sobre as potencialidades e limites das COFIs (Comissões de Orientação e Fiscalização) para o fortalecimento das políticas de educação na esfera municipal e estadual, assim como, contribuir para a construção de um campo profissional ético, qualificado e comprometido com a transformação social.

**Palavras-chave:** Conselhos profissionais; Orientação e fiscalização; Lei 13.935/2019; Educação básica; Políticas públicas.

# CURRÍCULO DE LIMEIRA/SP E INCLUSÃO

## QUALIDADE E EQUIDADE NO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Maria Helvira Arantes Andrade - PML/SME/SSE  
mhelviramartins@gmail.com

### **Ementa:**

As diretrizes curriculares da Secretaria Municipal de Educação de Limeira/SP, fundamentadas na Pedagogia Histórico-crítica e Psicologia Histórico-cultural. Parâmetros educacionais de excelência e máxima potencialidade de todos os estudantes, na perspectiva da inclusão. O Projeto Político Pedagógico e a organização do trabalho colaborativo em sua totalidade e avaliação. Objetivo: Contribuir para formação dos profissionais de Serviço Social e Psicologia sobre o currículo na perspectiva inclusiva e concepção de educação emancipatória e oferecer subsídios para elaboração do Projeto Político Pedagógico nesta perspectiva. Metodologia: Foram realizadas pesquisas em documentos técnicos do setor, pesquisas bibliográficas e de legislações da educação do município de Limeira/SP. Resumo: A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, foi construído um marco legal para garantia dos direitos sociais e, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, foi conquistado o direito à inclusão na escola pública, com acesso e permanência de populações que eram excluídas do sistema público de ensino e foi instituído o projeto pedagógico, como instrumento para garantia deste direito. Importante destacar a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola, que tem como objetivo implementar ações e programas educacionais voltados à superação das desigualdades étnico-raciais e do racismo nos ambientes de ensino, no ano de 2024. A Constituição de 1988 estabelece como princípio, a gestão democrática do ensino público na forma da lei, que implica na participação da comunidade escolar nos processos de gestão da escola, dos quais o Projeto Político Pedagógico é instrumento de planejamento, que norteará e contribuirá para o desenvolvimento do trabalho coletivo nas Unidades Escolares. No município de Limeira, a partir de 2013, profissionais da Secretaria Municipal de Educação articularam-se e iniciaram estudos para elaboração de currículo que foi finalizado e aprovado no ano de 2016 pelo Conselho Municipal de Educação. O referido currículo impactou na formulação da política de educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, publicada no ano de 2014 ao estruturar as Diretrizes Curriculares sob as teorias da Pedagogia Histórico-Crítica e Psicologia Histórico-Cultural, redimensionando as concepções de desenvolvimento, escola e o papel do professor no Sistema Municipal de Ensino. O Plano Municipal de Educação de 2015 a 2025, do município de Limeira, contempla a modalidade da Educação Especial, a organização dos serviços, de acordo com a Política Nacional de Educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, proporcionando uma mudança de paradigma de concepção sobre as pessoas com deficiência, evidenciando a capacidade de aprendizagem e acadêmica e o direito de conviver, em espaços sociais comuns Unidades Escolares, de todos os estudantes público-alvo do Atendimento Educacional Especializado. Neste sentido, este minicurso contemplará a organização, a estrutura e as atribuições dos profissionais da rede municipal de Limeira – São Paulo, inclusive de psicólogos e assistentes sociais.

**Palavras-chave:** Currículo; Inclusão escolar; Projeto político pedagógico; Trabalho colaborativo.

## Referências

Libâneo, José Carlos. Organização e gestão da escola: Teoria e Prática. 6° Ed. São Paulo: Heccus Editora, 2013

Fundação Santilana. Projeto Político-pedagógico: orientações para o gestor escolar. Comunidade Educativa CEDAC.- São Paulo: Moderna, 2016

LIMEIRA (SP). Secretaria Municipal de Educação. Resolução SNE nº 11, de 22 de dezembro de 2016. Dispõe sobre o Currículo da rede municipal de educação de Limeira. SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 10° ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008

LDB. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96. Brasília, 1996 Resolução nº 07/2014 - SME. Regulamenta os procedimentos que dispõe sobre o atendimento Educacional Especializado às crianças e adolescentes e adultos com necessidades educacionais especiais, matriculados no Sistema Municipal de Ensino de Limeira.

Lei nº 7.146 de 15 de julho de 2025. Institui as Diretrizes Municipais de Educação Especial para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

## DESIGUALDADE, POBREZA

### ENFRENTAMENTO À PRECARIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR

Vantuir Trevisol - Prefeitura Municipal de Cascavel/PR  
vantuirtrevisol@hotmail.com

Clarice Regina Catelan Ferreira - UNIPAR  
clariceferreira@unipar.br

#### **Resumo:**

O minicurso propõe a discussão da pobreza e da desigualdade a partir do modo de produção capitalista e dos impactos do neoliberalismo na vida escolar. Estes elementos (pobreza e desigualdade) constituem-se como expressões da “Questão Social”, compreendidas não como dimensões individuais, mas como fatores vinculados a determinantes macroeconômicos, políticos e sociais, atravessados por classe, gênero, sexualidade, território e cor. Abordar-se-á a materialização da desigualdade e da pobreza no ambiente escolar, evidenciada pela infrequência e evasão, bem como pelas dificuldades no processo de aprendizagem, resultantes de múltiplos fatores. Serão apresentados excertos de entrevistas com alunos e professores, que revelam percepções divergentes sobre a pobreza e seus efeitos nas práticas escolares. Por fim, serão discutidos fundamentos da Psicologia e do Serviço Social para compreender a escolarização em sua relação com o desenvolvimento econômico e social, destacando a necessidade de uma atuação profissional crítica, consistente em fundamentos e comprometida com a classe trabalhadora. O objetivo é debater os impactos da desigualdade e da pobreza no ambiente escolar, problematizando políticas e práticas que precarizam a vida escolar, e construir possibilidades de enfrentamento a partir do fortalecimento de processos democráticos e participativos entre comunidade escolar, estudantes, docentes e demais profissionais da educação. A metodologia/avaliação será a exposição dialogada, com uso de recursos audiovisuais e apresentação de dados empíricos. A avaliação ocorrerá coletivamente, de forma oral, ao final do minicurso.

**Palavras-chave:** Pobreza; Desigualdade; Escolarização; Psicologia Histórico-Cultural; Neoliberalismo.

**TEXTOS  
COMPLETOS**

# NEOLIBERALISMO EM SALA DE AULA

## O DISCURSO EMPREENDEDOR NA EDUCAÇÃO

Anna Julia Pontes dos Santos - UNICENTRO  
annajpsantos14@gmail.com

Diogo Pereira Ribeiro - UNICENTRO  
diogo191104@gmail.com

Marcela Pereira Rosa - UNICENTRO  
Mprosa@Unicentro.Br

Rafaela Glinsky - UNICENTRO  
rafaelaglinski05@gmail.com

### INTRODUÇÃO

O empreendedorismo, amparado por lógicas meritocráticas e fortemente associado ao imaginário de inovação e sucesso financeiro, vem se tornando temática de grande destaque nos mais diversos âmbitos sociais. Essa narrativa tem invadido até mesmo os espaços educacionais, sendo uma presença constante no cotidiano escolar de crianças, adolescentes e jovens, influenciando a forma como veem o futuro, suas concepções de trabalho e sua formação educacional.

Não apenas como um fenômeno espontâneo, a difusão do discurso empreendedor, especialmente na área da educação, é planejada, cumprindo objetivos políticos muito bem direcionados nos cenários nacional e global. O modo de produção/formulação da educação está diretamente relacionado com a formação subjetiva de como uma sociedade se formula e como suas relações, disputas, cultura, etc. serão pautadas.

Dessa forma, esse trabalho tem por objetivo analisar criticamente como o discurso empreendedor e profissionalizante, frequentemente apresentado como uma promessa de enriquecimento fácil, atua como ferramenta de manutenção do capitalismo neoliberal ao contribuir para a neutralização do caráter crítico da educação, restringindo seu alcance como direito universal e limitando sua função como agente de transformação social. A análise será respaldada por teorias de autores da área da psicologia e educação e seus temas, sendo efetuada por meio de notícias e documentos oficiais selecionados pelos autores, como leis, diretrizes e reportagens, entendendo que tais documentos não são neutros, mas produzidos com intencionalidade e amparados por uma ideologia.

Compreendemos que é de vital importância nos embasarmos em uma corrente teórico-metodológica que cumpre satisfatoriamente suas proposições e dá conta de ser aplicada na realidade, principalmente no que tange a educação. Assim, para este trabalho, foram buscados conceitos da Pedagogia Histórico-Crítica e Psicologia Histórico-Cultural, por apresentarem uma leitura bem posicionada dentro do campo escolar, essencial para a discussão aqui levantada. Também foram realizados diálogos com a literatura já produzida a respeito dos impactos do discurso empreendedor, juntamente com as notícias e documentos selecionados referentes à sua inserção nas escolas sob a luz da teoria Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural como pontos de vista para análise.

## EMPREENDEDORISMO E A EDUCAÇÃO

Segundo autoras da área do empreendedorismo: "O empreendedorismo é algo importante para a economia, pois consegue buscar novas oportunidades no mercado de trabalho, ajuda a desenvolver novas tecnologias e a criar produtos e serviços que agregam valores para a economia do país." (Silva; Araújo, 2022). Quando muito, o empreendedorismo é trazido como um bem maior que melhora a economia, sendo apresentado também como um investimento que desenvolve o país e, por consequência, resolve problemas sociais.

Outros estudos trazem a educação empreendedora como mecanismo de produção de sujeitos capacitados para o fortalecimento de empresas, como fator de inclusão social (Souza; Pereira; Mangiapani; Mendonça, 2018) e, até mesmo, "como uma ferramenta para o sucesso na Educação" (Gama, 2020, p. 116). Explicita-se, assim, o caráter salvador atribuído a inserção da referida temática no contexto escolar, entendendo-a como solução para diversas mazelas sociais.

Para analisar o fenômeno do empreendedorismo na educação básica e seus significados, é preciso se ter em mente a maneira como a educação é compreendida na perspectiva histórico-cultural, pois, sendo a base teórica desta discussão, ela conceitua suas facetas com a criticidade necessária para compreendê-las plenamente. Para Saviani (2012), ela tem como objetivo central produzir nos indivíduos a humanidade até então construída coletiva e historicamente através do acesso ao capital cultural já elaborado pela raça humana, ou seja, tornar o indivíduo um sujeito de plenas capacidades, autonomias e saberes críticos por meio dos processos educacionais por ele descritos ao longo de sua obra.

Neste panorama, o método histórico-crítico de ensinamento se dá de forma diferente dos modelos de educação tradicional (centrado na figura do professor) e moderna (centrado na figura do estudante). Nele, o ponto chave do processo é a prática social, a qual origina e termina a aprendizagem, que une o conhecimento teórico do professor como figura organizadora com os desejos dos estudantes e a problematização concreta da realidade, superando diferentes aspectos de pedagogias precedentes e adicionando a fundamentação teórica do materialismo dialético de Marx.

O discurso empreendedor, de maneira geral, vai de encontro com tais pressupostos da teoria histórico-crítica, principalmente quando aplicado em contexto escolar como matéria a ser estudada ou de formas mais sutis, como na intenção de "preparar os jovens para o mercado de trabalho" quando estão próximos de se formarem. Oportunidades de inserção de empreendedorismo nas escolas se alastram por todo o país de diferentes formas. Por exemplo, apenas no anos de 2024 e 2025, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/PR) assinaram um protocolo de intenções de incentivo à cultura empreendedora em escolas através de atividades e eventos (Paraná, Governo do Estado, 2025); Minas Gerais foi referência no incentivo empreendedor, com mais de 65 mil educadores instruídos e mais de 627 mil estudantes impactados por programas recentes em mais de 800 municípios do estado (Sousa, 2025) e, em Goiás, o governo estadual tem implementado as chamadas Escolas do Futuro de Goiás (EFGs), que oferecem cursos gratuitos para a formação de novos negócios em cinco cidades diferentes (Goiás, Governo do Estado, 2025), para citar alguns casos. É interessante notar como o Estado se dispõe como figura de maior iniciativa para que isso ocorra em quase todos os casos, financiando organizações e promovendo eventos.

Esses números são expressivos e evidenciam que, para o Estado atual, é mais vantajoso política e economicamente investir na proliferação de uma educação que responsabiliza seu povo, de maneira geral, por tudo em sua existência material e individualiza processos políticos e comunitários, subvertendo o fundamento de que o Estado tem deveres para com seus cidadãos e que os mesmos devem lutar para que seus direitos sejam garantidos.

A lógica empreendedora fomenta a ilusão de que qualquer indivíduo em qualquer contexto possui condições para manter sua qualidade de vida minimamente digna apenas por meio de esforço ao, através de iniciativas como as Escolas do Futuro de Goiás ou mesmo palestras ministradas por *coaches*, induzir o indivíduo, em sua maioria jovem, a pensar que está capacitado para abrir seu próprio negócio, administrá-lo por conta própria e mantê-lo com seu próprio recurso (financeiro e trabalhístico) e, no eventual caso de chegar a falência, seja por consequência de crises, falta de auxílio, ou gestão não instruída, se culpar por todo o fracasso. Como consequência, isso também produz outro efeito mefistofélico que faz com que a classe trabalhadora, crente em tal discurso, se exaura de longas jornadas de trabalho por alimentar a expectativa de que única e exclusivamente com esforço suficiente, um dia acumulará uma grande riqueza/será promovida no emprego/manterá por conta própria uma microempresa.

## ESVAZIAMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO

Um fenômeno recente demonstra como o discurso empreendedor dentro e fora das instituições de ensino tem sido recebido por alunos: o surgimento de crianças empreendedoras. Utilizando-se das redes sociais para compartilhar suas ideias e rotinas, crianças e adolescentes que se intitulam empreendedores apresentam discursos meritocráticos e atribuem pouco valor à formação educacional, caracterizando-a como desnecessária e desperdício de tempo. Embora a naturalização e romantização do trabalho infantil mascaradas pela lógica empreendedora não seja uma novidade, porém, agora o desmerecimento da educação e até o incentivo a evasão escolar são presenças constantes nos discursos das próprias crianças e adolescentes.

Em uma matéria jornalística, Marques (2025) evidência a forma como influenciadores digitais mirins têm incorporado essa lógica, propagando-a para seus seguidores (que são, em sua maioria, outras crianças) inspirados em uma cultura *coach* baseada em disciplina e meritocracia. O desprezo pelo ensino, tanto superior quanto básico, pode ser vislumbrado pelo próprio título da matéria, retirado da fala de um desses influenciadores: "O ENEM não vai te deixar rico", mas é ainda mais evidenciada através do seguinte trecho:

Em um de seus vídeos, o influenciador disse ter abandonado a escola aos 15 anos. "Eu larguei porque não me identificava mais com o ensino." Segundo ele, não fazia sentido frequentar um ambiente com crianças que "almejavam fazer metade do dinheiro que eu estava fazendo". No fim da gravação, recomendou aos seguidores que não trilhassem o mesmo caminho. Mas o recado era claro: empreender dá muito mais frutos do que estudar. (Marques, 2025, online)

A partir disso, fica explícito a forma como a educação é colocada como desimportante pela suposta falta de retorno financeiro a curto prazo, sendo o empreendimento o caminho certo para aqueles que almejam sucesso.

A Psicologia Histórico-Cultural parte de pressupostos importantes para a análise

desses fenômenos. Segundo Meira, "é o processo de apropriação da experiência acumulada pelo gênero humano no decurso da história social, que permite a aquisição das qualidades, capacidades e características humanas e a criação contínua de novas aptidões e funções psíquicas" (2007, p. 45). Assim, os aspectos que compõem os processos de humanização são fundamentados nas relações sociais, culturais e humanas, os sujeitos necessitam de conexões interdependentes para que tenham suas necessidades atendidas. Tais concepções contrapõem o discurso individualista neoliberal, que se baseia na autossuficiência, esforço individual e competitividade.

Partindo dessa abordagem, também é possível compreender os perigos que discursos como esse carregam, tendo em vista o papel fundamental que a educação possui no desenvolvimento humano. Meira (2007) disserta sobre como a aprendizagem é necessária para que o desenvolvimento ocorra, sendo a educação, por meio da apropriação do conhecimento e capital cultural produzido pela humanidade, um importante mecanismo para os processos de humanização e desenvolvimento de pensamento crítico dos sujeitos. Dessa forma, o acesso a uma educação de qualidade é essencial para o desenvolvimento humano e a restrição a esse acesso possui forte impacto no desenvolvimento e reestruturação das funções psicológicas de maneira ampliada. Narrativas como as citadas acima buscam enquadrar a educação e as instituições de ensino em lógicas utilitárias e mercadológicas, ocultando os papéis sociais fundamentais que desempenham.

Tais problemáticas agora são acentuadas pela Lei nº 13.415/2017, conhecida como Reforma do Ensino Médio, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), modificando a forma que o Ensino Médio se estrutura no Brasil. Embora a lei tenha sido parcialmente revogada e alguns aspectos da reforma modificados, em decorrência das dificuldades na implementação e críticas que sofria desde sua elaboração, os fundamentos neoliberais de empreendedorismo e individualização ainda são fortemente presentes na formulação da reforma. A própria LDB estabelece como uma das funções do ensino médio:

proporcionar uma cultura favorável ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores que promovam o empreendedorismo (criatividade, inovação, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, colaboração, visão de futuro, assunção de riscos, resiliência e curiosidade científica, entre outros), entendido como competência essencial ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade. (Brasil, [s.d.], online)

Isto posto, quando apresenta-se o empreendedorismo como essencial para a inclusão social e a empregabilidade, é perceptível como o discurso empreendedor é estabelecido como uma solução para problemas como desigualdades e desemprego, sendo sua aplicação aos alunos da educação básica uma necessidade.

O enfoque dado ao empreendedorismo na Reforma do Ensino Médio também pode ser observado através dos Itinerários Formativos, que são uma estratégia para a flexibilização para a organização curricular, criados com a premissa de ofertar maior poder de escolha ao estudantes, para que possam focar seus estudos na área de conhecimento de seu interesse, sendo o empreendedorismo um dos quatro eixos em que se organizam. Apenas a tentativa de filtrar drasticamente conteúdos a partir dos interesses do estudante já é problemática, já que o conhecimento sistematizado pode não ser de interesse do aluno de imediato, mas este está situado em uma sociedade que exige a apropriação desse conhecimento (Meira, 2007). Assim, é direito do aluno o acesso a esse conteúdo e dever da escola proporcioná-lo, tarefa essa que é dificultada pela Reforma do Ensino Médio.

Para além disso, segundo Castro, Gawryszewski e Dias (2022), a adoção dessa temática como eixo estruturante dos Itinerários Formativos implica na efetivação do empreendedorismo como presença constante, com o objetivo de adentrar o imaginário de uma juventude em desalento, uma forma de conformar a classe trabalhadora com as lógicas de precarização, culpabilização dos sujeitos e individualização desde a formação escolar. Dessa forma, fica evidente o uso do discurso empreendedor como mecanismo para a normalização e manutenção da superexploração da classe trabalhadora.

## **TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA**

A Teoria Marxista da Dependência (TMD), conforme resgatada por Marcelo Dias Carcanholo, oferece uma chave analítica para compreender as formas atuais de reprodução das desigualdades sociais e econômicas, especialmente nas economias historicamente subordinadas à lógica do capitalismo global. Apesar de ter sido originalmente formulada nos anos 1960 para interpretar as relações de exploração entre centro e periferia no sistema mundial, suas categorias, como dependência estrutural, superexploração da força de trabalho e transferência de valor mantêm-se pertinentes diante das expressões contemporâneas da ideologia neoliberal, como no discurso empreendedor.

Essa teoria propõe que o subdesenvolvimento não é um estágio transitório rumo ao desenvolvimento, mas sim uma condição estrutural e funcional à lógica do capitalismo mundial. O centro e a periferia, neste modelo, constituem pólos contraditórios de uma mesma totalidade, sendo que a expansão do centro capitalista pressupõe a reprodução subordinada das economias periféricas. Uma das formas específicas dessa dependência é a superexploração da força de trabalho, que se torna o mecanismo necessário para compensar a transferência estrutural de mais-valia para os países centrais. Como aponta Carcanholo (2013), a superexploração, nesses termos, não é uma falha moral ou um desvio, mas uma forma estrutural da exploração capitalista nas economias dependentes. Ela ocorre principalmente por meio de salários abaixo do valor da força de trabalho, jornadas extensas e intensificação do ritmo de trabalho.

A análise de Carcanholo dialoga com o artigo realizado por Schwartzman e Moura Castro (2013), que demonstra como o sistema educacional brasileiro se acomoda a um padrão de baixa qualificação de mão de obra e baixa produtividade. A formação técnica e profissional, continua precária no Ensino Médio, que por sua vez não prepara adequadamente os jovens nem para o trabalho, nem para o ensino superior. O resultado é um mercado de trabalho segmentado, em que a maior parte dos postos formais de emprego são ocupados por trabalhadores com baixa ou nenhuma qualificação técnica, o que reforça a teoria marxista da dependência, sobre a função estrutural da superexploração nas economias dependentes.

Nesse cenário, o discurso empreendedor funciona como um dispositivo ideológico, mascarando a precariedade com a promessa de autonomia e sucesso individual. Ao invés de combater a transferência de valor e a desigualdade estrutural, o empreendedorismo funciona como um mecanismo de subjetivação compatível com o capitalismo dependente, pois promove a autoexploração e desloca para o indivíduo a responsabilidade por sua condição socioeconômica.

Esse discurso, amplamente disseminado pela mídia, por políticas públicas e pelo próprio sistema educacional, reforça a lógica de que "quem quer, consegue", desconsiderando completamente as barreiras materiais e estruturais que se impõem à maioria da

população. Como apontam Costa, Barros e Martins (2012), o empreendedorismo é representado como a chave para o desenvolvimento econômico e social, sendo o indivíduo “empreendedor” retratado como um herói meritocrático capaz de superar as adversidades por esforço próprio. O que esse discurso silencia, no entanto, são as desigualdades no acesso ao capital, ao crédito, à formação técnica e às redes de apoio, condições indispensáveis para qualquer empreendimento bem-sucedido.

A articulação entre a Teoria Marxista da Dependência e a crítica à pedagogia empreendedora revela que o modelo de dependência se sustenta não apenas por mecanismos econômicos e geopolíticos, mas também por estratégias de formação e subjetivação. No contexto do capitalismo neoliberal, essa lógica se expressa tanto na precarização material, marcada por salários baixos e informalidade, quanto na produção de subjetividades que responsabilizam o indivíduo por sua exclusão social, inviabilizando a percepção das determinações estruturais que a produzem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a exposição aqui realizada, entende-se que o discurso empreendedor opera na sociedade - neste recorte, através do ensino - como uma ferramenta de manutenção do modo de produção neoliberal instaurado nos campos políticos, sociais, econômicos e educacionais, tendo efeitos tanto no Brasil quanto no restante do planeta. Ao ensinar os sujeitos, desde a tenra idade, que para se obter sucesso profissional e pessoal é necessário iniciativa individual, trabalho excessivo e alienação cultural, arquitetase uma base sólida de uma classe trabalhadora que venderá, como princípio de cidadania, sua força a baixíssimo custo e jamais analisará de forma crítica sua realidade material, uma condenação ao eterno papel de colônia com relação à sua metrópole e degradação da qualidade de vida de sua população.

Como destaca o próprio Conselho Federal de Psicologia (CFP) nas Referências técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica, “à Psicologia Escolar e Educacional almejamos um projeto educacional que vise a coletivizar práticas de formação e de qualidade para todos; que lute pela valorização do trabalho do professor e constitua relações escolares democráticas” (2013, p.26). Essa perspectiva rompe com a lógica individualizante promovida pelo discurso empreendedor, que atribui ao sujeito a responsabilidade exclusiva por seu sucesso ou fracasso, esvazia o papel transformador da escola e descarta a figura docente de seu lugar no processo educacional.

Tendo isso em mente, a Psicologia Histórico-Cultural pode ser considerada uma potente ferramenta teórico-prática no combate às práticas neoliberais em contexto escolar. Segundo Meira: “A apreensão adequada dos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural nos remete a necessidade de um posicionamento crítico da Psicologia da Educação” (2007, p. 56), sendo assim, evitando abordagens faltantes em reflexões sociais, culturais e históricas que mitigam a cidadania dos sujeitos, quase como uma antítese das propostas atualmente para a educação.

Essa abordagem tem como uma das bases a noção de que a humanidade é produzida nas pessoas através da sua aquisição e apropriação da cultura historicamente produzida e acumulada. No caso das crianças, esse processo se dá através da escola que conta com uma educação de qualidade (Meira, 2007). Faz-se imprescindível ter essa noção de processo educacional para formar cidadãos e seres humanos, de maneira geral, capazes

de defender seus direitos, pensar sua realidade de novas maneiras e verdadeiramente emancipar-se em sua plena autonomia.

Da mesma forma, a Pedagogia Histórico-Crítica também revela-se enquanto dispositivo de enfrentamento e resistência a essas lógicas, buscando uma inserção crítica e deliberada dos alunos na realidade social, como explicitado anteriormente. Assim como evidência Saviani: "concluí que o papel da escola não é mostrar a face visível da lua, isto é, reiterar o cotidiano, mas mostrar a face oculta, ou seja, revelar os aspectos essenciais das relações sociais que se ocultam sob os fenômenos que se mostram à nossa percepção imediata" (2022, p. 2). Trata-se de munir os sujeitos em formação de recursos e capacidades para interpretar o mundo e compreender a essência dos fenômenos que lhe ocorrerão durante a vida, fundando autonomia para alterá-los em prol do bem-estar social e da qualidade de vida de seus pares.

Assim, se faz necessário salientar o papel ativo que a Psicologia Escolar deve ter diante de tais estratégias capitalistas neoliberais. Segundo o próprio CFP (2013), é papel da(o) psicóloga(o) compreender as dimensões éticas e políticas que fazem parte e regulam o ambiente escolar, bem como atuar na construção de projetos políticos-pedagógicos baseados na emancipação e participação de toda a comunidade escolar, além de engajar na luta por políticas públicas que garantam um ensino de qualidade e amplo acesso.

É atribuição da educação ser, ao contrário do que vem se propondo nos projetos empreendedores, uma ferramenta de transformação do meio social que humaniza os jovens sujeitos e os prepara para serem indivíduos autônomos, capazes de pensar criticamente e de lutar coletivamente por condições de vida dignas, e é dever da Psicologia Escolar batalhar pela garantia dessa educação como potência transformadora da realidade.

## REFERÊNCIAS

ALVES, A.; KLAUS, V.; LOUREIRO, C. B. *Do sonho à realização: pedagogia empreendedora, empresariamento da educação e racionalidade neoliberal*. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, e226115, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147226115>. Acesso em: 25 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – Educação é a Base: Ensino Médio. Brasília: MEC, [s.d]. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#medio>. Acesso em: 24 jun. 2025.

CARCANHOLO, M. D. *O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência*. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 191–205, jan./abr. 2013. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para Atuação de Psicólogos(os) na Educação Básica**. Brasília, 2013, p.23-59.

COSTA, A. M.; BARROS, D. F.; MARTINS, P. E. Matos. *A alavanca que move o mundo: o discurso da mídia de negócios sobre o capitalismo empreendedor*. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 357–375, jun. 2012.

DE SOUSA, M. S. ESTÍMULO AO EMPREENDEDORISMO NAS ESCOLAS MINEIRAS. O Tempo. 28 de abr. de 2025. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/opiniaio/2025/4/28/estimulo-ao-empendedorismo-nas-escolas-mineiras>. Acesso em 22 de junho de 2025.

EDUCAÇÃO E SEBRAE-PR ASSINAM ACORDO PARA IMPULSIONAR EMPREENDEDORISMO NAS ESCOLAS. Paraná Governo do Estado. 14 de fev. de 2025. Disponível em <https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Educacao-e-Sebrae-PR-assinam-acordo-para-impulsionar-empendedorismo-nas-escolas>. Acesso em 22 de junho de 2025.

ESCOLAS DO FUTURO IMPULSIONAM EMPREENDEDORISMO INOVADOR EM GOIÁS. Governo de Goiás. 7 de abr. de 2025. Disponível em: <https://goias.gov.br/inovacao/escolas-do-futuro-impulsionam-empendedorismo-inovador-em-goias/> Acesso em: 23 de junho de 2025.

GAMA, A. H. S. PEDAGOGIA EMPREENDEDORA: UMA FERRAMENTA PARA O SUCESSO DA EDUCAÇÃO. In: CAMARGO JÚNIOR, I. D.; VILA, I. L. F. (org.). **Educação Empreendedora: uma resposta aos desafios do século XXI**. São Paulo: Mentis Abertas, 2020. E-book. p. 115-130.

MARQUES, D. "O ENEM não vai te deixar rico". **piauí**. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/enem-influenciadores-coach-criancas/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

MEIRA, M.E.M. Psicologia Histórico-Cultural: fundamentos, pressupostos e articulações com a Psicologia da Educação. In: MEIRA, M.E.M.; FACCI, M.G.D. **Psicologia Histórico-Cultural: contribuições para o encontro entre a subjetividade e a educação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p.27-61.

SAVIANI, D. Origens e desenvolvimento da Pedagogia Histórico-Crítica. In: MARSIGLIA, A.C. (Org.) **Pedagogia Histórico-Crítica: 30 anos**. Campinas: Autores Associados, 2022.

SCHWARTZMAN, S.; CASTRO, C. M. *Ensino, formação profissional e a questão da mão de obra*. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 563–624, 2013.

SILVA, A. C. C., ARAÚJO, A. C. C. A importância da educação financeira nas escolas para formação de futuros empreendedores. In: VII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU) 7., 2021, Online. (Anais) 2022. p. 1-12.

SOUZA, J. R. *et al.* O empreendedorismo: A importância da educação empreendedora nas escolas. Revista de Ciências e Tecnologia de Birigui. Birigui, v. 1, n. 2, p. 281-300, jan./dez. 2018. Disponível em: [https://www.fateb.br/fateb.cientifica/downloads/2a\\_edicao/artigos/018.pdf](https://www.fateb.br/fateb.cientifica/downloads/2a_edicao/artigos/018.pdf). Acesso em: 22 jun. 2025.

# INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA

## PSICOLOGIA ESCOLAR NA NÃO PERPETUAÇÃO DE VIOLÊNCIAS.

Alice C. S. Carvalho - UEL  
alice.carvalho@uel.br

Jaqueline Kauane Grecco - UEL  
jaqueline.kauane@uel.br

Rafael Guillard Armelin - UEL  
rafaelarmelin@uel.br

**Resumo:** Este estudo aborda a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), destacando a importância da formação crítica e continuada dos professores de apoio e o papel fundamental do psicólogo escolar no contexto da educação inclusiva. Apesar dos avanços legislativos, como a Lei nº 12.764/2012 e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a efetivação da inclusão de alunos com TEA ainda enfrenta desafios consideráveis na realidade escolar. Este estudo, de natureza qualitativa e exploratória, foi conduzido por meio de uma revisão bibliográfica sistemática da literatura, com o objetivo de analisar a produção científica sobre a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil. A pesquisa focou na análise documental de legislações e normativas recentes, como as Leis nº 12.764/2012, nº 13.146/2015 e nº 13.935/2019, além de publicações científicas em bases de dados como SciELO e PePSIC. O levantamento de dados buscou identificar as principais barreiras e desafios enfrentados na efetivação da educação inclusiva e, simultaneamente, evidenciar o papel da psicologia escolar nesse processo. Os resultados deste estudo indicam que a insuficiência na formação de profissionais de apoio e a ausência de normativas específicas fragilizam o suporte, contribuindo para a perpetuação de violências e exclusão. A discussão deste trabalho, em consonância com a Lei nº 13.935/2019, argumenta que a presença de profissionais de psicologia e serviço social é crucial para superar essas barreiras. Conclui-se que a verdadeira inclusão de alunos com TEA depende do fortalecimento de políticas públicas de formação continuada e da promoção de uma cultura escolar que valorize a diversidade. A atuação do psicólogo no ambiente educativo é essencial para apoiar o trabalho pedagógico e atuar em questões como evasão e desigualdades, garantindo o desenvolvimento integral dos estudantes.

**Palavras-chave:** educação inclusiva; TEA; formação continuada; Psicologia Escolar

## INTRODUÇÃO

Atualmente, é crescente o número de notícias disseminadas e notificações de violência – em suas diversas formas – contra portadores de TEA (Transtorno do Espectro Autista). De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no Atlas da Violência de 2023, que analisou a incidência de agressões contra pessoas com deficiência, destaca-se a presença de violências de caráter institucional, como aquelas ocorridas em ambientes escolares. Se, antes, havia colégios especiais para usuários com o espectro do autismo e demais deficiências – favorecendo sua segregação – hoje, com as leis de inclusão, parece não existir ainda uma efetivação plena deste direito no ensino regular. Apesar de

reconhecer os avanços significativos na educação inclusiva, há a necessidade da discussão e problematização sobre a estrutura que recebe a diversidade que nela chega. Para haver qualidade e asseguarção de um direito que é de todos, é preciso conter os recursos que favoreçam ao aluno o aprendizado e o convívio social (BENITEZ; DOMENICONI, 2018).

Nesse sentido, a obrigatoriedade de professores auxiliares para alunos com TEA apresenta um desses avanços na educação inclusiva, conforme dispõe o Art. 3º da lei nº 12.764/2012, na qual institui a política nacional da proteção dos direitos da pessoa com Transtorno Do Espectro Autista (BRASIL, 2012). Porém, o questionamento recai sobre como essa lei é, de fato, efetivada com qualidade. A partir de um levantamento de estudos já realizados com professores e auxiliares da rede de ensino, a falta de formação continuada e de recursos pedagógicos coloca em xeque a estrutura curricular "Isso porque, se o currículo é um território de construção de identidades, então, cabe à escola buscar a construção da identidade inclusiva, a qual objetiva acolher, atender e trabalhar com todos os alunos de forma equitativa" (BARBOSA; PERES; PRZYLEPA, 2020, p. 113).

O psicólogo(a) escolar, neste contexto, possibilita uma atuação que não se direciona exclusivamente ao aluno, mas a todo cerne constituinte da escola, buscando junto dos demais profissionais o cumprimento das políticas públicas (BARROCO; TADA, 2022). A partir de bases teóricas que trazem um olhar crítico para a instituição, é levado em conta não somente a condição dos alunos laudados, mas também o território em que se encontram, a disposição das famílias, os recursos disponíveis na escola e o preparo dos profissionais. Ou seja, é essencial para a concessão do acesso universal à alfabetização e socialização um trabalho multiprofissional que reconhece os múltiplos fatores que permitem o bom ensino e desenvolvimento. Como afirmam Barroco e Tada (2022, p. 58) "Por tal posicionamento, o profissional dessa área se destaca por reconhecer a transitoriedade ou a historicidade dos fenômenos aos quais é convocado a explicar e junto a eles intervir".

Percorrendo essa linha de pensamento, o presente trabalho tem como objetivo buscar, a partir de um levantamento bibliográfico, publicações recentes que tragam possíveis respostas para o seguinte questionamento: Como tem sido a realidade de efetivação da inclusão de alunos com TEA na educação regular?

Ainda, partimos do pressuposto de que as fragilidades do sistema educacional, somada a ausência de psicólogos(as) na rede e a falta de uma formação crítica e continuada aos professores auxiliares podem ser apenas alguns dos obstáculos frente à inclusão plena desses alunos. Espera-se que possamos, enquanto estudantes da área, percorrer pela luta junto das políticas públicas de inclusão na educação, buscando reconhecer os avanços e também os possíveis retrocessos sofridos.

## **METODOLOGIA**

Para que o panorama apresentado pudesse ser compreendido, o presente estudo foi conduzido por meio de uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa e exploratória, voltada à análise da produção científica acerca da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto educacional brasileiro.

O levantamento de dados foi realizado em bases de dados eletrônicas como SciELO e PePSIC, considerando publicações que abordam a temática da educação inclusiva e o papel do psicólogo escolar nesse processo. A busca contemplou artigos, dissertações e teses publicados em língua portuguesa, priorizando materiais a partir do ano de 2012, pe-

ríodo posterior à promulgação da Lei nº 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Além disso, foi realizada uma análise documental de legislações e normativas relacionadas à educação inclusiva e ao atendimento educacional especializado, como as Leis nº 12.764/2012, nº 13.146/2015 e nº 13.935/2019, bem como documentos complementares, a exemplo da Instrução Normativa nº 009/2023 (DEDUC/SEED). Essa análise teve como objetivo identificar as diretrizes legais que orientam a atuação de profissionais da educação e da psicologia escolar frente à inclusão de alunos com TEA.

A revisão da literatura, conforme apontam Fontenelles (2009) e Sousa et al. (2021), possibilita o aprofundamento do conhecimento existente sobre o tema, oferecendo embasamento teórico consistente e favorecendo a construção de novas reflexões. Assim, a seleção dos materiais considerou critérios de relevância, atualidade e pertinência ao objeto de estudo, buscando mapear e compreender as principais abordagens e desafios presentes nas práticas de inclusão escolar.

## **1 Sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA)**

Segundo o Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (DSM-V), o autismo integra o grupo de distúrbios do neurodesenvolvimento, caracterizando-se por manifestações precoces, geralmente observadas ainda na infância – antes mesmo do ingresso escolar. As características prevalentes do quadro envolvem prejuízos na comunicação social e na interação social, acarretando dificuldades em responder a interações e em estabelecer vínculos. Além disso, são comuns padrões de comportamento restritos e repetitivos, expressos por meio de movimentos motores estereotipados, fixação por objetos ou interesses específicos.

Esses aspectos, somados à dificuldade em lidar com mudanças e transições, impactam significativamente o funcionamento pessoal, social, acadêmico e profissional do indivíduo. A gravidade do transtorno varia de acordo com o nível de prejuízo observado nessas dimensões, razão pela qual o TEA é conceituado como um espectro: há uma ampla variedade de manifestações clínicas e diferentes níveis de suporte necessários – leve, moderado ou intenso – que devem ser considerados no diagnóstico e nas intervenções.

O DSM-5 também ressalta que, para além das dificuldades na reciprocidade sócio emocional e nos padrões de comportamento, o diagnóstico deve observar aspectos como déficits na comunicação não verbal e na capacidade de desenvolver, manter e compreender relacionamentos sociais. É importante destacar que o TEA pode coexistir com outras condições, como Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), transtornos ansiosos, epilepsia, transtornos do sono e deficiência intelectual, o que aumenta a complexidade do quadro clínico e exige abordagens integradas.

Outro aspecto frequentemente observado em crianças com TEA são os distúrbios no processamento sensorial, que se manifestam por hipersensibilidade ou hipossensibilidade a estímulos como sons, luzes, texturas e cheiros. Essas reações atípicas aos estímulos sensoriais podem interferir na participação da criança em atividades cotidianas e em seu processo de aprendizagem, sendo fundamentais de serem reconhecidas e manejadas adequadamente.

De acordo com Bosa (2006) crianças que apresentam prejuízos cognitivos graves podem ter menor probabilidade de desenvolver a linguagem e maior chance de apresentar

comportamentos de agressividade, como a auto-agressão. Assim, é essencial considerar as limitações estruturais do transtorno tanto no campo biológico quanto no social, especialmente ao se discutir a inclusão escolar no ensino regular. Como aponta Bosa (2006, p. 48), “os melhores preditores do funcionamento social geral e desempenho escolar são o nível cognitivo da criança, o grau de prejuízo na linguagem e o desenvolvimento de habilidades adaptativas, como as de autocuidado”. A escola deve ser preparada para acolher a diversidade de modos de funcionamento e oferecer suporte que proporcione equidade, incluindo formação docente, estratégias pedagógicas específicas e adaptação curricular.

Além do contexto escolar, o funcionamento familiar e o suporte social exercem papel fundamental no desenvolvimento da criança com TEA. Tais fatores são determinantes para a eficácia das intervenções e para a promoção da qualidade de vida.

## **2 Inclusão escolar como garantia de direitos**

Embora amplamente debatida nos últimos anos, conforme um aumento significativo nos diagnósticos de TEA – que, de acordo com um senso demográfico realizado em 2022, houve um número de 2,4 milhões de pessoas diagnosticadas, cerca de 1,2% da população brasileira (IBGE, 2025) – a pauta da inclusão sobre os direitos e o acesso escolar às pessoas com deficiência já estava prevista na legislação brasileira, como demonstram os marcos dispostos na Constituição Federal.

Esse movimento rumo à educação inclusiva começou em 1990, ano em que foi promulgada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. O documento reforça princípios estabelecidos anteriormente, como os da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que afirma ser a educação um direito de toda pessoa (UNESCO, 1990). A iniciativa surge em resposta a uma realidade que mostrava dados distantes da declaração até então apontada – um grande número de crianças ainda sem acesso ao ensino primário e adultos ainda analfabetos. Diante disso, a Declaração de Jomtien (UNESCO, 1990) destaca a importância de garantir o acesso universal à educação com equidade, isto é, proporcionar oportunidades para que cada um alcance o padrão de aprendizagem – superando os obstáculos que o impedem.

Alguns anos depois, em 1994, foi publicada a Declaração de Salamanca, que trata dos princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais (BRASIL, 1994). Nela, reafirma-se o compromisso com uma educação voltada à diversidade, reconhecendo que cada criança possui características, interesses, capacidades e necessidades próprias. Dessa forma, torna-se essencial que os sistemas educacionais se ajustem para atender às singularidades de todos os alunos.

Em 1996, esse compromisso ganha força normativa com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394), que formaliza os princípios educacionais brasileiros. Já em seu artigo 3º, inciso I, a LDB estabelece como princípio fundamental a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996), alinhando-se às diretrizes internacionais anteriormente discutidas.

Avançando no tempo, em 2008, é ratificada a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, marco legal que reforça “a universalidade, a indivisibilidade, a interdependência e a inter-relação de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais”, destacando a necessidade de garantir que todas as pessoas com deficiência possam exercê-los plenamente e sem discriminação (BRASIL, 2008). A convenção introduz um

conceito mais amplo de deficiência, compreendendo-a como o resultado da interação entre as limitações individuais e as barreiras impostas pelo meio social.

Aproximando-se da temática do Transtorno do Espectro Autista, em 2012 é instituída a Lei nº 12.764, que dispõe sobre a proteção dos direitos da pessoa com TEA. É esse marco legal que estabelece, de forma específica, a obrigatoriedade da inclusão de alunos com autismo no ensino regular, bem como os meios necessários para que essa inserção ocorra de maneira efetiva.

Assim, ainda que a Lei nº 12.764 tenha sido implementada apenas em 2012, ela é fruto de um longo processo histórico e normativo que abriu caminhos para a educação inclusiva no país. Contudo, apesar do avanço legal e das diretrizes internacionais, os dados e relatos atuais evidenciam que os desafios persistem. A efetivação plena da inclusão escolar ainda encontra barreiras concretas, revelando que essa luta, longe de estar concluída, continua em curso.

Destaca-se também a Lei nº 13.935/2019 que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Esta lei determina que as redes públicas de educação básica devem contar com profissionais de psicologia e serviço social em suas equipes multiprofissionais. Dessa forma, com suporte/apoio da psicologia escolar no contexto educativo é possível atender às demandas educacionais, apoiar o trabalho pedagógico e a melhoria do ambiente escolar, atuando em questões como evasão, desigualdades e dificuldades de aprendizagem, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes.

### **3 A realidade da formação de professores**

Seguindo a caracterização estabelecida pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná (2008), o professor de apoio é definido como profissional de apoio especializado que atua no contexto da sala de aula para atendimento aos alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) sendo estes com Autismo, Síndrome do Espectro do Autismo e Psicose Infantil. Entretanto, até o ano de 2016 as instruções normativas que tratam sobre a solicitação de professores de apoio em sala de aula para atuar com alunos TGD teve sua alteração na nomenclatura para Professor de Apoio Educacional Especializado sendo este um profissional habilitado para atender alunos com diagnósticos TEA – excluindo os outros transtornos incluídos na TGD.

Um profissional com habilitação comprovada para atuar nas instituições de ensino da Educação Básica e na Educação de Jovens e Adultos, da Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná, para atender os estudantes com diagnóstico médico de Transtorno do Espectro Autista, com comprovada necessidade relacionada à sua condição de funcionalidade para a escolarização e não relacionada à condição de deficiência, sendo agente de mediação do aprendizado e escolarização. (PARANÁ, 2016)

Ainda sobre as atribuições do professor de apoio educacional especializado referentes à Instrução Normativa 001/2016 – SEED/SUED, é exigido que a formação deste profissional esteja atribuída ao aperfeiçoamento em áreas relacionadas a educação especial, no documento é exigida a pós-graduação nessas áreas, portanto estima-se que o profissional tenha graduação em áreas correlatas a educação:

[...] Para atuar como Professor de Apoio Educacional Especializado (PAEE), o professor deverá ter:

[...]

- b. especialização em cursos de pós-graduação em Educação Especial, Licenciatura Plena ou Ensino Médio com habilitação em Magistério e Estudos Adicionais na área da deficiência mental;
- c. formação em cursos de licenciatura em Educação Especial, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- d. complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da Educação Especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas do conhecimento, para atuação na Educação Básica.

Destaca-se a relevância da presença de um profissional capacitado, pois a atuação docente exige uma busca contínua por conhecimento, além do estabelecimento de relações profissionais no ambiente escolar, com o objetivo de construir coletivamente estratégias de escolarização que favoreçam tanto o desenvolvimento acadêmico quanto a formação social dos alunos. Mantoan (2003) já identificava que a educação inclusiva não segue os paradigmas tradicionais de educação e portanto requer uma configuração diferente das orientações de profissionalização, visto que além da formação contínua é necessário a implicação nos modelos de formação que os profissionais se apropriam para atuar, pois ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente de ensino, em todos os seus níveis (p. 43).

Contudo, ao analisarmos a última Instrução Normativa e vigente de N.º 009/2023 relacionada ao apoio educacional para estudantes com Transtorno do Espectro Autista, há a inserção do Profissional de Apoio Escolar que segundo a Lei Brasileira de Inclusão (LBI – Brasil, 2015) possui função de suporte em atividades de cuidados básicos como locomoção higiene e alimentação. Cabe ressaltar que não há atribuições pedagógicas a esse profissional, de modo que questiona-se então quais exigências são necessárias para a atuação, visto que no próprio documento da LBI a regulamentação das funções do Profissionais de Apoio Escolar são vagas e na Instrução Normativa o único requisito para atuação é o ensino médio completo. Entende-se também a possível confusão para leigos de que o profissional de apoio escolar seria o mesmo que o professor de apoio educacional especializado, uma vez que não há nenhuma nova instrução desde 2016 sobre possíveis atuações do professor. Além disso, diante da ausência de especificações claras quanto às atribuições e formações exigidas, interpreta-se que as redes públicas de ensino tendem a optar por alternativas mais econômicas de contratação, como observa Mendes (2017), a busca por excelência na educação, aliada à contenção de gastos, dificulta a efetivação da inclusão, pois os custos adicionais necessários para atender adequadamente os alunos da Educação Especial impactam o financiamento das políticas educacionais. (p.82)

Nessas circunstâncias, os governos costumam oferecer apenas cursos básicos aos profissionais e consideram que, com isso, já cumprem a exigência de formação especializada, o que acaba resultando na retirada dos professores realmente especializados das salas de aula regulares e possibilidade de inclusão efetiva. Portanto, insiste-se em um modelo de inclusão escolar que pouco prioriza a sala de aula comum e que, por consequência, negligencia o PAEE, tornando-se “novos excluídos de dentro do nosso sistema escolar” (Bezerra, 2017, p. 494).

A mudança na nomenclatura de *professor* para *profissional* de apoio, sem que haja uma reformulação clara das atribuições e exigências de formação, representa mais do

que uma simples atualização terminológica – trata-se de um movimento que enfraquece a valorização do trabalho docente especializado. Essa indefinição abre brechas para interpretações ambíguas e para práticas institucionais que priorizam a contratação de profissionais com menor qualificação, sob critérios muitas vezes alheios às reais demandas pedagógicas da inclusão. A ausência de novas normativas específicas para o PAEE desde 2016 aprofunda ainda mais esse cenário de incerteza, contribuindo para a diluição do papel pedagógico no processo de escolarização dos alunos com TEA. Ao transformar o professor em um “profissional genérico”, descolado de sua função educativa, corre-se o risco de comprometer os fundamentos da inclusão, esvaziando seu sentido mais profundo e reduzindo-a a um mero gerenciamento de presença em sala de aula.

#### **4 O trabalho do psicólogo(a) escolar nesse contexto**

Trevizan e Pessoa (2018) destacam, nas Novas Diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que o Art. 2º, Inciso VII, prevê o “incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como pais e responsáveis” (Trevizan & Pessoa, 2018, p. 243). Contudo, a existência da norma não garante, por si só, práticas inclusivas reais. Sem políticas públicas, apoio contínuo e mudanças efetivas nas relações escolares, a inclusão corre o risco de permanecer como um discurso politicamente correto, mas vazio na prática. Nesse sentido, ao integrar o psicólogo escolar no cenário da educação inclusiva, é preciso compreender que a atuação deve ir além da superfície dos fenômenos e acontecimentos, exercitando o pensamento científico voltado para revelar o que não é evidente. Isso significa que a compreensão do contexto social e educacional é indispensável para a definição do objeto da psicologia escolar e dos caminhos teóricos-metodológicos que poderá seguir. (Barroso & Souza, 2012, p. 118)

Pela lente da psicologia histórico-cultural de Vygotsky, o desenvolvimento ocorre a partir de interações sociais mediadas, primeiro no plano social e depois no psicológico, sendo a linguagem o principal instrumento para a construção de conceitos (Pereira, 2016). Isso implica que a presença do aluno com autismo em sala de aula só será inclusiva se houver mediações intencionais e interações transformadoras. Caso contrário, o que se chama de “inclusão” pode não passar de uma integração passiva, sem garantir oportunidades reais de aprendizagem e desenvolvimento.

Cada período histórico pode ser compreendido a partir do tipo de educação, das formas de intervenção, do perfil de sujeito que se busca formar e dos valores que orientam a sociedade. Nesse contexto, o psicólogo, em sua prática profissional, deve compreender, de maneira ampla, a constituição do psiquismo humano e, de forma individual, as particularidades do sujeito com ou sem deficiência, reconhecendo que ambos se desenvolvem em estreita relação com o contexto sócio-histórico ao qual pertencem. E ainda para o psicólogo, é essencial um olhar atento para os processos de inclusão e aprendizagem das crianças, considerando que as interações sociais – especialmente com professores e colegas – e o contexto histórico constituem fatores determinantes para o desenvolvimento. Ao mesmo tempo, é indispensável que o professor conheça as singularidades de cada aluno, adotando práticas pedagógicas que favoreçam seu progresso. Nesse sentido, a inserção de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular é fundamental, desde que acompanhada por estratégias educacionais adequadas, capazes de

superar barreiras atitudinais e curriculares que possam comprometer o pleno desenvolvimento desses estudantes.

No que se refere à atuação do psicólogo escolar no contexto da educação, esses profissionais podem oferecer atendimento direto a professores, famílias, alunos, equipe pedagógica e direção, além de colaborar no planejamento e na coordenação de propostas pedagógicas e projetos educacionais. Nesse sentido, um exemplo de sua atuação é a promoção de formação continuada junto aos professores, visando capacitá-los a identificar as especificidades da criança com TEA, especialmente diante do aumento dos casos e da importância do diagnóstico. Assim, cabe ao psicólogo escolar favorecer a inclusão efetiva no ambiente educacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que as garantias de direitos aos indivíduos com TEA – tanto no plano escolar quanto em outros segmentos sociais – obteve consideráveis avanços desde a promulgação da Lei nº 12.764. Contudo, com o aumento de diagnósticos e discussões acerca de sua inserção no plano social – como direito indispensável – permanece o questionamento quanto à efetividade real das políticas públicas. No ensino regular, as pesquisas sobre educação inclusiva no estado do Paraná demonstraram que, no plano estatal, tem-se a presença obrigatória de auxiliares individuais para cada aluno com TEA, dividindo-os entre *professor de apoio* e *profissional de apoio escolar*. Essa diferenciação, entretanto, evidencia disparidades na formação exigida: enquanto o professor necessita de qualificação específica em educação especial, o profissional de apoio pode atuar apenas com ensino médio completo, sem preparo consistente. Tal cenário, somado à tendência das redes públicas em adotar alternativas mais econômicas de contratação, fragiliza a qualidade da inclusão e amplia o risco de perpetuação de violências institucionais.

Considerando as singularidades do espectro autista, é imprescindível que todos os profissionais envolvidos assumam uma postura crítica, pautada em estratégias pedagógicas que promovam, de fato, o desenvolvimento integral do aluno. Nesse processo, destaca-se a relevância da atuação do psicólogo escolar, capaz de integrar a equipe, promover capacitações e favorecer práticas inclusivas baseadas na diversidade e na equidade.

Assim, compreende-se que a inclusão de alunos com TEA no ensino regular não pode ser reduzida à simples presença em sala de aula, mas deve traduzir-se em condições concretas de aprendizagem, desenvolvimento e convivência social. Para isso, faz-se urgente o fortalecimento de políticas públicas consistentes, o investimento na formação continuada de professores e profissionais de apoio e a inserção efetiva do psicólogo escolar na rede de ensino. Somente por meio de um trabalho coletivo, crítico e comprometido será possível transformar a escola em um espaço que não reproduza violências, mas que assegure dignidade, respeito e justiça à diversidade humana.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Karina Pereira; PERES, Cristiane Pereira; PRZYLEPA, Mariclei. O trabalho pedagógico do professor de apoio na inclusão de alunos com transtorno do espectro autista. **Revista Educação Especial em Debate**, v. 5, n. 9, 2020.

BARROCO, Sonia Mari Shima; TADA, Iracema Neno Cecilio. Contribuições histórico-culturais à Psicologia Escolar na Educação Especial Inclusiva. Obutchénie. **Revista de Didática e Psicologia Pedagógica**, p. 54-79, 2022.

BENITEZ, Priscila; DOMENICONI, Camila. Atuação do psicólogo na inclusão escolar de estudantes com autismo e deficiência intelectual. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. 1, p. 163-172, 2018.

BOSA, Cleonice Alves. Autismo: intervenções psicoeducacionais. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 28, p. s47-s53, 2006.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm). Acesso em: 04 ago. 2025.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com deficiência)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Presidência da República, 2015 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 04 ago. 2025

\_\_\_\_\_. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 7 ago. 2025.

\_\_\_\_\_. Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 10 jul. 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm). Acesso em: 7 ago. 2025.

FONTELLES, Mauro José et al. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Rev. para. med**, 2009.

GOMES COELHO, G.; PEREIRA ROCHA, L.; CAVALCANTE, J. G. Um estudo teórico sobre a inclusão escolar de crianças com autismo a partir da perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural: A theoretical study on school inclusion of children with autism from the perspective of Historical-Cultural Psychology. **Revista Cocar**, [S. I.], v. 18, n. 36, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4920>. Acesso em: 06 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: pessoas com deficiência e pessoas diagnosticadas com transtorno do espectro autista: resultados preliminares da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: IBGE | Biblioteca. Acesso em: 06 ago. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) ; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Atlas da violência 2023: pessoas com deficiência**. Disponível

em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/283/atlas-2023-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 05 ago. 2025.

MANTOAN. **Inclusão escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação nº 02/03. Estabelece Normas para a Educação Especial, modalidade da Educação Básica para alunos com necessidades educacionais especiais, no Sistema de Ensino do Estado do Paraná.** Curitiba, 2003.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação. **Instrução Normativa nº 01/16. Estabelece critérios para a solicitação de Professor de Apoio Educacional Especializado aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista.** Curitiba, 2016.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação. **Instrução Normativa 09/23. Estabelece a organização dos critérios para a oferta do Atendimento do Profissional de Apoio Escolar para estudantes com deficiência e/ou Transtorno do Espectro Autista matriculados nas escolas públicas da rede estadual de ensino.** Curitiba, 2023

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação. **Instrução Normativa 10/08. Estabelece critérios para a solicitação de Professor de Apoio em Sala de Aula para atuar com alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.** Curitiba, 2008.

PEREIRA, Eliane Candida. **Os processos formativos do professor de alunos com transtorno do espectro autista: contribuições da teoria histórico-cultural.** 2016. 191 f. Tese (Doutorado em Psicologia e Educação) –Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, 2016

SOUSA, A.S; OLIVEIRA, G.S; ALVES, L.H. **A pesquisa bibliográfica: Princípios e fundamentos.** 43.ed. Monte Carmelo: FUCAMP, 2021.

TREVIZAN, Zizi; PESSOA, Alex Sandro Gomes. **Psiquismo, linguagem e autismo: contribuições da semiótica nos contextos educativos.** **Educar em Revista**, v. 34, p. 241-258, 2018

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.** Jomtien, 1990. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291>. Acesso em: 7 ago. 2025

# AUTODIAGNÓSTICO E MEDICALIZAÇÃO NO PROCESSO EDUCACIONAL

## RELATO DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ESCOLAR

Sara Cristina Kistemacher da Silva, UNICENTRO  
sarakistemacher@gmail.com  
Beatriz de Souza Candido, UNICENTRO  
biascandido@outlook.com  
Emilly Perin Czerechowicz, UNICENTRO  
emillyperin@gmail.com  
Marcela Pereira Rosa, UNICENTRO  
mprosa@unicentro.br

**Resumo:** O presente trabalho parte de um relato de experiência de estágio em Psicologia Escolar, cujo foco foi discutir criticamente os processos de medicalização da educação e da vida. Com base na Psicologia Histórico-Cultural e na Pedagogia Histórico-Crítica, a medicalização é compreendida como a transformação de questões sociais, históricas e pedagógicas em problemas médicos, processo que se articula à lógica neoliberal capitalista que individualiza o sofrimento e naturaliza desigualdades sociais. A intervenção ocorreu em uma instituição pública de ensino em um município no interior do Paraná, envolvendo cerca de cinquenta estudantes do ensino médio. Os objetivos da intervenção foram: levantar dados sobre o nível de entendimento e a concepção dos alunos em relação aos processos de medicalização, medicamentação e patologização; fomentar um espaço de discussão e reflexão crítica sobre esses temas; e problematizar conteúdos midiáticos veiculados nas redes sociais que incentivam o autodiagnóstico. As atividades incluíram a aplicação de um questionário sobre a compreensão prévia dos adolescentes a respeito da medicalização, medicamentação e patologização, e a realização de uma oficina sobre a temática. A discussão aqui apresentada evidencia que os(as) estudantes reconheciam a influência das mídias sociais na difusão de diagnósticos e valorizavam o papel dos profissionais de saúde em contraponto à banalização do autodiagnóstico. As discussões realizadas durante a oficina possibilitaram problematizar a concepção biologizante e patologizante das questões sociais e enfatizar duas determinações históricas, econômicas e culturais, reforçando a importância da análise crítica e da mediação educativa no enfrentamento da medicalização. Nesse sentido, destacamos a importância das práticas de estágio em Psicologia Escolar no que se refere à possibilidade de contribuição ao desenvolvimento de uma concepção crítica e antimedicalizante da realidade por parte dos sujeitos junto aos quais se atua. Além disso, ao orientar-se por uma perspectiva crítica, o estágio se configura como espaço formativo essencial de articulação entre teoria e prática, promovendo uma atuação ética e politicamente comprometida com a educação pública e com a superação das formas de exclusão e patologização produzidas pela sociedade capitalista.

**Palavras-chave:** adolescência; medicalização; autodiagnóstico; psicologia histórico-cultural.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca discutir o tema da medicalização da educação e da vida

a partir de uma experiência desenvolvida por estudantes do curso de graduação em Psicologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro-PR) no âmbito do estágio curricular básico em Psicologia Escolar. Por medicalização, compreendemos o processo de transformação de questões de ordem social, política, econômica, histórica e pedagógica em questões de ordem médica. Como discutiremos, tais processos, via de regra, são acompanhados pela biologização, patologização e individualização de questões sociais.

Durante a experiência de estágio foram realizadas intervenções sobre o tema da medicalização com estudantes do ensino médio de uma instituição pública de um município do interior do estado do Paraná. A realização destas atividades visou configurar-se como estratégia de enfrentamento ao aumento dos processos medicalizantes e patologizantes em nossa sociedade a partir de uma perspectiva crítica de atuação em Psicologia Escolar.

As reflexões aqui apresentadas partem da compreensão de que os processos medicalizantes devem ser entendidos em sua relação intrínseca com a lógica da sociedade neoliberal atual e o aprofundamento da barbárie capitalista, que, ao visar a maximização do lucro, intensifica a exploração do trabalho, a desigualdade social e precariza os processos de desenvolvimento humano, ao mesmo tempo em que individualiza tais questões. A busca desenfreada pela expansão da acumulação capitalista incentiva a romantização de uma rotina ideal de produtividade máxima, estabelecendo padrões inatingíveis em que o não cumprimento destas metas é atribuído a uma falha do indivíduo, que passa a ser explicada como questão de ordem médica. A frequente patologização daí resultante, não raro, leva os sujeitos a recorrerem ao uso de medicamentos, a fim de atingir esse padrão idealizado. Estas questões não estão separadas da educação, visto que a escola não pode ser lida como instituição apartada da totalidade social na qual se insere. A patologização da vida, enquanto fenômeno social, passa a incidir sobre os processos educativos, que ao se constituírem dentro de uma sociedade dividida em classes, passam a empregar a lógica do desempenho, da produtividade e da otimização.

Tendo isso em vista, as atividades desenvolvidas no estágio tiveram por objetivo central fomentar um espaço de discussão e reflexão, junto aos adolescentes, acerca da medicalização. Buscou-se levantar dados sobre o entendimento e a concepção dos alunos em relação aos processos de medicalização, medicamentação e patologização; e, ainda, problematizar conteúdos midiáticos veiculados nas redes sociais que incentivam o autodiagnóstico. Isso possibilitou compreender que relação os estudantes estavam estabelecendo com os temas abordados, sendo incentivados a refletirem sobre como tais processos afetam, não apenas o âmbito educacional, mas os diferentes contextos da vida social. Para que isso fosse possível, foram organizadas atividades na instituição, durante o mês de novembro de 2024. Inicialmente, foi realizada uma conversa com a psicóloga da instituição, a fim de compreender a realidade escolar e levantar questões e demandas que poderiam ser alvo da intervenção. A partir deste diálogo, demos início ao planejamento e posterior realização de uma intervenção sobre o tema da medicalização, tendo como público alvo estudantes de ensino médio da instituição. O referencial teórico-metodológico adotado foi o da Psicologia Histórico-Cultural e do materialismo histórico e dialético.

O presente trabalho está organizado em quatro seções: fundamentação teórica; metodologia; resultados e discussões; e considerações finais. Na fundamentação teórica serão apresentados os principais conceitos que fundamentaram a prática das estagiárias e a escrita deste texto. A partir da Psicologia Histórico-Cultural, discutimos a concepção histórica e social do desenvolvimento humano, apresentamos algumas das principais características do período da adolescência, bem como o conceito de medicalização. Na

metodologia descrevemos o processo pelo qual se deu a intervenção de estágio. Nos resultados e discussões serão discutidas criticamente algumas questões surgidas durante a atuação das estagiárias em campo, analisando a prática em questão à luz do referencial teórico-metodológico de base. Nas considerações finais será apresentada a conclusão desta experiência de estágio, com as suas potencialidades e limitações.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, o desenvolvimento humano e das funções psicológicas superiores ocorrem por meio da inserção do indivíduo na diversidade cultural e nas atividades sociais. Essa relação é mediada pelos objetos produzidos historicamente pela humanidade, os quais permitem ao sujeito apropriar-se de signos, símbolos e saberes construídos ao longo do processo histórico (Vygotsky, 1995 *apud* Leal, 2016).

Sendo assim, ao compreender que a consciência não é dada naturalmente ao indivíduo, esta perspectiva coloca em questão a necessidade de se analisar a sociedade capitalista na qual a pessoa está se constituindo, distanciando-se de concepções universais sobre o desenvolvimento humano. Portanto, tanto a Psicologia quanto a Educação devem analisar a relação entre o processo educacional e sociedade como essencialmente dialética e contraditória, refletindo sobre transformações que envolvam a complexidade do quadro educacional e social, para além da criança e adolescente (Chagas, 2013; Meira, 2007).

Ao historicizar o desenvolvimento humano, a perspectiva Histórico-Cultural estabelece que cada pessoa se desenvolve por meio da atividade social e da mediação de instrumentos que se colocam entre o sujeito e o objeto de sua ação, sendo a linguagem um dos principais instrumentos. A apropriação desses instrumentos, construídos coletivamente ao longo da história da humanidade, transforma-se em funções psíquicas da personalidade, que são posteriormente interiorizadas. Em outras palavras, é na relação com o outro, na socialização, que cada um se apropria dos instrumentos produzidos historicamente pela humanidade, em um movimento de internalização que torna algo que é externo (interpsíquico) e que passa a fazer parte da estrutura interna da personalidade do indivíduo (intrapíquica) (Facci, 2004).

Além de compreender o desenvolvimento histórico-cultural da sociedade, o qual possibilitou o surgimento e aperfeiçoamento dos diversos signos e instrumentos existentes, torna-se essencial considerar a fase da vida em que os sujeitos se encontram, visto que cada fase será marcada por uma atividade principal, a qual reorientará a relação do indivíduo com o mundo, bem como o surgimento e/ou desaparecimento de necessidades e interesses (Facci, 2004). Considerando que o estágio foi realizado com adolescentes estudantes de ensino médio, deve-se compreender como este período do desenvolvimento é analisado pelo viés da Psicologia Histórico-Cultural.

A adolescência tem início após a chamada "crise dos 13 anos" e corresponde a um estágio do desenvolvimento em que as mudanças biológicas e a maturação sexual servem como base para o desenvolvimento de novas necessidades, interesses e motivações, impulsionando uma reorganização do comportamento e do pensamento do indivíduo. Nesse período, o jovem busca maior autonomia, redefine seus vínculos familiares e desenvolve uma autoconsciência mais complexa, determinada pelas relações pessoais, pelas atividades cognitivas e pelos valores éticos (Leal, 2016).

Trata-se, portanto, de uma fase marcada pelo aprimoramento e surgimento de di-

versas capacidades, como o pensamento conceitual, a consciência e o autoconhecimento. O raciocínio por conceitos possibilita ao adolescente acessar a consciência social e compreender, de modo mais aprofundado, os saberes científicos, artísticos e culturais. A partir disso, ele passa a entender melhor a complexidade da realidade, das pessoas ao seu redor e de sua própria subjetividade. O conteúdo de seu pensamento, por sua vez, transforma-se em convicções internas, orientando diversos campos de sua vida, como seus valores, seus projetos pessoais, entre outros (Leal, 2016; Facci, 2004).

Compreender, portanto, que o desenvolvimento humano ocorre por meio de seu ingresso na cultura, evidencia a indispensabilidade de refletir e analisar o papel do contexto social em que o sujeito está inserido na constituição de suas crenças, seus interesses e sua personalidade. Dito isso, tendo em vista o grande desenvolvimento tecnológico e o aumento da inserção dos jovens nas redes sociais, torna-se essencial discutir a influência destes aplicativos na constituição dos sujeitos e na sua relação com a educação (Oliveira, 2017).

A rápida expansão da internet e sua difusão em escala global provocaram transformações profundas na sociedade. Em poucas décadas, ela deixou de ser uma ferramenta restrita a especialistas para se tornar um recurso indispensável à comunicação, ao acesso à informação e à interação social em todo o mundo. Essa mudança alterou a forma como os indivíduos percebem o tempo e o espaço, uma vez que o acesso imediato à informação encurta distâncias e amplia as possibilidades de conexão e atividade (Oliveira, 2017).

O uso intenso da internet entre adolescentes é influenciado por diversos fatores, como a facilidade de acesso a dispositivos móveis, o papel das redes sociais na criação de tendências em diferentes áreas (Jenkins, 2009 apud Oliveira, 2017) e o envolvimento com jogos digitais, que podem proporcionar prazer durante o seu uso, mas também a perda da noção do tempo (Oliveira, 2017). Esse fenômeno foi intensificado durante a pandemia de COVID-19, quando o uso das tecnologias digitais se tornou uma estratégia para manter vínculos sociais e lidar com o isolamento. Ainda que tenha contribuído para amenizar os efeitos da pandemia, é necessário refletir sobre os modos de utilização dessas tecnologias e seus possíveis impactos sobre o bem-estar dos jovens que as utilizam.

Um dos impactos causados também pelas redes sociais está relacionado ao aumento da tendência social de patologizar experiências e sentimentos humanos esperados em alguns momentos da vida. Essa perspectiva tem resultado no aumento de diagnósticos e tratamentos, frequentemente acompanhados do uso excessivo de medicamentos, o que reforça a lógica da medicalização e da medicamentação da vida (Welch, Schwartz & Woloshin, 2008 apud Meira, 2012).

A medicalização consiste em abordar questões sociais sob uma perspectiva médica, investigando suas raízes no campo da biologia e reduzindo aspectos sócio-políticos a questões individuais (Collares; Moysés, 2011). Como discute Guarido (2010), ao serem reduzidas ao campo de atuação da medicina que, por um certo período da história teve como principal objeto de estudo a investigação sobre as doenças, suas causas e terapêuticas, tais questões acabam, no geral, sendo patologizadas. Em outras palavras, problemas de diferentes ordens são apresentados como "doenças", "transtornos" ou "distúrbios", encobrindo questões políticas, sociais e culturais que afligem a vida das pessoas.

A medicamentação, por sua vez, diz respeito ao uso da prescrição e do medicamento como única forma de lidar com as questões da vida cotidiana (Brasil, 2019; Guarido, 2011). Tal concepção desconsidera aspectos culturais e econômicos no processo saúde-doença, determinado pela inserção do indivíduo em uma sociedade capitalista e

neoliberal. Essa organização social é sustentada pela exploração da classe trabalhadora e pela precarização do trabalho, fomentando a idealização da produtividade e a utilização de fármacos para atender esse ideal e desconsiderando o contexto que produz essa “queixa”.

Esses aspectos estão intimamente relacionados às demandas do modelo produtivo vigente, que impõe aos indivíduos a lógica da imediatez e incentiva rotinas pautadas na instantaneidade da execução de tarefas, manifestando-se, inclusive, no campo da educação. Nesta área cresce o discurso que associa questões de ordem biológica às dificuldades de aprendizagem ou a comportamentos considerados inadequados pela sociedade. Cada vez mais, crianças e adolescentes são encaminhadas a profissionais especializados (fonoaudiólogos, psicólogas, psiquiatras, entre outros) devido a problemas relacionados à atenção, comportamento, hiperatividade e aprendizado, acarretando um aumento no uso de tratamentos medicamentosos para essas condições. Considerar as questões biológicas como causas determinantes do “não aprender” evoca um pensamento a-histórico, acrítico e individualizante, pois desconsidera os múltiplos fatores que interferem nesse longo processo que constitui o ensino (Meira, 2012), questão que também é influenciada pelas mídias sociais, como já foi evidenciado.

Ademais, a Psicologia Histórico-Cultural também evidencia a necessidade de superação da ordem social e econômica vigente, a qual intensifica as desigualdades sociais e adocece os indivíduos devido às suas exigências. Nesse contexto, a educação é compreendida como um instrumento fundamental de resistência a esse sistema desigual, ao possibilitar a transmissão dos conhecimentos acumulados ao longo da história da humanidade (Martins, 2011). No entanto, é preciso reconhecer que as instituições escolares, em muitas ocasiões, reproduzem os interesses e as dinâmicas do modelo de produção vigente. Dessa forma, práticas como a automedicação e a patologização da vida, presentes na sociedade, acabam também permeando o ambiente escolar, uma vez que essas questões se manifestam a partir das relações sociais que estruturam a experiência educacional, influenciando a apropriação da cultura e a formação dos estudantes. Devido a isso, é extremamente necessário que ela assuma uma função emancipadora, visando a humanização dos indivíduos e não a perpetuação dos interesses burgueses (Oliveira; Sbrano, 2016).

## **METODOLOGIA**

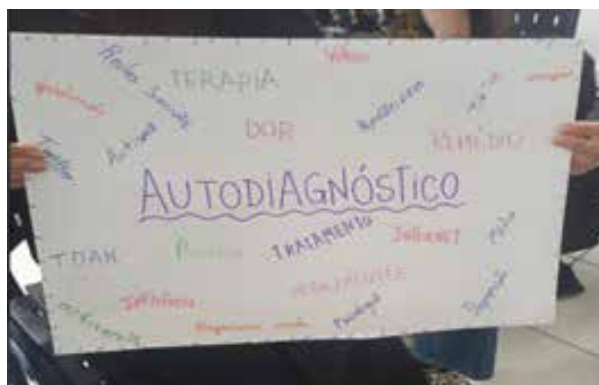
As atividades aqui discutidas são parte das intervenções realizadas durante o estágio curricular básico em Psicologia Escolar, realizado por estudantes do 3º ano do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste. As atividades ocorreram durante o mês de novembro de 2024, sob supervisão da professora da disciplina, em uma instituição pública de ensino de um município no interior do Paraná.

O público alvo foram alunos do primeiro e segundo anos do ensino médio, totalizando um grupo de aproximadamente 50 estudantes. Como já indicado, inicialmente, houve um primeiro encontro com a psicóloga do local, para que as(os) estagiárias(os) pudessem ter mais conhecimento sobre sua atuação na instituição, o funcionamento do local e as principais demandas percebidas por ela. Após esse primeiro diálogo, decidiu-se que o tema principal da intervenção seria a medicalização, tendo como objetivos: levantar dados sobre a compreensão dos alunos da instituição acerca dos processos de medicalização, medicalização e patologização; fomentar um espaço de discussão e reflexão crítica sobre esses temas; problematizar conteúdos midiáticos que incentivam o autodiagnóstico.

A intervenção foi organizada em duas ações: a primeira foi o envio de um questionário sobre a temática (APÊNDICE A), com o objetivo de levantar o conhecimento prévio dos alunos sobre o tema; a segunda foi a realização de uma oficina, composta por quatro etapas. O questionário continha as seguintes questões: informações sobre garantia de sigilo; dados sociodemográficos; turma escolar; questionamentos acerca do conhecimento dos estudantes em relação ao significado de patologização, medicalização, medicamentação e medicamentos psicotrópicos; algumas relações dos estudantes com estes conceitos (se já recebeu algum psicodiagnóstico, se auto diagnosticou, usou algum tipo de medicamento psicotrópico); a percepção dos estudantes a respeito da relação entre medicamentos e saúde mental; e se há um excesso no uso de medicamentos pela sociedade atual.

No início, as(os) estagiárias(os) realizaram uma apresentação da proposta do estágio e das(os) integrantes do grupo que fariam a intervenção. Em seguida, foi exibido um compilado de vídeos retirados das redes sociais que veiculavam conteúdos de cunho medicalizante. Um dos vídeos, por exemplo, exibe "10 coisas que pessoas com TDAH amam fazer", englobando questões como: hiperfoco e procrastinação por horas, muita e pouca demonstração de afeto, muita e pouca organização e socialização, entre outras.

Após a exibição, os(as) alunos(as) foram divididos em grupos de aproximadamente cinco pessoas e, a partir da discussão sobre os vídeos, elaboraram mapas conceituais com palavras-chave (exemplos nas imagens abaixo).



Esse momento foi seguido por um debate entre os grupos, no qual cada um compartilhou com os demais uma síntese de suas reflexões e conclusões. Na sequência, foi realizada a dinâmica "Mitos e Verdades". Durante essa etapa, as(os) estagiárias(os) apresentaram, em projeção de slides, nove frases previamente elaboradas sobre a temática, e os grupos debateram se cada afirmação era verdadeira ou falsa (imagens abaixo). Após cada resposta, dois estagiários explicaram qual seria a resposta correta, ampliando a compreensão dos participantes sobre os conceitos em questão.



Figura 3. Questão sobre medicalização - Mitos e Verdades



Figura 4. Resposta da questão sobre medicalização - Mitos e Verdades



Figura 5. Explicação da questão sobre medicalização - Mitos e Verdades

Por fim, o último momento foi dedicado ao encerramento da atividade, com uma síntese de alguns pontos de reflexão crítica acerca do tema da medicalização.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na primeira parte da atividade, os alunos assistiram a um compilado de vídeos retirados da plataforma *TikTok* sobre a temática e construíram um mapa de palavras sobre o que o vídeo mobilizou neles. O grupo se dividiu em grupos menores, sendo que algumas(ns) estagiárias(os) se organizaram para acompanhar e manejar cada grupo, auxiliando na discussão sobre o tema e registro das palavras no mapa, fomentando e mediando o debate.

Na segunda parte da atividade, durante a discussão com todos os grupos, cada um deles mostrou ao restante o seu mapa conceitual, explicando brevemente porque escolheram aquelas palavras. Algumas das palavras-chave indicadas foram: autodiagnóstico, automedicação, TDAH, TEA, TOC, altas habilidades, depressão, dependência química, medo, dúvida, romantizar, autoconhecimento, identificação, ansiedade, pertencimento, quizzes da internet, fake news, desinformação, redes sociais, "achismos", falsos especialistas, estereótipos, preconceito, exclusão, tempo de tela, entre outros. Os estudantes demonstraram estar atentos à questão da medicalização e de um diagnóstico feito sem embasamento.

Durante a intervenção e as discussões dos mitos e verdades e do mapa conceitual, foi possível notar que os(as) estudantes percebem a relação entre o autodiagnóstico e uma forma de identificação pessoal. Alguns(mas) deles(as) relataram que os sintomas presentes nos vídeos da internet eram genéricos e muitas pessoas poderiam se identificar. Assim, a partir da discussão da questão "Os critérios para definir o que é saudável ou patológico são universais e independem de fatores históricos, culturais e sociais" da atividade de Mitos e Verdades, as(os) estagiárias(os) buscaram aprofundar a análise dos(as) estudantes, alertando para as diferenças culturais e históricas que pautam o que se considera como normal ou patológico.

Muitos manuais diagnósticos caracterizam transtornos por meio de sintomas genéricos, os quais revelam uma falta de análise crítica e uma falta de clareza sobre esse quadro clínico. Nesse sentido, comportamentos "normais" ou sensações físicas podem se transformar em sintomas de doenças, tendo em vista que os critérios diagnósticos dos transtornos e as diferenças entre eles não são claros (Eidt; Tuleski, 2010; Meira, 2012).

O diagnóstico pode influenciar a forma com que a família e a criança ou adolescente se relacionam com a queixa escolar, e também pode mudar a forma com que crianças e adolescentes percebem a si mesmos e o próprio processo de escolarização. Assim, tem-se uma perspectiva determinista das dificuldades do sujeito, como se esta situação fosse perdurar por toda a vida e não pudesse ser transformada, impossibilitando o desenvolvimento de suas funções psíquicas superiores (Eidt, Tuleski, 2010).

Durante a discussão, as(os) estagiárias(os) explicaram a concepção da Psicologia Histórico-Cultural acerca do desenvolvimento e dos processos medicalizantes e alertaram para as críticas à falta de clareza sobre os quadros clínicos.

Outro aspecto observado ao longo desta intervenção foi a perspectiva crítica dos(as) estudantes sobre a questão "As redes sociais podem influenciar na banalização de transtornos mentais e seus diagnósticos". Como demonstraram na atividade do mapa conceitual, vários(as) deles(as) apontaram a estigmatização, a presença de *fake news* ou falsos especialistas, diagnósticos baseados em estereótipos ou "achismos". Também estavam

conscientes da necessidade de buscar um(a) profissional capacitado(a) para o tratamento e diagnóstico. Nesse momento, houve um debate maior sobre a temática, em que foi explicado a diferença entre medicalização e medicamentação segundo Meira (2012), e a necessidade de considerar aspectos culturais, políticos e históricos no desenvolvimento humano.

Nos casos de “queixa escolar”, foi ressaltado o papel da escola e a aprendizagem da atenção voluntária, deslocando o foco do “problema” do indivíduo para considerar o social e cultural em seu entorno. Também foi problematizada a “epidemia” de diagnósticos e a influência das mídias nesse processo, banalizando o sofrimento psíquico e transformando emoções e comportamentos normais da vida em questões de ordem médica ou até em patologias.

De acordo com a Psicologia Histórico-Cultural, o desenvolvimento é influenciado pelas condições materiais e pela estrutura social de classes. Nesse contexto, o acesso às telas e redes sociais também impacta o desenvolvimento, podendo ser positivo ao oferecer um novo acesso a informações construídas ao longo da história da humanidade, ou negativo devido ao bombardeio constante dessas informações e ao funcionamento dos aplicativos, que reduzem o limiar de atenção. Durante as dinâmicas, foi discutido que aspectos sociais, históricos e culturais também moldam a percepção das doenças mentais e a forma como lidamos com elas (Vieira, 2021).

Um dos questionamentos levantados pelos(as) estudantes a partir da intervenção, foi em relação ao “peso” do diagnóstico, que age inúmeras vezes enquanto definidor de vidas. As respostas se voltaram para a responsabilidade dos profissionais e sua seriedade ao abordar essa questão, levando sempre em conta os aspectos culturais, econômicos e políticos, tentando compreender o sujeito. Também foi ressaltado que o profissional não possui a verdade absoluta das pessoas, tendo limitações em suas interpretações, enfatizando que o diagnóstico em saúde mental não é imutável e definitivo, ou algo que deve reger a vida de um sujeito.

Além disso, pontuou-se que o objetivo da dinâmica não era desconsiderar os diagnósticos e os remédios, mas problematizar quando aspectos normais da vida são considerados como de ordem médica, tendo esse cuidado ao fazer uma análise. Caso haja realmente algum caso que necessite de intervenção, ressaltou-se a importância de procurar profissionais competentes para uma intervenção. Buscando compreender se os temas abordados eram frequentes em suas redes sociais e como se sentiam em relação às questões discutidas durante a intervenção, direcionaram-se essas perguntas aos participantes da oficina. Em resposta, os(as) alunos(as) afirmaram que, embora se identificassem com algumas características mencionadas nos conteúdos midiáticos, tinham consciência de que um diagnóstico sério só poderia ser obtido com a orientação de profissionais da área de saúde mental.

Por fim, destacamos que a intervenção aqui apresentada alinha-se à perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, que compreende o processo educativo como via de desenvolvimento de uma leitura crítica da realidade a partir da apropriação de conteúdos científicos. Segundo Saviani (2022), a educação promove o processo de mediação do sujeito, visando sua inserção crítica e intencional no mundo. Para que essa mediação se efetive, o autor propõe uma pedagogia concreta, pensada no ato de historicizar o ser humano e torná-lo consciente dos processos que o subjetivam. Sendo assim, o educando é entendido enquanto sujeito concreto, uma unidade da diversidade das relações sociais e de produção. Assim, os educandos sintetizam e internalizam o que aprenderam a partir do contato com o outro; e é nesse contexto que emerge a necessidade de atender aos interesses do aluno concreto. Um dos objetivos da escola deve ser, então, organizar e sistematizar esse conjunto de conhecimentos produzidos socialmente para que os educandos se apropriem

dos mesmos e elevem seu nível de compreensão sobre a realidade, a fim de relevar as dinâmicas das relações sociais que estão ocultas e escapam de um olhar superficial. Ao revelar esses processos ocultos, o indivíduo é capaz de tomar consciência e contribuir para a luta coletiva de transformação social.

Nesse sentido, ao fomentarmos a discussão sobre a temática da medicalização com os(as) adolescentes, buscamos ampliar a sua compreensão sobre a realidade. Por meio da socialização dos conhecimentos científicos (sobre medicalização, medicamentação, autodiagnóstico e os conhecimentos da área da psicologia) e da sua relação com o que os estudantes vivenciam no cotidiano, é possível possibilitar um avanço de uma compreensão mais complexa da realidade, o que também permite uma relação mais consciente com o meio em que vivem. Dessa forma, os estudantes podem olhar de forma crítica para os conteúdos que consomem, superando uma visão de um todo caótico para desvelar as conexões entre os conteúdos que aprenderam e a realidade concreta. Ademais, podem compreender melhor o que é a medicalização e a medicamentação, suas diferenças e sua relação, bem como ter uma perspectiva crítica sobre saúde mental e o uso ou não de medicamentos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A atuação das(os) estagiárias(os) em uma instituição educacional pública nos coloca como um dos pontos de reflexão a importância da relação entre a universidade e a sociedade. A função da(o) psicóloga(o) escolar é ser a(o) mediadora entre o aluno, a escola, a família e a sociedade, colaborando para que a escola cumpra com o seu papel social de humanização e formação completa (Martins, 2011). Por isso, ações como estágios e projetos de extensão refletem o cumprimento desse papel pertencente à(o) psicóloga(o) escolar e à escola.

O estágio também visou contribuir com a formação de um olhar crítico por parte dos(as) participantes, tendo em vista que a proposta de intervenção foi intencionalmente organizada para promover espaços de reflexão e diálogo com os(as) estudantes, a fim de compreender como eles(as) se relacionavam com os processos de medicalização, medicamentação e patologização. Destaca-se, contudo, as limitações encontradas no desenvolvimento da atividade, dado seu caráter pontual. A realização da oficina em formato único impossibilitou o aprofundamento de questões como, a relação entre a medicalização, o modo de produção capitalista e a ideologia neoliberal vigente. Apesar dessas limitações, as atividades do estágio cumpriram com seus objetivos e apresentaram resultados positivos, como já evidenciado neste tópico.

A partir das atividades e das análises realizadas, torna-se essencial evidenciar que o acesso à educação e ao conhecimento é visto como um instrumento fundamental para a resistência ao sistema desigual em que vivemos, no qual a geração de capital – que influencia o processo de patologização, medicação e medicamentação (enriquecendo a indústria farmacêutica) – passa a ser mais valorizada do que um processo de aprendizado respeitoso, que não obstrua os processos de diferenciação e desenvolvimento individual (Meira, 2012; CFP, 2012). Acreditamos que fomentar a discussão sobre esses assuntos para junto aos(as) adolescentes participantes das atividades colaborou com o processo de apropriação de signos culturais e o desenvolvimento do pensamento conceitual, auxiliando o seu entendimento sobre a realidade que os cerca a partir de uma perspectiva crítica.

Por fim, destacamos que a prática de estágio em Psicologia Escolar constitui-se como um momento formativo essencial para a constituição de profissionais comprometidas(os) ética e politicamente com uma atuação crítica e socialmente referenciada. É nesse espaço que as(os) estudantes podem estabelecer as articulações necessárias entre teoria e prática, fundamentando uma práxis que compreende a escola não apenas como um local de aplicação de técnicas psicológicas, mas como um campo constituído por contradições históricas, políticas e sociais. Fundamentado na perspectiva crítica da teoria social marxista, da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica, o estágio possibilita compreender o papel da(o) psicóloga(o) escolar como mediador(a) de processos educativos e agente que problematiza as condições concretas que produzem a medicalização, a patologização e a exclusão escolar. Desse modo, o estágio configura-se como terreno da práxis, onde se constrói uma Psicologia comprometida com a defesa de uma educação pública emancipadora e humanizadora e com a superação do modo de produção capitalista.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Uso de medicamentos e medicalização da vida: recomendações e estratégias**. Brasília/DF: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/medicamentos\\_medicalizacao\\_recomendacoes\\_estrategias\\_1ed.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/medicamentos_medicalizacao_recomendacoes_estrategias_1ed.pdf). Acesso em: 19 out. 2025.

CHAGAS, E. F. O pensamento de Marx sobre a subjetividade. **Trans/Form/Ação**, v. 36, n. 2, p. 63-84, 2013.

COLLARES, C.L.; MOYSÉS, M.A.A. Preconceitos no cotidiano escolar: a medicalização do processo de ensino-aprendizagem. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO; GRUPO INTERINSTITUCIONAL QUEIXA ESCOLAR. (Orgs.) **Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, p.193-214.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Campanha "Não à medicalização da vida"**. Brasília: CFP, 2012. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Caderno\\_AF.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Caderno_AF.pdf). Acesso em: 19 out. 2024.

EDIT, N.M.; TULESKI, S.C. Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade e psicologia histórico-cultural. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 139, p.121-146, 2010.

FACCI, M.G.D. A periodização do desenvolvimento psicológico individual na perspectiva de Leontiev, Elkonin e Vigotski. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 24, n. 62, p. 64-81, abr. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 19 out. 2025.

GUARIDO, R. Biologização da vida e algumas implicações do discurso médico sobre a educação. In: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo; Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (Orgs.). **Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doença de indivíduos**. 1.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. p. 27-40.

GARRIDO, J.; MOYSÉS, M. A. A. Um panorama nacional dos estudos sobre a medicalização da aprendizagem de crianças em idade escolar. In: CONSELHO DE PSICOLOGIA; GRUPO INTERINSTITUCIONAL DE QUEIXA ESCOLAR (Orgs.). **Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. v. 1, p. 149-162.

LEAL, Z. F. R. G. A adolescência segundo a Psicologia Histórico-Cultural: a concepção de Vygotsky. **Revista Múltipla**, n. 41, p. 77-99, 2016.

MARTINS, L. M. **O DESENVOLVIMENTO DO PSIQUISMO E A EDUCAÇÃO ESCOLAR: contribuições à luz da psicologia histórico cultural e da pedagogia histórico-crítica**. Tese (concurso público - Livre Docência em Psicologia da Educação). Departamento de Psicologia, Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista, 2011. 250 f.

MEIRA, M.E.M. Psicologia Histórico-Cultural: fundamentos, pressupostos e articulações com a Psicologia da Educação. In: MEIRA, M.E.M.; FACCI, M.G.D. **Psicologia Histórico-Cultural: contribuições para o encontro entre a subjetividade e a educação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p.27-61, 2007.

MEIRA, M. E. M. Para uma crítica da medicalização na educação. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 136-142, 2012.

OLIVEIRA, E. S. G. Adolescência, internet e tempo: desafios para a educação. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 64, p. 283-298, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.47048>.

OLIVEIRA, L. R.; SBANO, V. C. Subjetividade, psicologia histórico-cultural e prática do psicólogo na escola. **Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 4-11, 2016.

SAVIANI, D. Origens e desenvolvimento da Pedagogia Histórico-Crítica. In: MARSIGLIA, A.C. (Org.) **Pedagogia Histórico-Crítica: 30 anos**. Campinas: Autores Associados, 2022.

VIEIRA, A.P.A. Encontro com a família: investigação da história de vida da criança. In: \_\_\_\_\_. **Avaliação psicológica de crianças que enfrentam dificuldades escolares: Proposta a partir da psicologia histórico-cultural**. Paranavaí: EduFatecie, 2021, p.150-163.

## APÊNDICE

### APÊNDICE A - Formulário "Psicodiagnóstico, medicalização e uso de psicotrópicos"

## Psicodiagnóstico, medicalização e uso de psicotrópicos

O presente questionário foi idealizado por estagiárias(os) do 3º ano do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) para a disciplina de Psicologia Escolar, e tem como objetivo compreender a maneira como estudantes do primeiro e segundo anos dos cursos de informática e agroecologia do ensino médio do IFPR, *campus* Irati, fazem uso de medicamentos psicotrópicos e quais conhecimentos possuem acerca de temas ligados à medicalização.

A pesquisa via forms garante o **total sigilo das respostas** e o **anonimato das(os) participantes**. Os dados levantados não serão divulgados, tendo por intuito subsidiar a organização de uma oficina sobre medicalização, a ser realizada na instituição no dia 25/11.

*\* Indica uma pergunta obrigatória*

#### Seção sem título

1. Estou ciente da garantia de sigilo e anonimato e quero participar da pesquisa. \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

2. Nome Social \*

\_\_\_\_\_

3. Idade \*

\_\_\_\_\_

4. Identidade de gênero \*

\_\_\_\_\_

5. Raça/cor \*

---

6. Turma \*

*Marcar apenas uma oval.*

1º ano de agroecologia

2º ano de agroecologia

1º ano de informática

2º ano de informática

7. Você sabe o que é patologização? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

8. Referente à pergunta anterior, caso sua resposta tenha sido sim, quer nos dizer o que patologização significa para você?

---

---

---

---

---

9. Você sabe o que é medicalização? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

10. Você sabe o que é medicamentação? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Não

Sim

11. Referente à pergunta anterior, caso sua resposta tenha sido sim, quer nos dizer o que medicalização significa para você?

---

---

---

---

---

12. Referente à pergunta anterior, caso sua resposta tenha sido sim, quer nos dizer o que medicamentação significa para você?

---

---

---

---

---

13. Você sabe o que são medicamentos psicotrópicos? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

14. Referente à pergunta anterior, caso sua resposta tenha sido sim, pode dar exemplos?

---

---

---

---

---

15. Você já recebeu algum psicodiagnóstico? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

16. Referente à pergunta anterior, caso sua resposta tenha sido sim, qual (is) foi (foram) ele (s)?

---

---

---

---

---

17. Você faz ou já fez o uso de algum medicamento psicotrópico? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

18. Você reconhece medicamentos psicotrópicos como algo importante para a saúde mental? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim  
 Não  
 Não sei

19. Você acha que existe algum excesso de diagnóstico e/ou utilização de medicamentos pela nossa sociedade atual? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim  
 Não  
 Não sei

20. Você já se autodiagnosticou? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim  
 Não

21. Referente à pergunta anterior, caso sua resposta tenha sido sim, por qual meio o diagnóstico foi realizado? (Vídeo da internet, revistas, livros, etc). \*

---

---

---

---

---

22. Você já se automedicou? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

23. Você possui alguma dúvida sobre diagnósticos advindos de alguma informação externa (ex.: vídeos da internet, artigos de jornal, conversas com amigos e conhecidos, etc.)

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

24. Referente à pergunta anterior, caso sua resposta tenha sido sim, poderia compartilhar com a gente?

---

---

---

---

---

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

# SERVIÇO SOCIAL, EDUCAÇÃO E POVOS INDÍGENAS

## POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA PROFISSÃO

Renata Pacheco Abreu - UEL  
renata.abreu.as@gmail.com

Ismael Giachini Frare - UEL  
ismael.giachini@uel.br

Wagner Roberto Do Amaral - UEL  
wramaral@uel.br

**Financiamento:** CAPES

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de uma parceria entre pesquisadores pós-graduandos e seu professor orientador, e decorrente das reflexões produzidas durante o Mestrado e Doutorado no Programa de Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. Pretendemos refletir sobre as possibilidades de contribuições teórico-metodológicas e ético-políticas do Serviço Social no trabalho com povos indígenas na política de educação, seja na educação básica ou no ensino superior.

Assim, apresentamos o Serviço Social enquanto profissão que possui um compromisso ético-político em defesa das classes historicamente subalternizadas e um código de ética profissional que dispõe em seus princípios fundamentais elementos que refletem este aspecto da profissão e evidenciam a importância do trabalho do/a assistente social com povos indígenas.

Para tanto, realizaremos uma pesquisa bibliográfica e documental, resgatando o posicionamento de entidades da categoria profissional sobre a questão indígena e analisando referenciais teóricos que abordam o tema. Importante destacar que, assim como a luta pela terra, a luta pela educação é uma bandeira dos movimentos sociais indígenas por todo o Brasil. Uma das principais conquistas desses movimentos no âmbito da educação está disposta na Constituição Federal Brasileira de 1988, no art. 210, que assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e seus processos próprios de aprendizagem (BRASIL, 1998).

A partir de um breve resgate histórico sobre o posicionamento e as produções de entidades representativas da categoria profissional em relação à questão indígena e de alguns referenciais teóricos, abordaremos elementos do trabalho do/a assistente social junto aos povos indígenas na política de educação que podem contribuir para uma educação emancipatória, democrática, intercultural, capaz de reconhecer, valorizar e dialogar com diferentes saberes e epistemologias.

## 2. A QUESTÃO INDÍGENA NO SERVIÇO SOCIAL A PARTIR DE SUAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS

O compromisso ético-político do Serviço Social com a defesa de classes historicamente subalternizadas e com a luta pela eliminação de todas as formas de opressão,

preconceito e discriminação, conecta profundamente a profissão com a questão indígena. Observa-se que na própria lei de regulamentação da profissão (Lei nº 8.662/1993) são definidas competências e atribuições que reforçam esta vinculação do exercício profissional junto à população indígena. Dentre outras, destacamos a elaboração, implementação e avaliação de políticas sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas, entidades e organizações populares; o planejamento, execução e avaliação de pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; a orientação de indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; e a prestação de assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade (BRASIL, 1993).

Pensando a formação acadêmica de assistentes sociais, podemos citar também o documento "Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social", publicado em 1996, pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Este documento, constitutivo do projeto ético-político do Serviço Social foi fruto de um processo iniciado em 1994, que contou com a realização de, aproximadamente, 200 oficinas locais nas 67 Unidades Acadêmicas filiadas a, então, Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), 25 oficinas regionais e duas nacionais (ABEPSS, 1996, p. 3). Substituindo as Diretrizes Curriculares de 1982, um dos principais avanços da nova proposta de organização curricular temos: a "questão social" como "eixo ordenador do currículo" (CARDOSO; GRANEMANN; BEHRING; ALMEIDA, 1997).

Considerando que a questão indígena coloca-se no cenário brasileiro como uma das expressões da questão social, entendemos como necessária e urgente a aproximação da categoria profissional com este debate. O Serviço Social, enquanto profissão engendrada em uma sociabilidade burguesa, com determinantes históricos, econômicos, políticos, sociais e culturais, é perpassado por um quadro sócio-histórico que atravessa e conforma seu trabalho profissional. Esse quadro apresenta exigências à profissão que se reatualizam. Apresentam-se novas requisições institucionais e demandas profissionais que exigem igualmente uma formação profissional em constante revisão. É neste sentido que Cisne, Cantalice e Araújo (2020) defendem que:

[...] o processo de "renovação" profissional se configura como um movimento contínuo, no confronto com as reatualizações conservadoras, o que demanda uma sintonia do Projeto Ético Político do Serviço Social com as lutas classistas, feministas e antirracistas. (CISNE, CANTALICE, ARAÚJO, 2020, p. 307)

Nos últimos anos, observamos que entidades organizativas da categoria profissional, atentas a este movimento da realidade, vêm se posicionando sobre a questão indígena, demonstrando uma preocupação com o tema.

A seguir, abordaremos posicionamentos e ações de duas importantes entidades representativas da categoria profissional de assistentes sociais, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Também apresentaremos a Articulação Brasileira Serviço Social e Povos Indígenas, grupo constituído a partir de importante evento no âmbito do Serviço Social.

O CFESS é uma autarquia pública federal que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

Para além de suas atribuições, contidas na Lei 8.662/1993 (lei de regulamentação da profissão de assistente social), a entidade vem promovendo, nos últimos 30 anos ações, políticas para a construção de um projeto de sociedade radicalmente democrático, anticapitalista e em defesa dos interesses da classe trabalhadora. (CFESS, s.d.)

Em 2012 e 2013, o CFESS publicou o CFESS Manifesta de forma alusiva ao Dia de Luta Indígena (dia 19 de abril), destacando a importância da inserção do debate sobre a questão indígena na agenda da categoria profissional. Ainda em 2013, o CFESS publicou o "CFESS Manifesta - 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena", fruto do 42º Encontro Nacional do Conjunto Conselho Federal/Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS-CRESS), onde os assistentes sociais reunidos, compreendendo a importância da atuação e inserção nesse debate, aprovaram articular e apoiar as lutas dos movimentos sociais pelo direito à terra, bem como intensificar a discussão no conjunto CFESS/CRESS sobre os povos indígenas e outras comunidades tradicionais.

Em 2022, o CFESS em conjunto com a ABEPSS realizou o I Seminário Latino-Americano e Caribenho: Serviço Social, Povos Indígenas e Direitos Humanos, que abordou temas como a luta pela terra dos povos originários na América Latina, Caribe e Brasil em tempos de neoconservadorismo; políticas sociais e movimentos indígenas; a formação e o trabalho profissional de assistentes sociais com os povos indígenas, contando com a presença de nomes nacionais e internacionais do Serviço Social, além de representantes e líderes indígenas. Uma carta-compromisso foi elaborada durante o evento elegendo pontos importantes para a agenda das organizações representativas do Serviço Social brasileiro e internacional. A partir das reflexões promovidas por este evento, em 2023, o CFESS publicou a obra "Serviço Social e as Relações Internacionais", que apresenta textos referentes às mesas realizadas durante este evento.

Um marco muito importante para destacar e aprofundar a relação do Serviço Social com a questão indígena ocorreu em 2024. A ABEPSS, enquanto entidade acadêmico-científica que coordena e articula o projeto de formação em Serviço Social no âmbito da graduação e pós-graduação, promoveu a formação ABEPSS Itinerante, com o tema "As Diretrizes Curriculares, o debate étnico-racial e os projetos pedagógicos". Ao lado de educadores/as e assistentes sociais indígenas, tivemos a presença de Marilda Iamamoto, uma das mais importantes intelectuais no âmbito do Serviço Social, destacando a relevância deste debate para o Serviço Social.

Outro movimento fundamental para o fortalecimento do debate bem como aprofundamento das lutas coletivas no que se refere ao Serviço Social e povos Indígenas foi a criação da Articulação Brasileira Serviço Social e Povos Indígenas, grupo constituído a partir da interação de participantes do Grupo de Trabalho - Serviço Social, Políticas Sociais e Povos Indígenas no Brasil durante o I Simpósio Serviço Social e Relações Étnico-Raciais, realizado em 2020. Este grupo publicou o Manifesto ao Serviço Social Brasileiro, que coloca a questão indígena como pauta fundamental a ser debatida pela categoria profissional e a importância de ser considerada bandeira de luta dos assistentes sociais e suas entidades representativas.

A partir desse evento, articulou-se uma rede de pesquisadores em Serviço Social, assistentes sociais e apoiadores em âmbito nacional para aprofundar o debate a respeito da temática indígena, bem como da atuação profissional junto aos povos indígenas e da luta e defesa dos direitos voltados aos povos originários (ARTICULAÇÃO BRASILEIRA SERVIÇO SOCIAL E POVOS INDÍGENAS, 2022).

Entende-se que as publicações, os eventos acadêmico-científicos e profissionais e a criação coletivo citado colocam em destaque a necessidade de aprofundamento do debate entre a categoria profissional sobre a questão indígena, desde a formação até o desenvolvimento de pesquisas e produção de referenciais teóricos que subsidiem as ações profissionais no âmbito do Serviço Social.

### **3. POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AOS POVOS INDÍGENAS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO**

A intensificação dos debates do Serviço Social brasileiro em torno da questão étnico-racial enquanto uma das questões centrais na sua formação, trabalho e pesquisa, expressa o debruçamento da categoria profissional sobre esta temática na perspectiva de uma questão estrutural que se reproduz no âmbito do racismo institucional e presente em todos os espaços sociais (ABEPSS, 2023).

Constata-se assim a importância do debate necessário à profissão, em razão da (in) visibilidade da questão indígena nas produções acadêmicas do Serviço Social e nos documentos publicados pelas entidades representativas da categoria profissional no Brasil. Da mesma forma, se observa o recente percurso de novas leituras e reflexões sobre esta temática, que passam a compor o arsenal teórico-investigativo e formativo dos assistentes sociais, agregando à compreensão crítica e aproximando-a da totalidade da realidade brasileira e latino-americana (BILAR, AMARAL, 2020).

O Serviço Social reafirma o reconhecimento das políticas de ação afirmativa enquanto produtos do processo histórico, social e político, provenientes das demandas societárias para assegurar reprodução social. Para Amaral (2010, p. 138) as políticas de ações afirmativas para povos indígenas "se caracteriza como um inédito viável sendo uma ação histórica, pioneira e necessária, construída por meio do protagonismo das organizações, lideranças e professores indígenas no Brasil".

Na política de educação superior, os assistentes sociais têm respondido às requisições socioinstitucionais, visando a ampliação das condições de acesso e de permanência de indígenas, a partir da mediação de programas governamentais instituídos mediante as pressões das lideranças indígenas, sujeitos políticos envolvidos que atuam no âmbito da sociedade civil (CFESS, 2012).

De modo geral, o acúmulo reflexivo acerca da inserção de assistentes sociais na educação expressa uma compreensão ampla e complexa das possibilidades da atuação destes profissionais. A categoria tem defendido uma abordagem que trata criticamente a "relação entre as estratégias institucionais que são forjadas a partir da Política de Educação e as respostas sociais e profissionais no tocante aos processos de garantia do acesso, da permanência, da gestão democrática e da qualidade da educação", conforme aponta o I Seminário Nacional Serviço Social na Educação (CFESS, 2012, p. 38).

Para Férriz e Martins (2024), o assistente social na educação básica pública no Brasil se insere em uma política social previamente estruturada, com cultura institucional variada e subordinada às determinações do trabalho abstrato. Ademais, o Serviço Social possui uma perspectiva de trabalho coletivo que está em conformidade com a educação como política social pública que demanda o envolvimento de diversas categorias profissionais.

Amaral (2024) a importância dos assistentes sociais se reconhecerem como profissionais da e na educação. Tal reconhecimento, segundo o autor, reforça a importância de

que a atuação deste profissional esteja alinhada ao projeto ético-político profissional do Serviço Social. Ou seja, faz-se necessário a defesa que a presença do assistente social no ambiente escolar não se restrinja a uma dimensão burocrática ou apenas de atendimento de demandas pontuais, mas que se configure como uma contribuição ativa e integral ao processo pedagógico e à construção de uma educação mais justa e emancipadora.

As ações voltadas à garantia do acesso e da permanência na educação superior são inequivocamente parte da dimensão estratégica. E, para além disso, o trabalho de assistentes sociais alcança outras dimensões que se inscrevem no conjunto das lutas sociais pelo reconhecimento e ampliação da educação pública como um direito social, como no caso da atuação direcionada para a garantia da gestão democrática e da qualidade da educação.

Tais dimensões são expressões da sintonia com os princípios ético-políticos que norteiam a atuação profissional, reafirmando que o trabalho dos assistentes sociais no campo da educação e, aqui a especificidade da educação superior indígena, não se resume ao segmento estudantil e nem às abordagens individuais. Por sua vez, envolve ações junto às famílias indígenas, diálogo e participação junto às lideranças e caciques, trabalhadores e gestores da educação superior, redes públicas e privadas, aos/às profissionais e às redes que compõem as demais políticas sociais, às instâncias de controle social e aos movimentos sociais indígenas. Ou seja, ações de caráter coletivo, administrativo-organizacional, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional.

Baseando-nos no que Luciano e Amaral (2020) descrevem acerca da evasão e permanência de indígenas nas instituições de ensino, no que se refere à apreensão da realidade que envolve a questão indígena na política de educação por parte dos assistentes sociais, é importante que estes profissionais conheçam alguns aspectos que podem ser considerados fundantes, tais como: a constituição de novos sujeitos, os estudantes indígenas, que têm ingressado em todos os níveis e modalidades da política de educação; as diferentes gestões governamentais, órgãos e instituições escolares envolvidas; as implicações para a efetivação das ações de acompanhamento pedagógico; dinâmica de organização e funcionamento de órgãos locais que possuem atribuições de assistência estudantil e acompanhamento dos estudantes indígenas; as bolsas de custeio das necessidades desses estudantes; a fragmentação, assimetria e, por vezes, ausência de políticas de assistência estudantil nas diferentes instituições de ensino (Galdino e Amaral, 2016); tímidas ou ausentes estratégias de visibilidade institucional afirmativa da presença de estudantes indígenas; fragilidades na escolarização básica e no desempenho acadêmico; proximidades geográficas entre suas comunidades de pertencimento e as IES, a oferta de cursos ou mesmo as demandas e expectativas de suas famílias e comunidades; os desgastes pelo deslocamento diário para as aulas daqueles que residem e trabalham na terra indígena; o apoio das famílias e das lideranças indígenas para a sua permanência; as implicações psicológicas, sociais e emocionais dos acadêmicos ao longo de suas trajetórias, principalmente dos que residem distantes de suas famílias; as sutis e explícitas expressões de racismo e preconceito vivenciados por esses sujeitos.

O Serviço Social e, principalmente, as pesquisas no campo da política de Assistência Social, têm iniciado algumas reflexões acerca da presença de indígenas no contexto urbano, por representar um fenômeno de vivência fora dos territórios tradicionais de origem e também pela desvinculação dos grupos étnicos que pertencem. Para Elizângela Cardoso, pertencente ao povo indígena Pankararu, Codjo Olivier Sossa, este "é um desafio para os povos indígenas e para a sociedade brasileira, considerando as desigualdades que afetam a presença de indígenas nas cidades e o reconhecimento tardio

das garantias do Estado brasileiro do direito à diferença e ao respeito étnico dos povos originários" (2021, p.585).

Silva e Sossa (2021) apontam para a existência de elementos que caracterizam situações de empobrecimento indígena no contexto urbano e de demandas por ações de políticas sociais - especialmente porque permanecem sendo desafios emergentes o acesso à educação escolar e a qualificação profissional, e que a política de educação não pode se furtar ao desconhecimento. Para eles, "após a Constituição Federal de 1988, que afirma o direito de acesso a uma saúde e uma educação diferenciadas para indígenas, essa realidade ainda requer estratégias para sua operacionalização" (2021, p. 591).

Dentre alguns elementos importantes para a atuação do Serviço Social junto aos povos indígenas na política de educação, destacamos: 1. conhecer e respeitar seus aspectos culturais e linguísticos; 2. entender o modo de vida indígena; 3. promover espaços de acolhimento e escuta (individuais ou coletivos); 4. desenvolver ações para promover o acesso à assistência estudantil e demais serviços ofertados pela instituição, por municípios e estados; 5. estimular o debate sobre a questão indígena; 6. apoiar e incentivar práticas pedagógicas que promovam a interculturalidade; 7. desenvolver ações de sensibilização e formação de equipe pedagógica sobre a questão indígena e os desafios enfrentados pelos estudantes para a permanência.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nos últimos anos, a questão indígena, entendida como expressão da questão social, tem se intensificado à medida que ganham destaques notícias sobre constantes conflitos violentos entre latifundiários e indígenas. A luta pela demarcação de terras representa toda a resistência dos povos indígenas, contudo, os conflitos gerados levam a população indígena a diversas situações de violência e vulnerabilidades, como condições de moradias precárias, problemas com álcool e de saúde mental, como a questão do suicídio de jovens. Neste contexto, a atuação do Serviço Social junto à população indígena faz-se necessária em diferentes políticas sociais. No âmbito da educação, a luta dos povos indígenas pelo acesso a esta política é histórica e igualmente carregada de resistência.

Considerando o projeto ético-político do Serviço Social, entendemos como fundamental o envolvimento de assistentes sociais com este debate, seja na atuação profissional ou na formação acadêmica nas instituições de ensino, em todos os níveis e em diferentes modalidades.

No âmbito da formação acadêmica, entendemos que o desenvolvimento e socialização de pesquisas e referenciais teóricos sobre a questão indígena, bem como a elaboração de currículos que valorizem este debate sejam caminhos profícuos para o fortalecimento da luta antirracista, para a promoção da interculturalidade e de outras formas de ensinar e aprender no contexto da universidade, à medida que a aproximação com as formas de viver indígena, também pode possibilitar a apreensão de outras metodologias e práticas pedagógicas. Dessa forma, contribui-se para a formação de assistentes sociais coerentes com o projeto ético-político da profissão e comprometidos a defesa de direitos e parceiros na luta dos povos indígenas.

Com uma formação que valorize a interculturalidade, os diferentes modo de viver, ensinar e aprender e pautada pelo projeto ético-político defendido pela categoria profissional, acreditamos que a atuação de assistentes sociais durante o percurso de estudan-

tes indígenas na educação pode contribuir para sua permanência e conclusão de curso à medida que, quando acionadas as dimensões teórico-metodológicas e técnico-operativas da profissão, podem ser construídas práticas que favoreçam o reconhecimento de outros saberes e epistemologias.

## 5. REFERÊNCIAS

ABEPSS. DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de de novembro de 1996.) Disponível em: . Acesso em 06 jan. 2025.

AMARAL, BILAR; W. R., J. A. B. A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão. In: **Revista Em Pauta**. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. n. 46, v. 18, p. 180-195. Rio de Janeiro, 2020.

AMARAL, Wagner R. O reconhecimento de assistentes sociais como profissionais da e na educação. In: FERRIZ, Adriana Freire Pereira et al. Serviço Social e educação: desafios do verbo esperar. Bauru-SP. Ibero-Americana de Educação; Cultura Acadêmica, 2024.

ARTICULAÇÃO BRASILEIRA SERVIÇO SOCIAL E POVOS INDÍGENAS. Serviço Social e Povos Indígenas: aproximações e desafios do tempo presente. Instagram: @ssepovosindigenas. Disponível em: <<https://www.instagram.com/ssepovosindigenas?igsh=NjB5dX-Zvejl3NmJh>>. Acesso em: 03 de mar. 2024.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 02 de mai 2023.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa; GRANEMANN, Sara; BEHRING, Elaine Rossetti; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. A proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate. In: Cadernos ABESS n. 7. São Paulo: Cortez, p. 15 – 57. 1997.

CFESS. O CFESS. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/uploads/revista/3556/cF7IP-gcuXnZIRTvVvX8HNopG-jmt8Z11.pdf>>. Acesso em 16 de out. 2025

\_\_\_\_\_. CFESS Manifesta - Dia da Luta Indígena. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/uploads/revista/3556/cF7IPgcuXnZIRTvVvX8HNopG-jmt8Z11.pdf>>. Acesso em: 16 de out. 2025.

\_\_\_\_\_. CFESS Manifesta - Dia da Luta Indígena. Brasília: CFESS, 2013. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/uploads/revista/3518/SxYnDK9T3vD-sy-ZcE9AcJw7r0SN1FH0.pdf>>. Acesso em: 16 de out. 2025.

SOUZA, Elizângela Cardoso de Araújo; SOSSA, Codjo Olivier. Indígenas no espaço urbano e particularidades do Nordeste. In: **Serviço Social em Revista**. [S. l.], v. 24, n. 2, p. 584–600, 2021. DOI: 10.5433/1679-4842.2021v24n2p584. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/39700>. Acesso em: 11 nov. 2025.

\_\_\_\_\_. CFESS Manifesta - 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena. Brasília: CFESS,

2013. Disponível em: <[https://www.cfess.org.br/uploads/revista/3500/IVyG3IG8tEr5N-ZwU2kAr2nLskqxnGrX\\_.pdf](https://www.cfess.org.br/uploads/revista/3500/IVyG3IG8tEr5N-ZwU2kAr2nLskqxnGrX_.pdf)>. Acesso em: 16 de out. 2025.

CISNE, M; CANTALICE, L.B. DE O; ARAUJO, L. "Renovação" do Serviço Social brasileiro: um continuum à ofensiva conservadora. In: Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 20, n.2, jul-dez. 2020, p. 307-327.

FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. Tendências na produção do conhecimento e inserção de assistentes sociais na educação básica pública no Brasil. In: FERRIZ, Adriana Freire Pereira et al. Serviço Social e educação: desafios do verbo esperar. Bauru-SP. Ibero-Americana de Educação; Cultura Acadêmica, 2024.

LUCIANO, Gersem José dos Santos; AMARAL, Wagner Roberto do. Povos indígenas e educação superior no Brasil e no Paraná: desafios e perspectivas. **Integración y Conocimiento**, v. 2, n. 10, p. 13-37, 2021.

2013. Disponível em: <[https://www.cfess.org.br/uploads/revista/3500/IVyG3IG8tEr5N-ZwU2kAr2nLskqxnGrX\\_.pdf](https://www.cfess.org.br/uploads/revista/3500/IVyG3IG8tEr5N-ZwU2kAr2nLskqxnGrX_.pdf)>. Acesso em: 16 de out. 2025.

CISNE, M; CANTALICE, L.B. DE O; ARAUJO, L. "Renovação" do Serviço Social brasileiro: um continuum à ofensiva conservadora. In: Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 20, n.2, jul-dez. 2020, p. 307-327.

FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. Tendências na produção do conhecimento e inserção de assistentes sociais na educação básica pública no Brasil. In: FERRIZ, Adriana Freire Pereira et al. Serviço Social e educação: desafios do verbo esperar. Bauru-SP. Ibero-Americana de Educação; Cultura Acadêmica, 2024.

LUCIANO, Gersem José dos Santos; AMARAL, Wagner Roberto do. Povos indígenas e educação superior no Brasil e no Paraná: desafios e perspectivas. **Integración y Conocimiento**, v. 2, n. 10, p. 13-37, 2021.

